



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA**

HABILITAÇÃO: INGLÊS

Maceió-AL,

Dezembro de 2012

(atualizado em agosto de 2017)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE LETRAS

2012 (atualizado em agosto de 2017)

REITORA

Maria Valéria Costa Correia

VICE-REITOR

José Vieira da Cruz

FACULDADE DE LETRAS - FALE

DIRETORA

Eliane Barbosa da Silva

VICE-DIRETOR

Jair Barbosa da Silva

LETRAS LICENCIATURA A DISTÂNCIA, HABILITAÇÃO: INGLÊS

COORDENAÇÃO¹

COORDENADORA DO CURSO

Raquel D'Elboux Couto Nunes

VICE COORDENADOR

Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz²

¹ Portaria de 28 de junho de 2013 (primeiro biênio). Portaria 850, de 27 de maio de 2016 (segundo biênio).

² Com os cortes orçamentários da CAPES para os cursos UAB, a função de Coordenador de Tutoria deixou de existir para o Curso Letras Inglês EAD no início de 2016. Prof. Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz foi mantido como Vice Coordenador do Curso Letras Inglês EAD, institucionalmente.

COLEGIADO DO CURSO³

Raquel D'Elboux Couto Nunes – Coordenadora de Curso
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz – Vice Coordenador
Raquel D'Elboux Couto Nunes - Coordenadora
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz – Vice Coordenador Institucional

Membros titulares:

Fabiana de Oliveira
Sérgio Ifa
Simone Makiyama

Membros suplentes:

Ana Cecília Acioli Lima
Eliane Barbosa da Silva
Jaqueline e Elisabeth Vásquez Araújo
Jozefh Fernando Soares Queiroz
Susana Souto Silva

Representante discente:

Titular: Wellison Barbosa dos Santos
Suplente: Larissa Daniella Belo da Silva Moura

Representante técnico-administrativo:

Titular: Jorge Henrique Silvestre Barbosa
Suplente: Jeanine Waléria Oliveira Braga Pereira

Núcleo Docente Estruturante (NDE) DO CURSO⁴

Portaria 19 de maio de 2015
Raquel D'Elboux Couto Nunes, SIAPE nº 2559112 – Coordenadora de Curso
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz, SIAPE nº 1864872 – Coordenador de Tutoria (Vice Coordenador Institucional, pela extinção do cargo de Coordenador de Tutoria pela CAPES)
Izabel de Fátima de Oliveira Brandão, SIAPE nº 1119821
Marcus Vinícius Matias, SIAPE nº 2581726
Paulo Rogério Stella, SIAPE nº 1851662
Sérgio Ifa, SIAPE nº 1631608
Simone Makiyama, SIAPE nº 1288394
Processo 23065.012473/2015-95.

³ Portaria 850, de 27 de maio de 2016.

⁴ Portaria 756, de 19 de maio de 2015.

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO	7
1.1 Dados gerais	7
1.2 Dados de identificação do curso	7
1.3 Dados da coordenação do curso	9
2. CONTEXTO INSTITUCIONAL	10
2.1 Contexto regional	11
2.2 A educação a distância na UFAL	11
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	15
3.1 O ensino da Língua Inglesa no Brasil	17
3.2 O ensino de Língua Inglesa em Alagoas	20
3.3 O ensino de língua inglesa na modalidade a distância.....	22
3.4. A área de Letras – concepções.....	23
3.5 Competências e habilidades.....	27
4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	31
4.1 Pesquisa.....	32
4.2 Extensão.....	33
4.3 Responsabilidade social	35
4.4. Acessibilidade	35
4.4.1 Núcleo de acessibilidade.....	37
4.4.2 Inclusão.....	38
4.4.3 Políticas de cotas.....	38
5.OBJETIVOS DO CURSO.....	39
6.PERFIL DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO	40
6.1 Perfil do egresso	40
6.2 Campo de atuação	41
7.PROCESSO SELETIVO	42

8.ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	43
8.1Estrutura curricular	43
8.1.1 Núcleo básico de formação específica do curso de Letras	43
8.1.2 Núcleos de formação sobre a língua e suas literaturas	44
8.1.3 Núcleo de formação para a docência	45
8.1.4 Resumo da estrutura curricular	47
8.1.5 A prática como componente curricular	48
9. CONTEÚDOS CURRICULARES	52
9.1 Educação ambiental.....	52
9.2 Relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.	52
9.3 Educação em Direitos Humanos.	53
9.4 Libras.....	54
9.5 Temas transversais	54
10. METODOLOGIA	55
10.1 Organização	55
10.2 Processo de comunicação entre estudantes, tutores, professores formadores e coordenadores.....	55
10.3 Estratégias de desenvolvimento da aprendizagem.....	56
10.4 Formação de professores e tutores para o exercício da modalidade a distância	57
10.5 Ambiente virtual de aprendizagem: recursos, ferramentas, materiais e atividades..	58
10.6 Encontros presenciais e frequência	60
10.7 Armazenamento/gerenciamento dos dados produzidos na modalidade EAD	60
10.8 Recuperação de estudos, trancamentos, transferências e outros itens relativos à permanência do aluno no curso	61
10.9 Estrutura atualizada dos polos (biblioteca, acervo, laboratório de informática) e articulação curso/polos	62
10.10 Procedimentos preventivos da evasão.....	63
11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO	65
11.1 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica	69
11.2 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica.....	70
11.3 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática.....	70

12. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO.....	71
13.ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	72
14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC).....	75
15. MATRIZ CURRICULAR	76
16. QUADRO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS	79
17. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR	80
17.1 Disciplinas obrigatórias.....	80
17.2 Disciplinas eletivas	98
18.TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS	105
19. MATERIAL DIDÁTICO	106
20. ATIVIDADES DE TUTORIA	108
21. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES	110
22.AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	113
22.1 Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem.....	113
22.2 Avaliação do curso.....	118
22.3 Avaliação do projeto pedagógico	122
22.4 Colegiado do curso.....	123
22.5 Núcleo Docente Estruturante.....	125
23.POLÍTICAS DE APOIO	127
23.1 Políticas de apoio aos docentes e técnicos	127
23.2 Políticas de apoio aos discentes.....	128
24. VIABILIZAÇÃO DO CURSO.....	131
25 REFERÊNCIAS.....	132
26. ANEXOS	136

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Dados gerais

Contextualização da Instituição de Ensino Superior

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço do Campus sede:

Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL

Rodovia BR 101, Km 14 CEP: 57.072 - 970

Fone: (82) 3214 - 1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

1.2 Dados de identificação do curso

Curso: Letras Inglês EAD

Modalidade: Licenciatura a distância

Título oferecido: Licenciado em Letras, habilitação: Inglês

Nome da Mantida: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Campus: Maceió.

Polos: Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios⁵

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

⁵ No projeto original, foram planejadas ofertas em Maceió, Arapiraca, Santana do Ipanema e Matriz de Camaragibe. Porém, por orientação da Coordenadoria Institucional de Ensino a Distância (CIED/UFAL), em relação à articulação das ofertas, o curso foi ofertado em Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

Endereço de funcionamento do curso:

Faculdade de Letras – UFAL. Av. Lourival Melo Mota, s/n, Tabuleiro dos Martins Maceió - AL, CEP:57072-900
Polos UAB: Campus Maceió (UFAL), Campus Arapiraca (UFAL), Campus Palmeira dos Índios (IFAL):

Polo Arapiraca

Av. Manoel Severino Barbosa, CEP: 57309-005 (Campus da UFAL)
Coordenadora do polo: Ana Paula Nogueira Magalhães
Email: paula_nog@hotmail.com

Polo Maceió

Campus Maceió: Av. Lourival De Melo Mota, Km 97,6 BR 104, S/N, Campus A. C. Simões, UFAL, Bloco 14, 1º Andar.
Coordenadora: Elielba Mendes Alves Pinto.
Contato: (82) 3214.1397
E-mail: polomaceio@gmail.com ou elielbamendes@gmail.com

Polo Palmeira dos Índios

Instituto Federal de Alagoas (IFAL), na Av. Alagoas. Nº: s/n,
Bairro: Palmeira de Fora
Coordenador: Marcos André R. da Silva Junior
E-Mail: marcos.andre@ifalpalmeira.edu.br
Telefone: (82) 98149.3528

Atos Legais:

Autorização do Curso: Resolução 09/2013-CONSUNI/UFAL, de 11 de março de 2013. **Portaria**: 2145, de 12 de novembro de 2013. **Portaria** 850, de 27 de maio de 2016.

Número de Vagas autorizadas: Existem vagas para candidatos oriundos da Plataforma Paulo Freire e vagas para o público em geral. O número de vagas em cada período é definido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), com a Coordenação Institucional de Educação a Distância da UFAL (CIED UFAL) e a Coordenação do Curso. Os polos onde haverá oferta do Curso depende da demanda dos municípios. Para a primeira oferta, foram abertas 150 vagas (40 vagas para docentes da rede pública de ensino e 10 vagas para demanda social, em cada polo – Arapiraca, Maceió e Palmeira dos Índios).

Turnos de Funcionamento: interações a distância – síncronas e assíncronas / encontros presenciais em fins de semana

Tempo de integralização do curso: Mínimo de quatro anos e máximo de seis anos⁶

1.3 Dados da coordenação do curso

Nome: Raquel D'Elboux Couto Nunes

Formação acadêmica: Mestrado em Letras e Linguística. Área de concentração: Estudos Literários.

Bacharelado em Letras. Habilitação – Tradutor e Intérprete.

Licenciatura Plena em Letras – Português/Inglês.

Titulação: Mestre

Regime de trabalho: DE

Email: raquel.nunes@fale.ufal.br

⁶ PARECER CNE/CES Nº 8/2007.

2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL - é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 102 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa em diversas áreas. A extensão contribui com vários programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

2.1 Contexto regional

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo encontra-se em tramitação na SESu/MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura, no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, devido ao grande potencial da natureza do litoral.

2.2 A educação a distância na UFAL

A UFAL foi pioneira no estado em oferecer cursos de graduação a distância. Em 1998, visando à formação de professores da rede pública que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, o curso de licenciatura em Pedagogia foi criado na modalidade a distância, o primeiro a ser reconhecido pelo MEC, em Alagoas. O curso surgiu por meio das ações do Programa de Assessoramento Técnico–Pedagógico (PROMUAL) com o objetivo de viabilizar uma formação em nível superior capaz de qualificar professores da rede pública, diminuindo o quadro grave de menos de 10% dos professores

graduados ou graduandos, atuando em área diferente da qual tiveram formação inicial (MERCADO, 2007).

Este programa foi desenvolvido pelo Centro de Educação da UFAL (CEDU/UFAL), e tinha como objetivo principal o desenvolvimento de atividades que proporcionassem, aos secretários municipais de educação, meios para que pudessem exercer suas funções numa gestão participativa e responsável, visando à otimização dos recursos públicos e promovendo melhorias na qualidade da educação.

A UFAL foi credenciada pelo MEC para a oferta de cursos na modalidade EaD, com a Portaria nº 2.631 de 19.09.2002, estando, portanto, legalmente autorizada a diplomar os alunos participantes desses cursos.

A EaD na UFAL permaneceu vinculada ao Núcleo Temático de Educação a Distância (NEAD) do Centro de Educação (CEDU) até 2005. A partir de editais de agências de fomento, no início das discussões em torno da constituição de uma Universidade Aberta do Brasil, e do surgimento de novas demandas em outras áreas da UFAL, em 2006 a EaD/UFAL deixou de ser uma ação quase que exclusiva do NEAD.

Nesse período, o MEC, com a finalidade de atender à demanda das empresas estatais, qualificando seus servidores públicos, propôs, em parceria com 25 IFES, a criação do curso de Graduação em Administração na modalidade a distância (MERCADO, 2007). A UFAL, em virtude de suas experiências anteriores em EaD, foi uma das instituições escolhidas. Assim, iniciou-se a UAB com a oferta do curso piloto de Administração a Distância, financiado pelo Fundo das Estatais, Banco do Brasil.

Em dezembro de 2005, foi lançada pelo MEC a primeira chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições de ensino, na modalidade de educação a distância para o sistema UAB. Isso permitiu a concretização desse sistema, por meio da seleção para integração e articulação das propostas de cursos, apresentadas exclusivamente por instituições federais de ensino superior, e as propostas de polos de apoio presencial, apresentadas por estados e municípios. A segunda chamada, publicada em 18 de outubro de 2006, diferiu da primeira experiência por permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais.

Ainda em 2006, a UFAL aprovou e passou a oferecer outros cursos na modalidade a distância, tais como Especialização em Docência no Ensino Superior e Especialização em Gestão Escolar.

Inicialmente coordenada por um Comitê Gestor de EaD (2005), a educação a distância na UFAL é atualmente coordenada pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância (CIED), órgão de apoio acadêmico vinculado à Reitoria. Apesar da importância da CIED e da imensa demanda de trabalho, ainda há desafios relativos ao espaço físico e à infraestrutura operacional do órgão.

Os cursos de EaD reúnem professores (que ministram as aulas a distância e desenvolvem alguns encontros presenciais nos polos) e tutores (que fazem o acompanhamento dos alunos nos polos e online), remunerados com bolsas durante a vigência de suas atividades nos cursos. Os tutores são convocados após processo seletivo. Recentemente a UFAL tem aberto processos seletivos também para docentes atuarem nesses cursos.

Conforme Mercado (2007), os projetos existentes na UFAL visam a construir e a ampliar as condições didático-pedagógicas para a melhoria do trabalho dos cursos de EaD da UFAL e, ainda, a atender ao que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.

A LDBEN (1996), em seu art.87, § 4o, das Disposições transitórias, estabelece que “até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”. O mesmo art. §3o, Inciso III, diz que o Município deverá “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância”. O art. 80, das Disposições Gerais, da LDB, afirma que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”.

Em 2009, o Ministério da Educação, preocupado com os caminhos didático-pedagógicos da base da educação brasileira, lançou, por meio da Secretaria de Educação Básica, o Programa Emergencial de Segunda Licenciatura para Professores em exercício na Educação Básica Pública, sob coordenação do MEC em colaboração com as universidades públicas. Os cursos de formação inicial do PARFOR dividem-se em três categorias: a) 1ª

licenciatura para professores sem formação superior; b) 2ª licenciatura para professores que atuam fora de sua formação específica; c) formação pedagógica para bacharéis sem licenciatura.

Ao se planejar este curso na modalidade a distância, levou-se em conta, além da necessidade de capacitar o professor do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a preocupação em atender a um público formado principalmente por professores em exercício, com dificuldades de ordem pessoal para frequentar cursos presenciais convencionais.

Nesse sentido, a oferta indicada pela FALE contempla o Curso de Letras – Língua Inglesa, com vagas destinadas à primeira licenciatura para professores sem formação superior na modalidade EaD e vagas destinadas à demanda social, para professores com primeira licenciatura. É meta do curso proporcionar, por meio da academia, mais interação entre ensino, pesquisa, sociedade e escola.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

Este documento tem por objetivo apresentar o Projeto Pedagógico do Curso de Letras - Licenciatura em Língua Inglesa na modalidade a distância para atender à demanda da Formação de Professores da Educação Básica Pública (PARFOR) e à demanda social. Na entrada pelo PARFOR, os professores devem estar em exercício na Educação Básica Pública, há pelo menos três anos, conforme a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, instituída pelo Decreto no 6.755, de 29 de janeiro de 2009, do Conselho Nacional de Educação, e PARFOR, instituído por meio da Portaria Normativa nº 9, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação.

De acordo com essa portaria, o PARFOR é uma ação conjunta do Ministério da Educação, por intermédio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados, Distrito Federal e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES), com a finalidade de atender à demanda pela formação inicial e continuada dos professores das redes públicas de educação básica.

Este projeto está baseado no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura a distância, habilitação: espanhol, coordenado por Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja, aprovado pela CAPES em 17 de outubro de 2012, parecer 329/2012, e no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Licenciatura a distância, com habilitação em Língua Portuguesa, coordenado por Sonia Cristina Simões Felipeto, aprovado pela CAPES em 31 de outubro de 2012, parecer 330/2012. Este documento também se fundamenta no Projeto Pedagógico do Curso Presencial de Licenciatura em Letras/Inglês, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

Este projeto está desenvolvido em consonância com as especificações legais relativas à oferta de curso de Letras, como primeira licenciatura, para Professores da Educação Básica Pública (Resolução CNE/CP nº 01/2002; Decreto CNE 6755/2009; Resolução CNE/CP 02/2002; Resolução CNE/CES 18/2002; e Parecer CNE/CES 492/2001).

Para atender às demandas social e do PARFOR, atingindo o maior número de pessoas interessadas na qualificação, este Curso é desenvolvido na modalidade a distância. Como parte desse plano, e considerando as demandas estabelecidas, decidiu-se que a FALE ofereceria um total de 150 vagas para licenciaturas em Letras Inglês, conforme quadro a seguir, que engloba o conjunto das licenciaturas a serem oferecidas⁷:

CURSO	TIPO DE FORMAÇÃO	Modalidade	UF	POLO/ MUNICÍPIO	VAGAS
LETRAS/INGLÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	MACEIÓ	50
LETRAS/ INGLÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	ARAPIRACA	50
LETRAS/ INGLÊS	LICENCIATURA	EAD	AL	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	50

A modalidade a distância apresenta objetivos similares àqueles do ensino presencial, porém, com alguns aspectos da dinâmica, da filosofia e das concepções (do que seja professor, aluno, avaliação) distintas daquela modalidade de ensino. Entretanto, deseja-se manter, dentro das possibilidades, as concepções historicamente construídas ao longo da consolidação da FALE.

É preciso compreender que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, ou à simples gestão acadêmico-administrativa, ou ainda, como possibilidade apenas de emprego de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na prática docente e no processo formativo dos estudantes. Tem-se de considerar que não existe uma metodologia de EaD e, menos ainda, um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Cada instituição, ao longo desses anos, vem construindo sua experiência em EaD e se ajustando à modalidade, dando-lhe identidade calcada na realidade local e na trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

⁷ No projeto original, foram planejadas ofertas em Maceió, Arapiraca, Santana do Ipanema e Matriz de Camaragibe. Porém, por orientação da CIED/UFAL, em relação à articulação das ofertas, o curso foi ofertado em Maceió, Arapiraca e Palmeira dos Índios.

3.1 O ensino da Língua Inglesa no Brasil

A LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), Lei 9394/96, deu uma abertura maior para o ensino de línguas estrangeiras a partir da quinta série do ensino fundamental. Pela tradição, a língua estrangeira adotada pela maioria das escolas tem sido o inglês.

Há algum tempo é crescente o interesse pelo aprendizado da língua inglesa no Brasil. Fatores como o processo de globalização e a influência econômica e cultural são motivos dessa demanda. O mercado de trabalho também exige, cada vez mais, o domínio da língua inglesa. É visível a expansão de cursos em escolas de idiomas, em instituições de ensino, públicas e privadas, tanto presenciais quanto a distância. Com a crescente demanda, também é possível constatar a carência de profissionais qualificados para atuar como professores de inglês.

Makiyama (2013)⁸ faz um levantamento histórico a respeito da aprendizagem de língua inglesa no Brasil, a partir da Reforma Francisco de Campos, em 1931, analisando em seguida as principais disposições da Lei de Diretrizes e Bases e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no que diz respeito a línguas estrangeiras. A autora analisa a dificuldade de articulação entre os dispositivos legais e a prática docente, na realidade brasileira. Entre suas considerações, vale ressaltar que

o ensino de línguas no Brasil tem sido aplicado com um senso de ressalva, ou seja, que é importante que o ELE faça parte do corpo de saberes para a formação dos sujeitos, contanto que haja condições favoráveis para isso. Como geralmente as condições são insatisfatórias e um trabalho consistente não é realizado com o propósito de atender às mudanças estabelecidas por lei, justifica-se a educação insuficiente de LE (MAKIYAMA, 2013, p. 75).

Sabe-se que há um grande déficit de docentes para suprir a demanda nas redes públicas de ensino. Devido a essa carência, algumas instituições são forçadas a contratar monitores, em regime de trabalho temporário, e ainda em processo de formação, para ministrar aulas de língua inglesa. De acordo com os dados da pesquisa realizada por Martínez-Cachero (2007), “22,2% dos professores que atuam no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) do sistema

⁸ Em tese de doutorado na área de Linguística Aplicada, a autora discute o ensino/aprendizagem de língua inglesa na perspectiva da Análise do Discurso. Ver referências completas no item 18 deste projeto.

brasileiro, carecem de licenciatura. No Ensino Médio, a porcentagem é de 11,7%". (MARTÍNEZ-CACHERO, 2007, p. 89).

Além da falta de profissionais, muitos docentes atuantes, com ou sem formação acadêmica, têm dificuldade na fluência em língua inglesa, refletindo a falta de formação adequada. Assim, é necessário qualificar esses professores sob a ótica de novas perspectivas teóricas em pauta na atualidade, que se articulem com a prática e que desenvolvam no alunado competências crítica e linguística.

É fácil constatar que muitos professores ainda ministram suas aulas de forma tradicional, priorizando a gramática, a despeito dos avanços das teorias e pesquisas em Linguística Aplicada, que defendem o desenvolvimento integrado da fala, audição, leitura e escrita, e que não consideram as habilidades como independentes.

Segundo Makiyama (2013), o ensino voltado para a gramática e tradução remonta a práticas instituídas pela tradição da Corte Real Portuguesa no país. Mesmo hoje em dia muitas vezes a ênfase se dá numa abordagem que trabalha apenas a habilidade leitora, não garantindo o conhecimento da oralidade e compreensão auditiva e, portanto, não preparando os alunos para o mercado de trabalho.

A autora faz um levantamento documental da problemática do ensino de língua estrangeira sob três perspectivas: dos objetivos gerais, das especificidades e da aplicabilidade, desde a década de 1930, quando houve uma sistematização mais substancial na educação brasileira. Segundo o Decreto-Lei 20.833 de 1931, não eram exigidos professores catedráticos, como em outras disciplinas, pela carência desses profissionais para a área de ensino de língua estrangeira. Entre 1961 e 1971, as línguas estrangeiras foram retiradas da matriz curricular, ainda que recomendadas. As línguas estrangeiras só voltaram a integrar o currículo em 1996, em caráter obrigatório, mas segundo condições disponíveis de cada escola.

Isso está refletido na LDB, Art. 26, § 5º, segundo o qual "será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição" (MAKIYAMA, 2013, p. 66).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) complementam as diretrizes da LDB de 1996, legitimando “a relevância do ensino de língua estrangeira, no sentido de permitir ao educando o acesso ao conhecimento e integrar-se ao mundo globalizado, viabilizando o seu contato com formas diferentes de perceber a realidade” (MAKIYAMA, 2013, p. 66). Assim, os dispositivos reconhecem a relevância da língua estrangeira para que, em sua formação, o educando atinja a “autopercepção como ser humano e cidadão” (BRASIL, 1998, p. 20).

No entanto, conforme Makiyama (2013), faltam às instituições educacionais condições para que se utilize, no aprendizado da língua, uma abordagem que envolva todas suas capacidades linguísticas. Segundo a autora, os próprios dispositivos dos PCNs priorizam a leitura, obliterando “o fato de que a oralidade em LE está presente no cotidiano das pessoas sob a forma de música, produções cinematográficas ou programas televisivos [...]” (MAKIYAMA, 2013, p. 67).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) apresentam certo avanço nesse sentido, uma vez que promovem um olhar mais integrado, ao preconizar um atendimento às necessidades locais, no ensino das habilidades em língua estrangeira, também recomendando a interdisciplinaridade. Assim, contemplam “aspectos comunicativos em termos de gestão discursiva, evidenciando o caráter pragmático subjacente de ELE [...], levando em conta o contexto imediato, a interação e seus interlocutores”. (MAKIYAMA, 2013, p. 69-70).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OC) também defendem um desenvolvimento integrado e contextualizado das habilidades na língua estrangeira. Entende-se, assim, que o desenvolvimento isolado das habilidades não pode ser sustentado.

A despeito disso, a essência na prática concentra-se na língua enquanto sistema e prioriza a gramática e a leitura. “Os textos da lei não ignoram as condições desfavoráveis em que se encontram a maioria das escolas no país” (MAKIYAMA, 2013, p. 73), e assim justificam o caráter opcional para o cumprimento pleno de ELE.

Dessa forma, os professores não vislumbram que o ensino de LE será eficaz, devido à falta de condições de trabalho que favoreçam a aprendizagem

de modo satisfatório. Perpetua-se uma prática de ensino do idioma nas escolas que não propicia a construção do conhecimento integral do idioma.

O curso a distância ora proposto visa a contribuir para a melhoria desse quadro, ao buscar ampliar o acesso a uma formação acadêmica de qualidade por meio da modalidade a distância.

3.2 O ensino de Língua Inglesa em Alagoas

No Estado de Alagoas atualmente, há dois Centros de Idiomas de caráter gratuito, um estadual e outro municipal, que contribuem para o desenvolvimento sociocultural: o Instituto de Línguas Professora Noêmia Gama Ramalho, criado pelo decreto 2.487, de 18 de dezembro de 1974, e inaugurado a 13 de fevereiro de 1975, no Centro de Estudos e Pesquisas Aplicadas - CEPA, e o Núcleo de Línguas do Município de Maceió, criado pela Secretaria de Educação do Município de Maceió. A UFAL oferece à comunidade cursos gratuitos de idiomas, nas Casas de Cultura, projeto de extensão.⁹ Há também diversos outros cursos de inglês, em escolas de idiomas particulares, e cursos de nível superior de Letras Português/Inglês, em instituições da esfera privada, nas modalidades presencial e a distância.

Das instituições públicas de ensino superior, a UFAL e a UNEAL oferecem cursos de Licenciatura em Letras/Inglês. Porém, ainda é grande a carência de investimentos e expansões no âmbito educacional em Alagoas.

O estado se depara com sérias deficiências. Tavares & Stella (2011, p. 9) analisaram dados do IBGE e do IDEB e constataram que o estado conta com “o índice médio de 22,5% de pessoas que não sabem ler nem escrever, ficando muito além da média nacional que é de 9%”. Alagoas¹⁰ “se encontra em primeiro lugar em analfabetismo em crianças de 10 anos de idade com o índice de 17,8%”. Os autores apontam para a carência na área educacional no estado, em termos de baixa qualidade de ensino e evasão escolar, para depois conduzir sua pesquisa específica na área de língua inglesa.

Esse estudo específico teve por objetivos fazer um “mapeamento da situação do ensino de língua inglesa nas escolas públicas”, por meio de um

⁹ A Casa de Cultura Britânica conta com o apoio de bolsistas em treinamento e em estágio.

¹⁰ Atualmente o estado de Alagoas tem 3.120.494 habitantes, conforme dados do IBGE.
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>

“levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre o ensino de língua inglesa nas escolas públicas com vistas ao direcionamento das ações relativas à formação de professores na universidade”, bem como realizar um “levantamento de temas relevantes para os professores de língua inglesa com vistas à construção de ações de extensão para os docentes em serviço” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 10-11). Conclui-se que são necessárias ações no sentido de preparar os docentes, “principalmente no que diz respeito à questão global-local” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 2)¹¹, pois constatou-se a falta de alinhamento entre o ensino da língua inglesa e a realidade complexa de um mundo cada vez mais globalizado.

Os autores apontam que “a formação de professores deve considerar que esse mundo em que estamos inseridos oferece novas formas de se fazer sentido, não considerados pelas formas tradicionais de ensino e aprendizagem de línguas, ocorridos principalmente nas salas de aula do ensino regular” (TAVARES; STELLA, 2011, p. 17). Assim, são extremamente importantes iniciativas que visem um aprimoramento na preparação e formação de profissionais de ensino.

Entre os resultados da pesquisa em questão, destacam-se o enfoque principal na gramática nas aulas de língua inglesa na rede pública. Isso se dá pela dificuldade na fluência, tanto pelos alunos quanto pelos próprios professores. Também foi constatada a dificuldade que os discentes têm em acompanhar as atividades propostas no livro didático, o que leva os professores a adaptarem o material imposto pela instituição. Outro problema enfrentado nas escolas é a falta de motivação do alunado, muitas vezes com dificuldades familiares e financeiras, o que impede que seja atribuída a devida importância à educação.

O curso ora proposto de Letras Licenciatura, com habilitação em língua inglesa, modalidade a distância, destina-se a qualificar professores de língua inglesa da rede pública, assim contribuindo com a formação docente no Estado de Alagoas.

¹¹ De acordo com a tendência atual, os autores propõem uma formação docente à luz dos Novos Letramentos, buscando sustentação teórica em Jordão (2007), Kress (2003), entre outros autores. A respeito de conceitos de global/local, o estudo se baseia em Pennycook (2010) e Rajagopalan (2010).

Iniciativas da Universidade são fundamentais para o desenvolvimento da comunidade. Sabe-se que ainda há no estado uma grande carência de profissionais qualificados para atuarem nas escolas das redes públicas e particulares de ensino. Por vezes são abertos concursos para monitores de língua inglesa, para suprir a carência.¹²

Segundo o Regimento Geral da UFAL, art. 63, é compromisso da Universidade promover a inclusão social, propiciando um maior acesso da população à educação, devendo se comprometer “com os interesses coletivos da sociedade, e, em particular, com os interesses da Região Nordeste e do Estado de Alagoas”. A possibilidade de formação em Letras, com habilitação em Inglês, na modalidade a distância, pode contribuir significativamente para solucionar parte do problema relativo à escassez de professores.

3.3 O ensino de língua inglesa na modalidade a distância

A Universidade Aberta do Brasil¹³ é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal.

O Sistema UAB foi instituído pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006, para "o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País". O programa fomenta a modalidade de educação a distância nas instituições públicas de ensino superior, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, e estimula a criação de centros de

¹² O Edital Nº 09/2012, de 18 de julho de 2012, da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte de Alagoas, por exemplo, convocou monitores de língua inglesa para os anos sexto a nono do Ensino Médio, exigindo dos candidatos o cumprimento de no mínimo 50% do curso de licenciatura.

¹³ <http://www.uab.capes.gov.br>

formação permanentes por meio dos polos de apoio presencial em localidades estratégicas.

Em 2007, o Ministério da Educação apresentou o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e colocou à disposição dos estados, municípios e Distrito Federal, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. A intenção foi oferecer cursos de graduação para professores que atuam na educação básica e que ainda não são graduados.

O sistema UAB funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades.

Das 102 Instituições de Ensino Superior que fazem parte do Sistema UAB, apenas 16 estão habilitadas para oferta do curso de Inglês. No estado de Alagoas, as instituições públicas de ensino superior UFAL e UNEAL fazem parte desse rol, porém, a UNEAL não está credenciada para oferta de cursos a distância.

A modalidade a distância pode proporcionar aos alunos, além dos conhecimentos da Língua Inglesa e sua pedagogia, as competências e habilidades para trabalhar com novos dispositivos, tecnologias, mídias e linguagens, que estão cada vez mais presentes na educação e no ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

O curso ora proposto contribui para expandir a oferta de curso superior, de caráter público, a professores de língua inglesa no interior do Estado de Alagoas. Sendo assim, a iniciativa é de extrema importância para o Estado e para o país.

3.4. A área de Letras – concepções

Pode-se falar de dois grandes modelos teóricos de interpretação da linguagem humana, que foram desenvolvidos a partir do surgimento da Linguística, no começo do século XX: um que entende a língua numa concepção formalista e outro que a entende numa perspectiva social/cultural ou

social/discursiva. Esses modelos se distinguem da concepção tradicional, que identifica o estudo da linguagem com o estudo da gramática.

Os estudos dos filósofos gregos caracterizavam-se pela preocupação filosófica, cujo objetivo era perpetuar o patrimônio literário grego. Eles perpetuaram, portanto, uma visão ideológica, elitista e normativa dos estudos de linguagem. Essa concepção persiste até hoje na forma como muitos professores ainda concebem o ensino de língua, confundido com o ensino de gramática descritiva e normativa. A visão normativa da linguagem considera que tudo o que foge à norma padrão é inferior ou não é um fato linguístico legítimo.

A partir do paradigma estruturalista, inicia-se uma nova etapa nos estudos da linguagem. O estruturalismo, tanto na Europa a partir de Ferdinand de Saussure, como nos Estados Unidos a partir de Leonard Bloomfield, caracteriza-se pela centralização em torno da concepção sistêmica da língua, vista como uma entidade abstrata.

Inspirado no racionalismo e na tradição lógica dos estudos da linguagem, o gerativismo de Chomsky entende a língua como “objeto biológico” e propõe uma teoria linguística que satisfaça as condições de adequação descritiva, i.e., oferecer uma descrição das propriedades das línguas particulares, entendidas como o sistema de conhecimento internalizado do falante; e de adequação explicativa, isto é, depreender como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial, geneticamente determinado. O que caracteriza o programa da Gramática Gerativa é a sua natureza mentalista/internalista.

Sob a égide do estruturalismo, desenvolveram-se escolas distintas: a formalista, que propõe uma visão da língua enquanto sistema formal; e a funcionalista de várias tendências, que considera as funções como constitutivas da língua.

Numa posição que visa a ultrapassar a concepção de língua como sistema (estruturalismo) e como conhecimento individual e interno (gerativismo), diferentes abordagens dedicam-se ao estudo da relação entre os aspectos linguísticos e os sociais. Elas diferem entre si quanto à interpretação que dão à natureza dessa relação por meio: da variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática),

do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso: a Análise do Discurso de linha francesa – AD, a Análise do Discurso Bakhtiniana, a Análise Crítica do Discurso, a Análise Semiótica do Discurso, para citar algumas das vertentes principais).

A análise do discurso agrega uma concepção teórica e uma práxis de interpretação, que entende a língua e a linguagem como resultados de processos históricos – como prática de sujeitos. Por meio do discurso que reflete/refrata uma realidade social, o sujeito imprime sua marca na cotidianidade.

No quadro específico da aquisição de linguagem e da aprendizagem de línguas, duas perspectivas de estudo se distinguem: aquelas das Teorias da Aquisição e aquela da Linguística Aplicada.

A área da aquisição de linguagem tradicionalmente dedica-se à investigação da aquisição da língua materna, podendo assumir uma perspectiva inatista ou sócio-interacionista. Os estudos sobre a aquisição da escrita também têm tido um lugar de destaque nas pesquisas da área.

A Linguística Aplicada trabalha numa perspectiva inter/transdisciplinar com foco na linguagem. Sua atuação no ensino e na aprendizagem de línguas apresenta proposta híbrida, tanto teórica como metodológica, objetivando contribuir para a transformação das práticas.

De forma análoga, também a Literatura sofreu várias mudanças nos seus paradigmas de análise. Saiu de uma abordagem meramente periodista e passou a ocupar-se com o estudo das diferentes organizações discursivas e textuais das obras literárias, a partir de perspectivas variadas, como a filosófica, histórica, semiótica, entre outras. Se, no passado recente, o estudo da literatura se reduzia a um desfile de autores e obras dispostos em rigorosa cronologia, sem que se fizesse inter-relação entre estilos, procedimentos e gêneros, hoje se pede muito mais do que isso: a compreensão de obras e de autores, e de comportamentos de escrita sempre de acordo com vieses teórico-interpretativos, capazes de integrar conhecimento do universo literário a atitudes críticas, que devem, em qualquer instância, iluminar o artefato literário no que os textos manifestam em sua realização como construção. Nesse sentido, Antônio Candido defende a ideia de que a integralidade da leitura da obra literária só se dá quando, além da fruição dos temas e da percepção da

expressão subjetiva de quem escreveu o texto, é reconhecida a dimensão de organização estrutural desse texto, a qual faz, por exemplo, que determinado tema ou assunto seja entendido ou apreciado ao serem entendidas e avaliadas as suas formas de realização estética.

Além disso, em tempo de multiculturalismo avultam as pesquisas que enfocam e privilegiam o campo cultural do fazer literário, como ocorre no âmbito dos Estudos Culturais, da crítica feminista e da ecocrítica, sem abandonar a pesquisa formal responsável pela detecção, no texto, de seus componentes básicos e estruturais de organização artística.

O ensino da literatura, no ensino médio, ainda se ressentente de certo anacronismo, por não discutir o caráter de construção do texto na sua íntima relação com os temas e com os grupos sociais dos quais fazem parte os textos efetivamente produzidos. Minimizando a compreensão da literatura como trabalho e produção, em geral, ainda se mantém, nesse nível de ensino, a ilusão de que o texto é resultado de um capricho de eleitos e que, para melhor fruí-lo, basta entrar em contato com o cânon e com a decifração de recursos retórico-estilísticos, como se estes não participassem também de outras modalidades de gêneros textuais, como o texto jornalístico, o científico, o religioso, entre outros. É relevante ver o que a literatura tem de particular, seus processos formais de significação, e em que aspecto ela se articula com os demais gêneros textuais e com a própria existência concreta dos homens em sociedade.

A literatura está longe, por conseguinte, de ser um gênero discursivo à parte, pois, nas mais diversas situações cotidianas, entramos em relação direta com manifestações artísticas e com o imaginário, de que são exemplos o teatro de rua, a telenovela, a história em quadrinhos, a canção popular, as adivinhas, entre outras linguagens e outros instrumentos midiáticos. Na atualidade não se pode mais desconsiderar a força do meio eletrônico, que convive com o livro de papel e tinta. Isso só comprova que o “direito à literatura” — expressão feliz de Antônio Candido — é um dado permanente na vida diária, da mais elitizada à mais humilde. Falar em arte, em qualquer uma de suas manifestações, é falar do homem e da sociedade que o abriga. A velocidade da vida diária na contemporaneidade não atenuou a relação com o imaginário e com a importância que deve assumir a literatura; apenas alterou as formas de

percepção e os modos de propagação e de produção do texto literário, obrigando o crítico a rever constantemente seus critérios de análise, seus conceitos, todos em constante mutação, situação que faz voltar o olhar, afirmativamente, para a comunidade de leitores, cuja formação é compromisso do ensino, em qualquer nível.

3.5 Competências e habilidades

Os embates mencionados entre os paradigmas de estudo das línguas, em sua manifestação ordinária ou artística, apontam para a necessidade de os profissionais reconhecerem a provisoriedade das múltiplas posições em que sua área está colocada, em função das múltiplas mudanças discursivas que constituem a própria sociedade. Sob tal óptica, coloca-se como trabalho do professor o questionamento e a interrogação permanentes das "grandes narrativas filosóficas e científicas", para desestabilizar o discurso único.

Entretanto, cumpre acrescentar que a complexidade dos saberes envolvidos no projeto pedagógico do licenciado em Letras, habilitação em Língua Inglesa, não prescinde de uma formação específica daquele que lida com a língua/linguagem como objeto principal de seu trabalho. Assim, questões específicas da prática pedagógica do professor, da mesma forma que necessitam de uma visão ampla do processo educativo, não são resolvidas por meio de conhecimentos pedagógicos generalizantes acerca de sua profissão e de suas práticas.

Nessa perspectiva, a prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e sobre aquisição que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, a área já desenvolve pesquisas sobre temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura, veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua materna e de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador; o professor de Língua Portuguesa como leitor e produtor de texto.

A articulação entre teoria e prática se efetiva concretamente por meio desses conhecimentos específicos da área de estudos. Sem isso, os saberes permaneceriam estanques e pouco relacionados com o exercício específico da docência nas disciplinas.

As diretrizes curriculares nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs - dos diferentes níveis de ensino e uma série de outros documentos oficiais referentes à educação no Brasil, têm colocado, de acordo com uma tendência mundial, a necessidade de centrar o ensino e aprendizagem no desenvolvimento de competências e habilidades por parte do aluno, em lugar de centrá-lo no conteúdo conceitual.

Segundo Perrenoud (1999), não existe uma noção clara e partilhada das competências. Pode-se entender competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos a fim de se enfrentar uma determinada situação. Merece destaque aí o termo “mobilizar”, pois a competência não é o uso estático de regras aprendidas, mas uma capacidade de lançar mão dos mais variados recursos, de forma criativa e inovadora, no momento e do modo necessário. A competência abarca, portanto, um conjunto de elementos. Perrenoud trata de esquemas, em um sentido muito próprio.

Segundo a concepção piagetiana, o esquema é uma estrutura invariante de uma operação ou de uma ação. Não está, entretanto, condenado a uma repetição idêntica, mas pode sofrer acomodações, dependendo da situação. A competência implica uma mobilização dos conhecimentos e esquemas para desenvolver respostas inéditas, criativas, eficazes para problemas novos. Diz Perrenoud (1999) que “uma competência orchestra um conjunto de esquemas. Envolve diversos esquemas de percepção, pensamento, avaliação e ação” (p. 20).

Em geral, as habilidades são consideradas como algo menos amplo do que as competências. Assim, a competência estaria constituída por várias habilidades. Entretanto, uma habilidade não “pertence” a determinada competência, uma vez que uma mesma habilidade pode contribuir para competências diferentes.

É preciso que se ensine a comparar, classificar, analisar, discutir, descrever, opinar, julgar, fazer generalizações, analogias, diagnósticos, entre outras coisas, independentemente do objeto comparado ou classificado, por

exemplo. Caso contrário, o foco tenderá a permanecer no conteúdo e as competências e habilidades serão vistas de modo minimalista.

O futuro docente de língua e literatura deve aprender a compreender os fenômenos e não a memorizar elementos. As informações são importantes, mas sua aquisição deve estar direcionada para a compreensão.

A renovação tecnológica acelerada e a velocidade de produção e circulação de informações levam a pensar que, no momento, a educação deve produzir no aluno uma capacidade de continuar aprendendo. Não se trata de acumular informações, porque elas estão disponíveis a quase qualquer um, mas de desenvolver-se individualmente, atingindo a maturidade necessária para operar com a abundância de conteúdos de forma crítica e responsável.

O Curso de Letras/Inglês a distância da UFAL está sendo pensado, portanto, na perspectiva de que a graduação deve ser prioritariamente formativa e não simplesmente informativa. Isso significa que não é um curso que vise, exclusiva e prioritariamente, ao aprendizado da norma culta da língua, em sua modalidade escrita, por exemplo, mas um curso que possibilite o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre os fatos linguísticos e literários, por meio da análise, da descrição, da interpretação e da explicação, à luz de uma fundamentação teórica pertinente, tendo em vista, além da formação de usuário da língua e de leitor de mundo, a formação de profissionais aptos a ensinar essas habilidades.

É importante destacar que não se está entendendo aqui competência como um conceito fechado e dado a priori, mas uma competência contingenciada por demandas gerais da sociedade brasileira e específicas da Universidade e do próprio curso. Na atual contingência, essa macrocompetência está em conformidade com o marco referencial do projeto, e envolve as seguintes habilidades:

Gerais

- Raciocínio lógico, análise e síntese;
- Leitura e escrita, numa perspectiva da produção de sentido e compreensão de mundo,
- Leitura e escrita proficientes de diferentes gêneros;
- Utilização de metodologias de investigação científica;

- Assimilação, articulação e sistematização de conhecimentos teóricos e metodológicos para a prática do ensino;

- Utilização de recursos de informática necessários à sua formação.

Específicas

- Descrição e explicação de características fonológicas, morfológicas, lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas de variedades da língua em estudo;

- Compreensão, à luz de diferentes referenciais teóricos, de fatos linguísticos e literários, tendo em vista a condução de investigações sobre a linguagem e sobre os problemas relacionados ao ensino-aprendizagem de língua;

- Estabelecimento e discussão de relações entre textos literários e o com os contextos em que se inserem, e outros tipos de discursos;

- Relação do texto literário com problemas e concepções dominantes na cultura do período em que foi escrito e com os problemas e concepções do presente;

- Compreensão e aplicação de diferentes teorias e métodos de ensino que permitem a transposição didática do trabalho com a língua e suas literaturas, para a educação básica.

4. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Alagoas,

O ensino de graduação adotará políticas centradas em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta de seus cursos, a formação cidadã, o reconhecimento pela sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica (UFAL, 2013-1017, p. 43-44).

Segundo o documento, a universidade “deve possibilitar uma revisão permanente dos seus projetos pedagógicos, incluindo nesse debate os novos desenhos curriculares, inclusive aqueles já implantados quando da interiorização”, observando “novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas”, a saber:

- O uso das ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem;

- Produção de material instrucional pelos docentes;

- Implantação de sistemas de tutoria e reforço das monitorias, sejam elas via presencial ou a distância;

- Adoção de metodologias inovadoras como Problem-Based Learning (PBL);

- Ampliação dos seminários integradores, projetos integradores e/ou seminários temáticos;

- Formação de grupos de aprendizagem, coordenados por docentes e acompanhados por alunos dos anos finais, criando assim uma ampla rede de atendimento didático pedagógico;

- Fomentar demais estruturas didático-pedagógicas;

- Intensificar a mobilidade intra e interinstitucional como forma de ampliar conhecimentos, saberes e culturas. (UFAL, 2013-2017, p. 44).

Considera-se que uma “formação completa deve também levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afro descendentes e, por fim, do empreendedorismo” (UFAL, 2013-2017, p. 44). Na

graduação, a flexibilização curricular é fundamental para o processo de “internacionalização [...], que implica na criação de novas normas de aproveitamento de estudos e adequação curricular para permitir o ir e vir dos sujeitos da aprendizagem” (UFAL, 2013-2017, p. 44).

O ensino de graduação terá como planejamento maior o Projeto Pedagógico do Curso, baseado no Projeto Pedagógico Institucional. O plano de ações para suportar a oferta semestral dos cursos deve ser elaborado e/ou revisado periodicamente, sob a supervisão do Colegiado do Curso (UFAL, 2013-2017, p. 44-45).

Periodicamente deve haver “processo de avaliação, observando a atuação do docente, a participação dos discentes, os pontos relevantes no processo de ensino-aprendizagem e, não menos importantes, os indicadores de sucesso comumente conhecidos como evasão e retenção” (UFAL, 2013-2017, p. 45). A avaliação “deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares”, requerendo, “por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas” (UFAL, 2013-2017, p. 45).

O Colegiado do Curso deve manter reuniões periódicas, e o NDE deve fazer o planejamento de médio a longo prazo dos cursos. A avaliação “transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL” (UFAL, 2013-2017, p. 45). Há também o Fórum dos Colegiados, que proporciona discussões e analisa propostas de normativas e soluções.

4.1 Pesquisa

Dado o caráter interdisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais

diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do curso de Letras-inglês, modalidade EaD, a pesquisa se realiza desde o primeiro período, por meio dos Projetos Integradores que têm caráter interdisciplinar, e busca fortalecer a articulação entre teoria e prática, valorizando não só a pesquisa individual, como também a coletiva, proporcionando ao futuro professor oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões na sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

A partir do sexto período, o aluno iniciará sua pesquisa individual, desenvolvendo seu pré-projeto de pesquisa e escolhendo o orientador para o seu Trabalho de Conclusão de Curso.

4.2 Extensão

A LDB (lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, quando voltados à formação profissional ou às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino e aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

A Faculdade de Letras, por meio do programa “FALE em linguagens: integrando ensino e pesquisa na extensão”, tem por objetivo integrar projetos e ações de extensão, articulando as práticas de pesquisa e ensino com o objetivo de propor reflexões e alternativas sobre a relação da universidade com a sociedade. Também objetiva ampliar os conhecimentos acerca da realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras, a partir dos projetos, ações, cursos e eventos desenvolvidos de modo articulado.

Além desse, há o Programa “Casas de Cultura”, que abarca ações de extensão, com o objetivo de oferecer à comunidade cursos e eventos para promover o desenvolvimento linguístico e cultural. O programa articula teoria e prática na iniciação à docência, ao possibilitar o licenciando de Letras uma formação profissional que contemple uma fazer pedagógico mais reflexivo.

Destaca-se também o PIBID, que, por meio da formação continuada de professores de língua inglesa, busca propor reflexões e alternativas sobre a relação da universidade com a sociedade e ampliar os conhecimentos sobre a realidade vivenciada nos vários campos de atuação do profissional de Letras.

Há, ainda, o Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI). Também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionadas ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas.

Com a curricularização da extensão, em concordância com a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014-2024, que assegura, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, o aluno do curso de Letras-inglês EaD terá a oportunidade de se engajar em atividades de extensão que seguem os parâmetros estabelecidos Pela Pró-Reitoria de Extensão.

As atividades curriculares de extensão serão contempladas, intrinsecamente às ações de ensino e de pesquisa, na forma de programas e projetos de extensão utilizando-se, dentre outras, atividades de disciplinas obrigatórias ou eletivas para execução dos mesmos. Os estudantes participarão de projetos inseridos no programa institucionalizado de extensão da unidade acadêmica, pela vivência junto às comunidades de forma coletiva.

Para a complementação da carga horária mínima das atividades de extensão, os estudantes podem participar de outras atividades curriculares vinculados às comunidades, em qualquer período do curso, tais como: Pesquisa, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades de Complementares. Todas as ações de extensão são registradas junto a coordenação de extensão da Unidade Acadêmica e na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX.

4.3 Responsabilidade social

A Universidade Federal de Alagoas busca participar da sociedade alagoana ativamente no campo do ensino, da pesquisa e principalmente das atividades de extensão. Para tanto, é sensível aos desafios enfrentados, às solicitações das entidades com as quais se relaciona e dos participantes das atividades que oferece.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL deve difundir o conhecimento produzido. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas coautoras desse conhecimento.

Nesse sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

Levando em consideração tal premissa, o curso de Letras–inglês EaD pode desenhar projetos voltados para a melhoria das dificuldades encontradas nos municípios onde os alunos vivem relativas ao ensino-aprendizagem da língua inglesa. Tais estudantes podem desenvolver suas pesquisas pessoais nessas regiões, além de poder participar de formações continuadas de professores na área em questão.

4.4. Acessibilidade

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais, em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: autodeclaração. A UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o

estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento à acessibilidade arquitetônica, junta-se agora o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual seja a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 12.764/2012, que afirma: Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos.

Nesse sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013 orienta os sistemas de ensino. Em especial, recomenda que os PPCs contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido.

Para tal, a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva, cognitiva ou autista sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

O Núcleo de Assistência Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico para atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas, e para promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

De forma institucional, os coordenadores e professores do curso são estimulados a participar de capacitações pedagógicas e humanísticas, relacionadas às políticas de inclusão da pessoa com deficiência na educação. Estudantes também têm acesso a esses eventos.

Entretanto, em caso de comprovada necessidade de apoio, atividades de comunicação, locomoção, alimentação e cuidados pessoais à pessoa com transtorno do espectro autista ou outra deficiência serão também disponibilizados pela IES profissional, nos termos da legislação 12.764/2012.

4.4.1 Núcleo de acessibilidade

O Núcleo atua de forma a oferecer Atendimento Educacional Especializado – AEE- aos estudantes público-alvo (pessoas com deficiência, pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento e pessoas com Altas Habilidades). Esse atendimento tanto pode ser feito por meio de acompanhamento nas salas de aulas, quanto em atividades na sala do NAC em horário específico, para assessoria na confecção de trabalhos acadêmicos. É possível também adaptar materiais didáticos, e oferecer capacitação para o uso de tecnologias assistivas, como recursos de informática para transformar textos em áudio para pessoas cegas.

O NAC também promove cursos sobre recursos didáticos e assistência educacional a pessoas com deficiência, além de eventos sobre Educação Inclusiva abertos a toda a comunidade acadêmica. Em parceria com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e do Trabalho – PROGEP, promove cursos para corpo técnico e docentes da universidade. Atua em parceria com o Grupo de Estudo e Extensão em Atividade Motora Adaptada (GEEAMA) e o Núcleo de Estudos em Educação e Diversidade (NEEDI).

O AEE - Atendimento Educacional Especializado é um serviço da Educação Especial que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando à autonomia e à independência na escola e fora dela. Atende, prioritariamente, os estudantes de graduação, mas podem também ser atendidos estudantes da pós-graduação. De maneira geral, a comunidade acadêmica é atendida, em nome da inclusão, que envolve professores, corpo técnico e estudantes.

O Curso de Letras Inglês EAD, por se tratar de um curso a distância, naturalmente promove a acessibilidade, já que os estudantes poderão participar das atividades propostas pelo curso sem sair da região em que residem, beneficiando-se das adaptações feitas pelas famílias. No entanto, o curso pode desenvolver, junto ao NAE, mecanismos de auxílio ao estudante que tenha alguma necessidade particular e necessite de atendimento específico.

4.4.2 Inclusão

Desde 1999, a UFAL preocupa-se com inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – COSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

4.4.3 Políticas de cotas

No ano de 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas a candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas a candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salário mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até o ano de 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas públicas.

O Curso de Letras Inglês na modalidade a distância propicia essa inclusão ao possibilitar o acesso à universidade a pessoas que não teriam oportunidade de fazer um curso superior, independentemente do distanciamento em relação à UFAL, da classe social da qual faça parte e da disponibilidade de tempo em horário regular para estudar.

5.OBJETIVOS DO CURSO

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos multimodais. Esses futuros profissionais deverão ser conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro, devendo também deve ter domínio do uso da língua inglesa e objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações multiculturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Devem ser capazes de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente.

6.PERFIL DO EGRESSO E CAMPO DE ATUAÇÃO

6.1 Perfil do egresso

O aluno egresso do Curso de Letras licenciatura a distância estará apto para exercer a docência na educação básica pautada nas concepções atuais de educação. Portanto, considerando as habilidades e competências a serem desenvolvidas durante a formação do professor de Língua e suas literaturas, em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área e com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Letras, espera-se que esse profissional tenha o seguinte perfil:

- Utilização integrada das quatro habilidades linguísticas orais e escritas (oral, auditiva, leitora e escrita) em situações de comunicação diversas;
- Seleção e elaboração de materiais de ensino-aprendizagem de língua estrangeira, levando em conta a importância dos aspectos culturais das sociedades de língua inglesa;
- Uso das metodologias de ensino-aprendizagem direcionadas para as línguas estrangeiras e, sobretudo, especificamente para o ensino de língua inglesa.
- Capacidade de pautar-se nos valores da educação multicultural que possibilitem a comunicação internacional e o respeito entre as diferentes culturas;
- Capacidade para atuar em escolas das redes pública ou privada conforme as exigências pedagógicas pertinentes.
- Capacidade de operar, sem preconceitos, com a pluralidade de expressão linguística, literária e cultural;
- Atitude investigativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, espírito crítico e consciência do seu papel de formador;
- Conhecimento dos diferentes usos da língua e sua gramática;
- Conhecimento ativo e crítico de um repertório representativo de literatura, da língua em estudo;

- Capacidade de analisar, descrever e explicar, diacrônica e sincronicamente, a estrutura e o funcionamento da língua em estudo;
- Capacidade de analisar discursos de pontos de vista teóricos fundamentados em teorias presentes em sua formação;
- Capacidade de analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura;
- Capacidade de formar leitores e produtores proficientes de textos de diferentes gêneros e para diferentes propósitos;
- Capacidade de atuar em equipe interdisciplinar e multiprofissional;
- Posicionamento crítico acerca de novas tecnologias e conceitos científicos;
- Conhecimento dos métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem o trabalho, a negociação, o diálogo entre os conteúdos para os diferentes níveis de ensino (transposição didática);
- Conhecimento e prática de processos de investigação, com resultados que tragam contribuições para a área.

6.2 Campo de atuação

Tendo por base uma formação que articula ensino, pesquisa e extensão, relativamente aos conhecimentos linguísticos e literários da língua inglesa e em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Letras, os espaços de atuação do licenciado em Letras, habilitação em Língua Inglesa, estão mais diretamente voltados para a atuação como professor na educação básica, nos domínios público e privado. Há, ainda, a possibilidade de atuação deste profissional na revisão de textos, desenvolvimento e análise de material didático e de técnicas pedagógicas para o ensino da língua inglesa e respectivas literaturas, elaboração de proposta curricular no seu campo de atuação, assessoria cultural, crítica linguística e literária, dentre outros que envolvam a língua/linguagem/discurso, em termos de sua estrutura, funcionamento, manifestações culturais e sócio-históricas.

7.PROCESSO SELETIVO

O processo seletivo específico da UAB, modalidade a distância, será oferecido pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e gerenciado pela Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE) por meio de chamada em edital publicada nas páginas da COPEVE, CIED/UFAL e FALE.

São ofertadas 50 vagas por polo em um regime de entrada única, anual, sempre no primeiro semestre do ano.

De acordo com a Portaria Normativa nº 09, de 30 de junho de 2009, do Ministério da Educação, art. 4º, será mantido, pelo MEC, sistema eletrônico denominado "Plataforma Paulo Freire", com vistas a reunir informações e gerenciar a participação nos cursos no âmbito do Plano Nacional de Formação de Professores.

8. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

8.1 Estrutura curricular

8.1.1 Núcleo básico de formação específica do curso de Letras

O núcleo básico é o núcleo do qual devem compartilhar alunos de licenciatura em Língua Portuguesa e alunos de licenciatura com habilitação em Espanhol e em Inglês. Tem como objetivo a formação geral do aluno na área dos estudos da Linguagem. Essa formação geral deve ser adquirida por meio de disciplinas de Leitura e Produção de Texto, Teoria Linguística, Teoria Literária, Linguística Aplicada, Língua Latina e Introdução à Língua Inglesa.

A disciplina Prática de Leitura e Produção de Texto tem como objetivo desenvolver no aluno a capacidade de leitura e escrita de diversos gêneros, com ênfase nos gêneros acadêmicos.

As disciplinas de Teoria Linguística e Teoria Literária são encarregadas de dar ao aluno a fundamentação teórica para o estudo das diferentes línguas e suas respectivas literaturas. Enquanto que na Linguística se ensina, por exemplo, teoria fonológica, na Teoria da Literatura se discutem os conceitos, as funções, os gêneros e a periodização da literatura, bem como os elementos constitutivos da prosa, da poesia e do teatro. Nas literaturas se realiza o estudo da formação de uma literatura específica e da constituição do seu cânone, bem como o exame de suas obras relevantes e da relação entre o campo literário e outros campos discursivos.

A disciplina Linguística Aplicada visa a uma reflexão não-dicotômica entre teorias e práticas utilizadas na sala de aula de línguas, priorizando dados de pesquisa de linha antropológica e etnográfica.

Os estudos em Língua Latina objetivam introduzir o aluno nos Estudos Clássicos no sentido de estimular uma reflexão sobre o intervalo entre o mundo contemporâneo e o clássico, numa perspectiva histórica e crítica dessa contemporaneidade, tanto no que diz respeito a aspectos da língua quanto da cultura.

As disciplinas de Introdução à Língua Inglesa visam, por um lado, nivelar alunos que ingressam à Universidade com algum conhecimento do idioma e, por outro, oferecer aos ingressantes uma formação básica que objetiva o

desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

O núcleo básico deve ser integralizado em 600 horas de aulas distribuídas em:

Disciplina	Carga horária
Teoria Linguística	120 h
Teoria da Literatura	120 h
Introdução à Língua Inglesa	120 h
Língua Latina	80 h
Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa	80 h
Linguística Aplicada	80 h
Total	600 h

Além da formação básica, o curso de Letras/Inglês a distância contempla dois núcleos de formação: a) núcleo de formação do conhecimento sobre a língua e suas literaturas; b) núcleo de formação para a docência.

Assim, o aluno que optou pela habilitação em Língua Inglesa segue sua formação específica sobre a língua e suas literaturas, definida pelo núcleo de formação do conhecimento sobre a língua.

8.1.2 Núcleos de formação sobre a língua e suas literaturas

O primeiro núcleo de formação, articulado organicamente ao conhecimento adquirido pelo aluno durante o núcleo básico, tem como objetivo descrever e explicar a estrutura, os usos e as variações da língua, bem como apresentar as literaturas a partir do estudo das organizações discursivas e literárias de obras representativas, tendo sempre em vista o ensino básico. Envolve uma parte obrigatória mínima, com conteúdos considerados básicos sobre o funcionamento da língua e de suas literaturas, e uma parte eletiva, com conteúdos mais direcionados aos interesses específicos de cada aluno.

O núcleo de formação do conhecimento sobre a língua e suas literaturas deve ser integralizado em 900 horas de aulas (600 horas de disciplinas obrigatórias e 300 horas de eletivas).

Disciplinas Obrigatórias	Carga horária
Língua Inglesa 1	60 h
Língua Inglesa 2	60 h
Língua Inglesa 3	60 h
Língua Inglesa 4	60 h
Língua Inglesa 5	60 h
Língua Inglesa 6	60 h
Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa	60 h
Literaturas de Língua Inglesa 1	60 h
Literaturas de Língua Inglesa 2	60 h
Literaturas de Língua Inglesa 3	60 h
Total	600h

8.1.3 Núcleo de formação para a docência

O núcleo de formação para a docência tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula ao outro, numa correlação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar, em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001. Inclui aulas e atividades relacionadas à prática docente e ao estágio curricular supervisionado de ensino. As aulas e atividades contemplam uma formação docente ampla e uma estrita.

Em termos de formação mais ampla, o curso segue os princípios orientadores das Licenciaturas na UFAL (Resolução Nº 32/2005-CEPE, de 14 de dezembro de 2005), a qual está em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001), a Resolução CNE/CP nº 01/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, Curso de Licenciatura, de Graduação

Plena, e de acordo com o atendimento aos padrões mínimos de qualidade para a Graduação estabelecidos pela Lei nº 9.394/96 (LDBEN).

Desse modo, os alunos de Letras/Língua Inglesa a distância, assim como todos os alunos dos cursos de licenciatura da UFAL, discutem questões relativas ao trabalho docente e à atualização profissional, ao desenvolvimento e à avaliação da aprendizagem, ao currículo, à pesquisa educacional, à organização e gestão do trabalho escolar, e à política e organização da educação básica. Em termos de formação mais estrita, o curso oferece os Projetos Integradores, ou seja, atividades interdisciplinares especificamente relacionadas à integração do conhecimento teórico sobre a língua e suas literaturas e a prática docente (ANEXO III).

O núcleo de formação para a docência deve ser integralizado em 760 horas de aulas, sendo: 700 horas de formação para a docência, 60 horas específicas da Educação a Distância, além de 280 horas de Projetos Integradores e 400 horas de estágio supervisionado, num total de 1.440 horas, conforme quadro abaixo:

Disciplina	Carga horária
Formação do Docente de Língua Inglesa	60 h
Fundamentos de Libras	60 h
Profissão Docente	60 h
Organização do Trabalho Acadêmico	80 h
Política e Organização da Educação Básica no Brasil	80 h
Desenvolvimento e Aprendizagem	80 h
Planejamento Curricular e Avaliação da Aprendizagem	80 h
Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar	80 h
Pesquisa Educacional	60 h
Introdução à Educação a Distância	60 h
História e Cultura Afro-brasileira e indígena	60 h
Projetos Integradores	280 h
Estágio Supervisionado de Língua Inglesa	400 h
Total	1.440h

A integralização do curso compreende um total de 3.220 horas de aulas-atividades. Essa forma de estruturação do curso permite ao aluno a participação na sua própria formação, conforme sugere o Parecer CNE/CES 492/2001: “Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão” (p. 29).

Nesse sentido, o curso de Letras da FALE permite ao aluno flexibilidade no que diz respeito à escolha de conteúdos, ou seja, as disciplinas do núcleo de formação obrigatória de uma habilitação poderão ser computadas como disciplinas do núcleo de formação eletivo para as demais. Isso facultará ao aluno a possibilidade de concluir mais de uma habilitação, caso haja o reingresso e a complementação de estudos relativos à formação específica de cada habilitação.

8.1.4 Resumo da estrutura curricular

Resumo da Estrutura Curricular	Carga Horária
Núcleo Básico	600 h
Núcleo de Formação do Conhecimento sobre a língua e suas literaturas (obrigatórias e eletivas)	600h
	300 h
Núcleo de Formação para a Docência	1.440 h
Trabalho de Conclusão de Curso e Outras atividades	280 h
Total	3.220 h

Na matriz curricular, aparecem a Relação Teoria-Prática, a Interdisciplinaridade e a Transversalidade. Nas disciplinas de Projetos Integradores e de Estágio Supervisionado, por exemplo, há uma constante articulação entre teoria e prática, e um diálogo interdisciplinar. Temas transversais diversos aparecem nas disciplinas pedagógicas e nas de língua estrangeira, como forma de fomentar debates e praticar a leitura e a audição na língua estrangeira – ética, cidadania, meio-ambiente etc. As relações étnicas são especialmente tratadas na disciplina História e Cultura Afro-brasileira e

Indígena. Por ser o curso de licenciatura e habilitação em língua inglesa, a internacionalização se faz presente em aulas de língua e em disciplinas eletivas como Ensino de Língua Inglesa e Novas Tecnologias, Novos Letramentos, Estudos Culturais etc.

8.1.5 A prática como componente curricular

A prática como componente curricular envolve atividades de pesquisa e extensão, voltadas para o ensino de Inglês. As atividades devem estimular uma consciência reflexiva, visando à autonomia intelectual e profissional do futuro professor, com o objetivo de oportunizar a articulação entre a teoria e a prática desde o início do curso. Para isso, a Resolução CNE/CP Nº. 02 de 19 de fevereiro de 2002 prevê um mínimo de 400 (quatrocentas) horas a serem desenvolvidas ao longo do curso.

No âmbito do curso de Letras Inglês EaD, a pesquisa se realiza desde o primeiro período, por meio dos Projetos Integradores que têm caráter interdisciplinar, e busca fortalecer a articulação entre teoria e prática, valorizando não só a pesquisa individual, como também a coletiva, proporcionando, ao futuro professor, oportunidades de reflexão sobre a tomada de decisões mais adequadas à sua prática docente, com base na integração dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

A articulação entre teoria e prática é compreendida como um princípio de aprendizagem que se afasta da lógica positivista de produção do conhecimento, e possibilita o envolvimento dos alunos em problemas reais, tomando contato com seus diferentes aspectos e influenciando soluções. Dessa forma, possibilita ao aluno sair da condição de mero receptor de informações para tornar-se sujeito da produção desse conhecimento, cuja prática implica em ação reflexiva, atuação consciente e delimitação de planos de ação visando a determinados resultados. Assim, a prática constitui uma das dimensões para a produção de conhecimentos.

O estágio acadêmico possibilita a inserção do estudante no mundo laboral e na prática social, estimulando a reflexão crítica e a criatividade, a construção do conhecimento sobre a realidade social e a sensibilização para o atendimento das demandas sociais.

A prática específica de quem trabalha com a língua/linguagem exige saberes estreitamente ligados à área de estudo. A área dispõe de pesquisas concluídas ou em desenvolvimento sobre ensino e aprendizagem que articulam diferentes contribuições da Linguística e da Educação. Para citar exemplos, no âmbito da profissão docente, por exemplo, há pesquisas com temas como: o professor e sua relação com as propostas teóricas da Linguística e da Literatura veiculadas nos materiais didáticos; o professor e sua relação com as propostas curriculares para o ensino de língua e de literatura; o professor e sua relação com o livro didático de língua estrangeira; o professor de língua/literatura como pesquisador.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, a prática como componente curricular desenvolvida no curso é contemplada ainda no núcleo de formação para a docência, que tem como objetivo definir mais especificamente a atuação do professor. Esse núcleo se articula aos outros dois (Núcleo básico de formação específica do curso de Letras e Núcleo de formação sobre a língua e suas literaturas), numa correlação entre teoria e prática, ou seja, em um movimento contínuo entre saber e fazer na busca de significados na gestão e solução de situações próprias do ambiente da educação escolar. Em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001, o núcleo de formação para a docência inclui aulas e atividades relacionadas à prática docentes e o estágio curricular supervisionado de ensino.

O objetivo dos Projetos Integradores, assim como de Estágio Supervisionado, é transcender a sala de aula. A inter-relação preconizada permitirá tanto a aplicação e/ou transformação do componente teórico em prática, como a construção do conhecimento, alicerçada na reflexão sobre a realidade, principalmente educacional.

Além disso, o Trabalho de Conclusão de Curso exige do aluno demonstração de sua capacidade criativa e habilidade na aplicação dos aspectos práticos e pedagógicos do curso.

A carga horária está distribuída no quadro de Ordenamento curricular, conforme segue:

Ordenamento curricular de Letras/Inglês a distância na UFAL

Período	Código	Disciplina	Obrigatória	Carga horária		
				Teórica	Prática	Semestral Total
1		LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LP	Sim	40	40	80
		INTRODUÇÃO À LÍNGUA INGLESA 1	Sim	30	30	60
		TEORIA DA LITERATURA 1	Sim	60	-	60
		TEORIA LINGUÍSTICA 1	Sim	60	-	60
		PROFISSÃO DOCENTE	Sim	60		60
		PROJETOS INTEGRADORES 1	Sim	-	40	40
		INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	Sim	30	30	60
		Total				420 h
2		ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO	Sim	60	20	80
		INTRODUÇÃO À LÍNGUA INGLESA 2	Sim	30	30	60
		TEORIA DA LITERATURA 2	Sim	60	-	60
		TEORIA LINGUÍSTICA 2	Sim	60	-	60
		POL. E ORG. DA EDUC. BAS. NO BRASIL	Sim	70	10	80
		PROJETOS INTEGRADORES 2	Sim	-	40	40
	Total				380 h	
3		FUNDAMENTOS DE LIBRAS	Sim	50	10	60
		LÍNGUA INGLESA 1	Sim	40	20	60
		LINGUA INGLESA 2	Sim	40	20	60
		LÍNGUA LATINA	Sim	70	10	80
		LINGUÍSTICA APLICADA	Sim	60	20	80
		DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM	Sim	70	10	80
		PROJETOS INTEGRADORES 3	Sim	-	40	40
	Total				460 h	
4		LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO DA LÍNGUA INGLESA	Sim	40	20	60
		LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA 1	Sim	50	10	60
		FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA	Sim	30	30	60
		PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	Sim	60	20	80
		DISCIPLINA ELETIVA 1	Sim	35	10	45
		DISCIPLINA ELETIVA 2	Sim	35	10	45
		PROJETOS INTEGRADORES 4	Sim	-	40	40
	Total				390	
5		LÍNGUA INGLESA 3	Sim	40	20	60
		LINGUA INGLESA 4	Sim	40	20	60
		LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA 2	Sim	50	10	60
		PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR	Sim	60	20	80
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1	Sim	20	60	80
		DISCIPLINA ELETIVA 3	Sim	35	10	45
		PROJETOS INTEGRADORES 5	Sim	-	40	40
	Total				425	
6		LÍNGUA INGLESA 5	Sim	40	20	60
		LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA 3	Sim	50	10	60
		PESQUISA EDUCACIONAL	Sim	30	30	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2	Sim	20	60	80
		DISCIPLINA ELETIVA 4	Sim	35	10	45
		DISCIPLINA ELETIVA 5	Sim	25	05	30
		PROJETOS INTEGRADORES 6	Sim	-	40	40

		HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA	Sim	30	30	60
			Total			435
7		LÍNGUA INGLESA 6	Sim	40	20	60
		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3	Sim	10	70	80
		DISCIPLINA ELETIVA 6	Sim	35	10	45
		PROJETOS INTEGRADORES 7	Sim		40	40
			Total			225
8		ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4	Sim		160	160
		DISCIPLINA ELETIVA 7	Sim	35	10	45
			Total			205
RESUMO DO ORDENAMENTO CURRICULAR						
		Disciplinas obrigatórias				2.240
		Disciplinas eletivas				300
		Estágio				400
		TCC				80
		AACC				200
		TOTAL DA CHIC				3.220
		Observação: AACC – Atividades Acadêmico-Científico-Culturais CHIC – Carga Horária de Integralização Curricular TCC – Trabalho de Conclusão de Curso				

9. CONTEÚDOS CURRICULARES

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras Inglês EAD pode formar, os conteúdos contemplam o desenvolvimento de competências e habilidades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades críticas e reflexivas de caráter teórico-prático durante o período de integralização do curso.

9.1 Educação ambiental

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, entre outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

Para atender à legislação, o curso de Letras Inglês EAD inclui conteúdos curriculares, relacionados a questões ambientais, em diversas disciplinas obrigatórias e eletivas. Também ocorrem eventos institucionais realizados pela UFAL relacionadas à educação ambiental.

9.2 Relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Em atenção à Lei 10.639/2003 e à Lei 11.645/2008 bem como da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de

Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, as duas temáticas são tratadas no curso de Letras-Inglês a distância de forma transversal em algumas disciplinas.

Relações étnico raciais e História e cultura afro-brasileira são trabalhadas mais especificamente nos seguintes componentes curriculares: *Estudos Culturais e Ensino de Língua Inglesa e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena*.

9.3 Educação em Direitos Humanos.

A Educação em Direitos Humanos na UFAL adequa-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012.

O curso de Letras Inglês EAD, seguindo as orientações da resolução CONSUNI/UFAL 59/2014 estabelece que a temática dos direitos humanos deverá atender à legislação específica. Nessa perspectiva, o art. 8º da Resolução CNE/CP 01/2012 determina:

Art. 8º A Educação em Direitos Humanos deverá orientar a formação inicial e continuada de todos (as) os (as) profissionais da educação, sendo componente curricular obrigatório nos cursos destinados a esses profissionais.

O curso de Licenciatura em Inglês EAD trata da temática de direitos humanos não somente de forma transversal em suas várias disciplinas teóricas e teórico-práticas, mas também em suas ações na área de formação de professores em situação de pré-serviço, na inserção destes na comunidade educacional por meio das aulas de estágio supervisionado e das ações de extensão propostas.

Em sendo uma licenciatura da área de humanas com foco na formação de professores de línguas estrangeiras, o curso busca tratar de temas como:

Respeito à diversidade cultural de países falantes das outras línguas;

Valorização da cultura local brasileira;

Escuta atenta e respeito ao outro.

O curso de Letras Licenciatura em Inglês EAD preocupa-se também com a reflexão e discussão dos elementos que compõem o conjunto de direitos e deveres humanos e de cidadania (SOUSA SANTOS, 2003). A importância do

tratamento dos deveres, com a noção de direitos humanos, coloca a formação de professores no centro da crítica ao problema da sociedade de direitos, consistente com a crítica aos valores neoliberais de liberdade e autonomia.

O curso de licenciatura em Inglês EAD mostra com isso sua preocupação com uma formação sólida e crítico-reflexiva em relação à posição que o/a docente ocupa no contexto educacional brasileiro.

9.4 Libras

O componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas e no curso de Pedagogia e de Letras (Art. 3º do Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Nos demais cursos de graduação é opcional, devendo constar na lista dos componentes curriculares complementares.

O curso de Letras Inglês EAD oferece a disciplina *Fundamentos de Libras* como disciplina obrigatória na matriz curricular, prevista para o terceiro período.

9.5 Temas transversais

Os temas transversais “meio ambiente”, “pluralidade cultural”, “ética”, “educação sexual”, e “saúde” estão contemplados nas disciplinas Introdução à Língua Inglesa 1, Planejamento, Currículo e Avaliação da Aprendizagem, Formação do Docente de Língua Inglesa, e Língua Inglesa 5, respectivamente.

10. METODOLOGIA

Os profissionais do magistério interessados em participar dos cursos deverão efetuar sua pré-inscrição por meio da plataforma, indicando o curso pretendido e a Secretaria de Educação a que se encontra vinculado. As pré-inscrições serão analisadas pelas Secretarias de Educação dos Municípios, Estados e do Distrito Federal. Serão validadas as inscrições que correspondam às necessidades da respectiva rede, de acordo com planejamento estratégico elaborado. Após a conclusão do procedimento de validação pelas Secretarias de Educação, as listas com as inscrições serão submetidas às IPES para fins de seleção e matrícula.

Havendo um número de inscrições validadas superior às vagas ofertadas para o curso de Letras Licenciatura a distância em cada polo, serão definidos critérios internos de seleção.

10.1 Organização

O curso é estruturado em oito períodos, sendo os seis primeiros compostos por dois módulos cada e os dois últimos com um módulo cada, computando um total de 14 módulos, cujas atividades serão desenvolvidas na modalidade a distância com momentos presenciais e com a avaliação presencial. A carga horária dos encontros presenciais será de 12h, para as disciplinas de 60 horas ou mais, divididas em 8h no início da disciplina e 4h no término; e de 8h, para as disciplinas com menos de 60h, divididas em 4h no início e 4h no término. Além dos encontros presenciais previstos com o professor, serão, também, oferecidos plantões pedagógicos com os tutores em cada polo.

10.2 Processo de comunicação entre estudantes, tutores, professores formadores e coordenadores.

Os alunos podem dirigir-se ao polo, onde entram em contato com o tutor para receber as orientações e o calendário de atividades presenciais e a distância. Essas informações também são postadas no AVA. À medida que os conteúdos são trabalhados e sistematizados, o professor assume atitudes de

interação permanente, de diálogo, propondo exercícios que desencadeiem a reflexão, trabalhos em grupo, estudos de caso e/ou situações problema. Em cada polo, o tutor estimula os alunos à participação, orientando a formação dos grupos, acompanhando, dirimindo dúvidas e avaliando as ações realizadas durante as aulas.

As videoconferências e/ou vídeo-aulas desencadeiam as atividades que serão discutidas com os tutores e debatidas nos chats e nas atividades síncronas ou assíncronas.

A escolha das estratégias e técnicas serão realizadas coerentemente com os novos papéis do aluno, i.e., aquelas que privilegiam o papel de sujeito da aprendizagem por parte do aluno e o papel de incentivador, de mediador e orientador por parte do professor, nos diferentes ambientes do curso.

Um processo centrado na aprendizagem, como se propõe para o curso, prevê o uso de técnicas que incentivam a participação e a interação entre os alunos, o diálogo, a pesquisa, o debate, que promovam a produção do conhecimento, e que permitam o exercício de habilidades humanas importantes, como pesquisar em biblioteca, trabalhar em equipe com profissionais da mesma área e de áreas afins, apresentar trabalhos, fazer comunicações, dialogar, intercambiar experiências.

Para facilitar a comunicação entre alunos, tutores e professores, no decorrer do curso, serão utilizadas ferramentas do ambiente virtual de ensino aprendizagem e e-mail, além dos contatos presenciais nos polos.

10.3 Estratégias de desenvolvimento da aprendizagem

Em educação a distância, o aluno assume o papel de aprendiz ativo quando participa das aulas, das videoconferências, vídeo-aulas e se instrumentaliza mediante o ambiente virtual, os materiais e, pela internet, discute em sessões de *chats* e fóruns. São ações que o aluno realiza sozinho (autoaprendizagem), com o professor (videoconferência), com o tutor (*chat*, fóruns e tutoria) e com seus colegas (interaprendizagem), por meio das discussões em ambientes virtuais e presenciais.

10.4 Formação de professores e tutores para o exercício da modalidade a distância

As competências dos docentes se configuram dentro de um processo cumulativo, uma vez que elas se ampliam, para atender a um processo de ensino/aprendizagem cada vez mais abrangente, numa sociedade que se “tecnifica” e se “complexifica”. O processo de formação dos atores (aqui entendidos como gestores, professores pesquisadores e tutores) do Sistema UAB na Universidade Federal de Alagoas é desenvolvido pela Coordenação de Formação da CIED.

A Coordenação de Formação da CIED, composta de formadores (docentes e pós-graduandos da Universidade Federal de Alagoas), mantém o pressuposto de que não há formação específica que possa dar conta de tamanha complexidade, sendo necessárias ações que se desenvolvam dentro de uma perspectiva dialógica. Portanto, uma série de formações são disponibilizadas para as ações da EaD ou da Educação permeada pelas TICs.

A oferta da Capacitação é dimensionada em três troncos – básico, aprofundamento e específico. O tronco básico, denominado CAPACITA, é ministrado em sete módulos de 30 horas cada um. Para cada um dos módulos são ministradas três horas de aula presenciais. As 27 horas restantes são realizadas com atividades na plataforma Moodle.

Os módulos propostos são os seguintes:

Módulo I - Fundamentação Teórica em EaD (30h);

Módulo II – Estratégia de mediação pedagógica (30h);

Módulo III – Apresentação e oficina para uso das mídias (30h);

Módulo IV – Elaboração do material didático para EaD (30h);

Módulo V – Montando o curso na plataforma Moodle (30h);

Módulo VI – Docência e Tutoria na EaD (30h);

Módulo VII – Gestão Administrativa (30h).

Com o intuito de viabilizar a participação de todos os integrantes do sistema UAB no processo de formação, esses módulos são replicados sistematicamente em horários variados. Dessa forma, cada participante deverá frequentar o momento presencial do curso em horário compatível com sua agenda de trabalho. Para tanto, os horários das aulas presenciais são definidos

em revezamento dos turnos matutino, vespertino e noturno e em dias variados da semana, permitindo com isso uma maior flexibilização da oferta, tão presente nos pressupostos da EAD.

O tronco de aprofundamento é conduzido por profissionais formadores (convidados especialistas de outras instituições) com reconhecida experiência na área para ministrarem palestras e/ou oficinas para os integrantes do Sistema UAB. Os temas a serem tratados serão os seguintes:

Produção de programas em diferentes mídias;

Web conferência na EAD;

Produção e autoria de materiais na web 2.0;

Criação de casos de ensino;

Formação e manutenção de comunidades de aprendizagem e prática;

Interações no AVA.

O tronco específico trata da oferta de capacitações específicas para professores e tutores de cada curso, já que estes possuem especificidades no tratamento e condução de seus conteúdos e materiais. Essa oferta promove uma descentralização das capacitações, mas não a sua desintegração.

Há previsão para capacitação para os professores e tutores envolvidos na dinâmica da oferta do curso em cada semestre. Essas ações devem ser acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Coordenação de Formação da Coordenadoria Institucional de Educação a Distância.

10.5 Ambiente virtual de aprendizagem: recursos, ferramentas, materiais e atividades

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) possibilitam a comunicação contínua entre alunos, professores e tutores, e tornam possível a disponibilização de materiais e desenvolvimento de atividades.

As mídias utilizadas para o público alvo descrito serão o material digital, como mídia principal, além do computador, como mídia auxiliar para que o aluno tenha a possibilidade de interagir, pela Internet, com os colegas, com o tutor, com o professor, com os membros da equipe pedagógica e com a

instituição. O aluno terá, à disposição nos polos, computadores conectados à Internet para acessar os AVA.

Os AVA viabilizam a comunicação assíncrona dos alunos com professores e colegas, de modo que eles possam comentar as aulas, discutir temas relacionados às disciplinas em andamento em fóruns, enviar sua produção, compartilhar trabalhos desenvolvidos, acessar ementas e programas de disciplinas, bibliografias de referência, artigos on-line e outras informações importantes para um bom desempenho no curso. Mecanismos de colaboração e aprendizagem em grupo também estão presentes no ambiente, como fóruns especializados por área de conhecimento.

Os AVA proporcionam as seguintes funcionalidades:

- Ferramentas de criação de conteúdo online – onde designers e professores disponibilizam textos, animações, áudios, vídeos, simulações, avaliações de aprendizagem etc.

- Ferramentas de avaliação de aprendizagem – atividades com resposta automática (questões de múltipla escolha, certo/errado etc) e resposta descritiva, por meio da qual os professores e/ou tutores comentam os trabalhos dos alunos. As atividades sempre devem ficar registradas na plataforma.

- Disponibilização do livro texto (PDF) - fonte básica do conteúdo;

- Portal de informação por curso;

- Ferramenta de registro acadêmico;

- Ferramentas de Colaboração: Chat, Lista de Discussão, Fórum etc, que facilitam a interação dos alunos com os demais colegas do curso, com os tutores e com professores.

- Ferramentas de Apoio: Lista de contatos, Fale com o Professor, Fale com a Monitoria, Fale com a Tutoria, Webmail, entre outras ferramentas que permitem ao aluno diversas possibilidades de resolver suas dúvidas.

- Ferramentas de Pesquisa: Bibliotecas, Eventos, Busca no ambiente de aprendizagem e na Internet. As ferramentas de pesquisa expandem e conferem autonomia e independência ao aluno na busca de fontes alternativas de informação.

Os materiais didáticos serão disponibilizados no formato digital e on-line (nos AVA). Os materiais contemplam o conteúdo, as atividades reflexivas, de fixação e de avaliação, textos dos professores, leituras complementares e

obrigatórias, materiais complementares (indicações para sites na Internet, músicas, livros, artigos, filmes) etc. Gráficos, fotos, tabelas, ilustrações e diagramações adequadas enriquecem o projeto, e contribuem para uma melhor compreensão do conteúdo. Os livros indicados como leitura obrigatória e complementar devem estar à disposição dos alunos na biblioteca do polo.¹⁴

10.6 Encontros presenciais e frequência

Os encontros presenciais serão realizados nos polos do curso. Cada disciplina contará com, no mínimo, dois encontros presenciais. A participação dos alunos nos encontros presenciais é obrigatória em 75% do total da carga horária de cada disciplina.

10.7 Armazenamento/gerenciamento dos dados produzidos na modalidade EAD

A gestão acadêmica dos cursos da UAB na UFAL é realizada no mesmo sistema acadêmico dos cursos presenciais. Todas as rotinas administrativas e trâmites de matrícula, notas, transferência e trancamento são realizados na esfera da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e suas secretarias, além do Departamento de Registro e Controle Acadêmico (DRCA).

A UFAL dispõe de autonomia e infraestrutura na área de Tecnologia da Informação. Desde o início das atividades da UAB na IES, fez-se a opção de que os cursos da EAD recebam as mesmas orientações e determinações dos cursos presenciais.

Para as notas e registro de presença/faltas, além do Ambiente Virtual Moodle da UFAL, a universidade disponibiliza o SIEWEB, um sistema de gerenciamento acadêmico. Segue a descrição da plataforma virtual utilizada:

Moodle versão 1.9.13

Sistema Operacional: FreeBSD 8.1

Banco de dados: PostgreSQL (roda em máquina separada)

Servidor de Emails: Postfix - média de 30000 mensagens / dia (roda em máquina separada)

¹⁴ Os alunos podem também, sempre que necessário, solicitar empréstimos à Biblioteca Central, por meio da biblioteca local.

Backups diários do banco (a cada 6 horas)

Backups automatizados das configurações do servidor (a cada 24 horas)

Usuários inscritos: 22000

Total de cursos criados: 1240

Módulos mais utilizados (em ordem decrescente): Fóruns, Atividades e Blog

Plugins de terceiros utilizados: Acessibilidade, Livro e Dragmath

Customizações internas: SiCAm (sistema de criação de ambientes), mecanismo TLS para conexão segura a servidor de emails, módulo de integração (atualmente escrito em PHP)

Média de usuários únicos / dia: 630

Média de acessos / dia (hits): 270.000 (duzentos e setenta mil)

Média acessos / mês (hits): 8.000.000 (oito milhões)

10.8 Recuperação de estudos, trancamentos, transferências e outros itens relativos à permanência do aluno no curso

A recuperação de estudos será realizada com a oferta de turmas especiais, como já ocorre em outros cursos da UAB na UFAL, além de atividades de monitoria e grupos de estudo conduzidos pela tutoria presencial.

As solicitações de trancamento seguem a Resolução nº 56/95 – CEPE, de 18 de julho de 1995¹⁵ e as situações de transferência seguem a RESOLUÇÃO Nº 26/2009-CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009¹⁶.

A CIED, com a Procuradoria Federal da Universidade Federal de Alagoas, está revendo as resoluções no que tange às especificidades de alunos da Educação a Distância, uma vez que a realidade da UAB é ainda nova nas universidades brasileiras.

Para a permanência do aluno no curso, a CIED, com a Pró-Reitoria Estudantil (PROEST), a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), tem realizado um conjunto de ações, como a

¹⁵<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/documentos/resolucoes/resolucao_56_95_cepe>.

¹⁶<http://www.ufal.edu.br/estudante/graduacao/legislacao/normas/RCO%20n%2026%20de%2004%2005%2009%20TRANSFERENCIA.pdf/at_download/file>.

disponibilização de bolsas BDI e bolsas de extensão, visando à inserção do alunado na tríade ensino-pesquisa-extensão.

10.9 Estrutura atualizada dos polos (biblioteca, acervo, laboratório de informática) e articulação curso/polos

A infraestrutura dos polos onde será ofertado o curso atende aos requisitos da CAPES, tendo em vista as visitas técnicas de avaliadores da própria CAPES, que definiram os polos para a oferta do curso de Letras como AA (Apto), conforme pode ser visualizado no SisUAB

(http://www.uab.capes.gov.br/sisuab/Login_input.action).

Sobre o acervo da biblioteca, como também sobre a infraestrutura do laboratório de informática de cada polo pode-se informar que:

a) Acervo da biblioteca: já existe um levantamento de obras essenciais para atendimento ao curso, aguardando o financiamento específico para compra de livros, como o já ocorrido em cursos anteriores¹⁷.

b) Os professores dos dois primeiros semestres participarão de formações sobre a elaboração de material didático digital, para disponibilizar no AVA.

c) As mantenedoras dos polos devem investir na manutenção dos equipamentos informáticos, além da compra de novos artefatos e de livros, revistas e jornais.

d) A CIED, por meio de financiamentos da CAPES para aquisição de equipamentos de TIC, tem fornecido uma série de artefatos (lousa digital, antena wifi, notebook, desktop etc) para os polos.

A articulação do curso com o polo é realizada diretamente com as coordenações dos polos, utilizando meios tecnológicos (telefone, e-mail, skype) ou de visitas periódicas ao polo para reuniões e atendimento aos alunos. Esta articulação também é realizada com a mediação da CIED / UFAL.

¹⁷ Os alunos podem também, sempre que necessário, solicitar empréstimos à Biblioteca Central, por meio da biblioteca local.

10.10 Procedimentos preventivos da evasão

A implementação do ambiente de aprendizagem e a formalização dos alunos em um curso não garantem, por si só, que as redes comunicacionais se instaurem e que a aprendizagem colaborativa passe a ser construída. É necessário que haja monitoramento e retroalimentação: o projeto de monitoramento e retroalimentação diz respeito às ações intencionais previstas pelo curso.

Essas ações intencionais são importantes para que todos os alunos se sintam acolhidos e ouvidos e para que esse espaço de convivência possa ser reestruturado de acordo com as necessidades que vão emergindo no processo. Considera-se que quanto maior a interatividade em um curso online e quanto maior o sentimento de pertença a uma comunidade, menor será a evasão escolar.

Por esse motivo, o apoio oferecido pela instituição por meio da tutoria e da formação de tutores é de fundamental importância para o sucesso e prevenção da evasão de alunos do Curso de Letras – Habilitação em Língua Inglesa na modalidade a distância.

Particularmente, no caso da EAD, o papel do tutor é fundamental. O sucesso está na relação aluno, material didático e professor, sendo o tutor o principal responsável pela interação entre as três pontas desse tripé, e que realiza uma atividade permanente no processo de desenvolvimento do curso, em conjunto com a Coordenação de Tutoria, o professor e o Coordenador do Curso.

Assim, especificam-se melhor as ações do tutor na busca de prevenção da evasão:

- Acompanhar e oferecer aos alunos o auxílio necessário ao seu processo de autoaprendizagem, motivando-os na realização de tarefas e na relação dos conhecimentos adquiridos com a sua prática concreta;

- Garantir o fluxo comunicacional entre os participantes. A comunicação com alunos, assim como a eficiência de orientações, pode resolver problemas como a falta de atenção ou de motivação, que podem ocorrer durante o processo.

- Estruturar o ambiente cooperativo para incentivar a interação entre os alunos.

- Familiarizar-se com o Ambiente de Aprendizagem na Internet e com a estrutura do curso, para que, durante o processo de tutoria, possa realizar suas funções de forma rápida e eficaz.

- Corrigir cuidadosamente as atividades propostas em um tempo previamente determinado (prazo máximo de 24 horas), para interferir no processo de aprendizagem e fazer o acompanhamento necessário. Ao avaliar esse processo, verifica-se o grau de satisfação do aluno por meio de métodos estatísticos, fichas de avaliação e de observação, entre outros.

11. ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução 71/2006 do CONSUNI trata sobre a questão do estágio na UFAL:

O estágio curricular é obrigatório quando exigido em decorrência das diretrizes curriculares dos cursos e/ou previsto nos respectivos projetos pedagógicos, como disciplina que integraliza a estrutura curricular. [...] O estágio curricular pressupõe planejamento, acompanhamento, avaliação e validação pela Instituição de Ensino, em comum acordo com a instituição concedente. [...] O estágio curricular tem como objetivo o desenvolvimento de competências – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – em situações de aprendizagem, conduzidas no ambiente profissional, sob a responsabilidade da Universidade e da Instituição Concedente.

O Parecer CNE/CP 28/2001, ao estabelecer a duração e a carga horária dos cursos de Licenciatura define que “o estágio curricular supervisionado deverá ser um componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade intrinsecamente articulada com a prática e com as atividades de trabalho acadêmico”.

O mesmo parecer estabelece um tempo mínimo legal para o estágio de 400 horas. Nos cursos de licenciaturas e de Pedagogia, acadêmicos que exercem atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária de estágio curricular supervisionado até, no máximo, 200 horas, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2002, Art. 1º, Parágrafo único. A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados – também trata a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

O Estágio previsto no Curso de Letras licenciatura em Língua Inglesa na modalidade a distância está em consonância com a Lei n. 11.788 de 25/11/2008, bem como com a RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012 (Anexo IV) que estabelece normas de realização, organização e estruturação do estágio, além de atribuições dos envolvidos no processo e avaliação. Ademais, no documento também constam a carta de apresentação, a carta de recebimento do relatório e a carta de aceite.

O principal objetivo do estágio é que o aluno adquira experiência prática na sua área de formação. A partir do quinto semestre, o aluno começará a realizar atividades de estágio supervisionado, as quais se estendem até o último semestre. O curso de Letras na modalidade a distância objetiva formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais de seus futuros alunos. Essa formação só pode ser atingida por meio de uma prática que viabilize um real contato entre estágio e instituições educacionais. É no seu local de estágio que o aluno poderá entender a significação da escola e o laço que esta possui com sua comunidade, percebendo como deve ajustar o conteúdo curricular adquirido no Ensino Superior à sala de aula.

Para o estabelecimento desse contato entre as ações do Estágio Supervisionado e as Instituições Educacionais, o curso de Letras deve manter interação sistemática com escolas de ensino fundamental e médio.

Nos cursos para atendimento ao PARFOR, as escolas das quais os alunos fazem parte podem, especificamente, ser tomadas como parceiras para o desenvolvimento dessas atividades. Para esses professores já em exercício, os Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1999, p. 131) afirmam a necessidade “de potencializar a tematização da prática que já realiza, tomando-a como objeto de reflexão e também garantir a possibilidade de observação de outras experiências”. Desse modo, ter a prática como tema para discussão e reflexão deve ser o ponto de partida das atividades do Estágio Supervisionado na modalidade a distância, tendo em vista a participação de professores em exercício no curso de Letras.

O Estágio Supervisionado no curso de Letras na modalidade a distância envolve quatro momentos: prática inicial, prática intermediária, processos pedagógicos e prática docente, definidas a seguir:

A prática inicial envolve observação em sala de aula de Língua Inglesa e de Literatura, em escolas regulares (públicas e privadas), necessariamente, e/ou, ocasionalmente, nas Casas de Cultura para os alunos do Polo Maceió. Essas observações envolvem também o uso de recursos tecnológicos como o uso de áudios e vídeos educacionais, para a reflexão sobre a prática. Nesse momento, os alunos podem também planejar, acompanhar ou desenvolver pequenos projetos temáticos (sondagem e avaliação de escrita; jogos de

linguagem; processo de produção textual; audição e leitura de um determinado gênero textual, entre outros).

A prática intermediária envolve, além da observação, a pesquisa educacional e a coparticipação em sala de aula.

A participação em processos pedagógicos envolve, além da observação e da pesquisa educacional, uma participação mais efetiva, por exemplo, atendimento a grupos de alunos que estejam em dificuldade ou atendimento na biblioteca, entre outras atividades, como regência em sala de aula das séries finais do ensino fundamental.

A prática docente envolve observação, coparticipação e docência com, ao menos, uma aula supervisionada e avaliada por professor regente de turma do Ensino Médio da escola escolhida para estágio, e/ou nas Casas de Cultura, a partir de documento de avaliação.

Essas quatro etapas, diretamente relacionadas a cada semestre letivo da carga horária do estágio, não precisam acontecer de forma isolada ou estanque. A reflexão sobre a prática pode surgir tanto da observação de uma atividade registrada em vídeo quanto da observação/participação direta na sala de aula. Desse modo, todas as atividades do estágio devem estar diretamente articuladas com a prática e todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

Apresentação: disciplina e discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Exemplo: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LE - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio; objetivos previamente traçados; apresentação da elaboração da proposta, dificuldades encontradas no início do estágio; continuidade do planejamento, etapas da atividade programada e adaptações feitas.

Caracterização da escola - Dados Gerais:

Identificação da Escola – Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento)

Instalações da Escola (Infraestrutura e recursos materiais: Biblioteca – dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio)

Organização do trabalho escolar (calendário escolar; horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência)

Prática Sócio-Político-Pedagógica - Identificação da existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; Planejamento: como é feito, quem participa; Entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.

Diário de Campo - Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registro dos conteúdos abordados, metodologias, estratégias adotadas, avaliações empregadas, datas de realização e tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

Análise de dados e produtos de aprendizagem - Relatório feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

Comentários finais: reflexões de questões tais como a importância do estágio para a formação, dificuldades encontradas e sua superação, sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem no contexto do estágio.

Referências: Autores citados no relatório e nas notas.

Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio, registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

O professor de estágio deverá acompanhar as atividades de estágio no curso de Letras – Língua Inglesa na modalidade a distância. O estágio na modalidade a distância deve, para assegurar a necessária qualidade, atender a alguns pontos específicos, como:

- ter momentos presenciais para organização das atividades de estágio que não sejam apenas as das avaliações finais;
- ter um grupo de organização que estruture, sistematize e operacionalize as ações previstas para o estágio;
- disponibilizar materiais para que os alunos retomem os conteúdos trabalhados, como textos, vídeos, programas de computador, entre outros;

- utilizar meios de comunicação diferenciados para favorecer a interlocução entre os participantes, como cartas, telefone, rádio, internet (emails, redes sociais, blogs etc);

- desenvolver uma avaliação processual, acompanhando a habilidade de instrumentos no uso de plataformas e outros instrumentos utilizados na educação a distância.

O estágio poderá ser interrompido se houver trancamento de matrícula ou mudança de curso, se o aluno deixar de frequentar o curso regularmente. O aluno estagiará na área de Educação, totalizando 400 horas. O estágio poderá ser desenvolvido na área específica da escola com a qual o aluno mantém vínculo empregatício.

O aproveitamento de até 50% das 400 horas de estágio curricular supervisionado, conforme a resolução nº CNE/CP Nº 2, de 19 de fevereiro de 2002 (DOU 04/03/02), artigo 1º, inciso IV, Parágrafo único, dar-se-á para os alunos que exerçam ou exerceram atividade docente regular na educação básica, quando tais atividades:

a) tenham sido efetuadas em escolas autorizadas;

b) apresentem declaração comprobatória.

c) não estejam ligadas a áreas diferentes das áreas de atuação do curso.

O aproveitamento das horas de estágio curricular supervisionado será aprovado pelo Colegiado de Curso, ouvidos os professores envolvidos e o Coordenador de Curso.

As demais condições e prerrogativas para o estágio curricular obrigatório e não-obrigatório seguem a resolução Nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

11.1 Estágio curricular supervisionado – relação com a rede de escolas da Educação Básica

O estágio curricular supervisionado previsto/implantado regulamentado/institucionalizado promove, de maneira excelente, relação com a rede de escolas da Educação Básica, considerando, em uma análise

sistêmica e global, os aspectos: acompanhamento pelo docente da IES (Orientador) nas atividades no campo da prática, ao longo do ano letivo, com vivência da realidade escolar de forma integral, incluindo participação em conselhos de classe/reunião de professores.

11.2 Estágio curricular supervisionado – relação entre licenciandos, docentes e supervisores da rede de escolas da Educação Básica.

O estágio curricular supervisionado previsto/implantado regulamentado/institucionalizado promove, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: parceria entre docentes da IES, licenciandos e docentes da Educação Básica, incluindo o supervisor de estágio; acompanhamento/participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica; participação dos docentes da Educação Básica no processo de orientação/formação dos licenciandos.

11.3 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

O estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica; embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática; reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal; produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada.

12. INTEGRAÇÃO COM AS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

O Curso de Letras Inglês EAD promove a integração com as redes públicas de ensino por meio das atividades de estágios, projetos de pesquisa ou de extensão, que contemplem oportunidades para o engajamento com a comunidade (Vide item 4 deste Projeto)

13.ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares da UFAL estão institucionalizadas pela Resolução 4.122 e previstas para se integralizarem em 200 horas.

As atividades complementares objetivam atender outras exigências de um curso que almeja formar profissionais de ensino¹⁸. Incluem-se atividades de caráter científico, cultural e acadêmico, que, articuladas ao processo formativo do professor, possam enriquecer a formação. São previstas 200 horas de atividades (seminários, participação em eventos científicos, monitorias, iniciação à pesquisa, projetos de ensino, estudos afins etc.), que podem ser oferecidas pelo próprio curso, por qualquer outro setor acadêmico da UFAL, ou ainda, por qualquer outra instituição de ensino superior reconhecida no país.

O aluno de Letras a distância da UFAL, além das atividades e aulas obrigatórias previstas para sua formação, pode ainda participar de programas de pesquisa e extensão, como de outras atividades complementares a sua qualificação profissional.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), financiado pelo CNPQ e pela própria UFAL, é um programa centrado na iniciação científica de novos talentos em todas as áreas do conhecimento. É voltado para o aluno de graduação, como incentivo a sua formação. Privilegia a participação ativa de bons alunos em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada, individual e continuada, que culminam com um trabalho final avaliado e valorizado.

Os objetivos das atividades de pesquisa previstas por esses programas estão em consonância com os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (PPGLL), oferecido pela Faculdade de Letras, o que permite grande integração entre graduação e pós-graduação.

No tocante à extensão, é possível a participação, além de programas pontuais, desenvolvidos pelos professores do curso, em mais dois programas permanentes de extensão nos quais os graduandos podem desenvolver atividades a serem creditadas na sua vida acadêmica: as Casas de Cultura e o Núcleo de Estudos Indígenas (NEI).

¹⁸ Também em conformidade com o Parecer CNE/CP 28/2001.

As Casas de Cultura são parte de um programa de extensão permanente desenvolvido pela Faculdade de Letras que tem como objetivo oferecer curso de línguas estrangeiras modernas, em nível básico, intermediário e avançado, para a sociedade, e possibilitar a criação de um espaço de vivência de ensino de línguas estrangeiras para os alunos dos cursos de graduação e pós, mantidos pela Unidade. Nesse programa, os graduandos e pós-graduandos em Letras, sob a devida orientação de um professor, podem participar como professor-bolsista, em regime de estágio, curricular ou não, como monitor, auxiliando o professor titular no preparo de aulas e material didático, entre outras atividades.

O Núcleo de Estudos Indígenas, também vinculado à Faculdade de Letras, pretende incentivar estudos e pesquisas relacionados ao índio brasileiro, abrangendo os mais variados aspectos das ciências humanas. Os objetivos do Núcleo são:

- Incentivar estudos e pesquisas sobre a linguagem do índio e seus agentes condicionadores;
- Realizar pesquisas sobre temas relacionados com os índios brasileiros, abrangendo aspectos das Ciências Humanas: linguísticos, literários, antropológicos, religiosos, de saúde; das Artes: música, artes plásticas etc.;
- Promover exposições, conferências e ciclos de debates sobre temas indígenas;
- Divulgar os resultados dos estudos e pesquisas realizadas;
- Estabelecer intercâmbio com entidades locais e nacionais que se dedicam também ao estudo do índio brasileiro, e se fazer representar, quando necessário, no cenário nacional em prol das causas indigenistas.

Entende-se que diferentes atividades acadêmicas hoje desenvolvidas pelo discente, durante sua permanência na Universidade, são tão úteis para sua formação profissional quanto as disciplinas do núcleo de formação específica de seu curso.

Segundo a Resolução 113/95 CEPE da UFAL,

Art. 1º - As atividades da Parte Flexível de cada curso de graduação da Universidade Federal de Alagoas, serão classificadas em quatro grupos assim discriminados:

Grupo 1 – Atividades de Ensino;

Grupo 2 – Atividades de Extensão;

Grupo 3 – Atividades de Pesquisa;

Grupo 4 – Atividades de Representação Estudantil.

Art. 2º - A carga horária da Parte Flexível deverá, preferencialmente, ser distribuída ao longo do Curso e não poderá ser preenchida com um só tipo de atividade.

Art. 3º - Caberá ao Colegiado do Curso divulgar junto ao corpo discente a realização de eventos, aprovar o plano de atividades da Parte Flexível escolhido pelo aluno, sua realização à vista da documentação pertinente e encaminhar ao Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) o relatório final das atividades de cada aluno, para fins de registro em seu histórico escolar, do total de carga horária computada, indicadas no quadro anexo a esta Resolução.

Parágrafo único. – Os critérios de pertinência e de aproveitamento de cada grupo de atividades, previamente autorizadas pelo respectivo Colegiado de Curso, assim como a codificação correspondente para registro acadêmico, estão indicados no quadro anexo a esta Resolução.

14. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está institucionalizado por meio da Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005 que, em seu Art. 18, afirma:

O TCC é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL.

O TCC não se constitui como disciplina, não tendo, portanto, carga horária fixa semanal, sendo sua carga horária total prevista no PPC e computada para a integralização do Curso.

Nessa perspectiva, cada PPC toma para si a responsabilidade de definir a forma de realização, acompanhamento, apresentação e avaliação do TCC, estabelecendo normas próprias.

O TCC segue a Resolução n. 02/2009 de 17/09/2009 da Faculdade de Letras (Anexo IV), que estabelece normas para sua elaboração, em relação a: Coordenação, Carta de Aceite, orientação, objetivos, acompanhamento, prazo, critérios de avaliação e formatação, com ressalvas apenas em seu art. 4º.

Além da integralização em aulas e outras atividades previstas, é ainda condição para a finalização do curso a apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC corresponde a 80 horas-aula, que serão integralizadas na carga-horária total do curso.

Esse trabalho deve apresentar resultado de pesquisa desenvolvida pelo aluno - individualmente, sobre tema na área de estudos linguísticos ou literários, ensino-aprendizagem da língua inglesa ou de literatura de língua inglesa.

A pesquisa de que resultará o TCC deverá ser iniciada no quinto semestre do curso e será acompanhada por um professor-orientador, a quem compete o encaminhamento de todos os procedimentos necessários para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo aluno.

15. MATRIZ CURRICULAR

Abaixo seguem o Quadro de Saberes do Curso e o Ordenamento Curricular.

Quadro de Saberes da Licenciatura em Letras/Língua Inglesa – modalidade a distância				
Semestre		Saberes Específicos da Formação do Professor na UFAL	Saberes Específicos de Letras Licenciatura /Inglês	Carga horária
Primeiro	Módulo 1	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução à EaD (60) ✓ Projetos Integradores 1(20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Leitura e Produção de Texto em Língua Portuguesa (80) ✓ Teoria Linguística 1 (60) 	220 h
	Módulo 2	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 1 (20) ✓ Profissão Docente (60) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Teoria da Literatura 1 (60) ✓ Introdução à Língua Inglesa 1(60) 	200 h
Segundo	Módulo 3	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Organização do Trabalho Acadêmico (80) ✓ Projetos Integradores 2 (20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Teoria Linguística 2 (60) ✓ Teoria da Literatura 2 (60) 	220 h
	Módulo 4	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Política e Organização da Educação Básica no Brasil (80) ✓ Projetos Integradores 2 (20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Introdução à Língua Inglesa 2 (60) 	160h
Terceiro	Módulo 5	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento e Aprendizagem (80) ✓ Projetos Integradores 3(20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Língua Latina (80) ✓ Língua Inglesa 1 (60) 	240h
	Módulo 6	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 3 (20) ✓ Fundamentos de Libras (60) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Linguística Aplicada (80) ✓ Língua Inglesa 2(60) 	220 h

Quarto	Módulo 7	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Planejamento, currículo e avaliação da aprendizagem (80) ✓ Projetos Integradores 4 (20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Inglesa (60) ✓ Disciplina eletiva 1 (45) 	205h
	Módulo 8	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 4 (20) ✓ Formação do Docente de Língua Inglesa (60) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Literaturas de Língua Inglesa 1 (60) ✓ Disciplina eletiva 2 (45) 	185h
Quinto	Módulo 9	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projeto Pedagógico, Organização e Gestão do Trabalho Escolar (80) ✓ Projetos Integradores 5 (20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Língua Inglesa 3 (60) ✓ Disciplina eletiva 3 (45) 	205h
	Módulo 10	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 5 (20) ✓ Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 1(80) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Literaturas de Língua Inglesa 2 (60) ✓ Língua Inglesa 4 (60) 	220h
Sexto	Módulo 11	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisa Educacional (60) ✓ História e cultura afro-brasileira e indígena (60) ✓ Projetos Integradores 6 (20) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Língua Inglesa 5 (60) ✓ Disciplina Eletiva 4 (45) 	245h
	Módulo 12	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 6 (20) ✓ Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 2 (80) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Literaturas de Língua Inglesa 3 (60) ✓ Disciplina eletiva 5 (30) 	190h
Sétimo	Módulo 13	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Projetos Integradores 7(40) ✓ Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 3 (80) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Língua Inglesa 6 (60) ✓ Disciplina eletiva 6 (45) 	225 h
Oitavo	Módulo 14	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estágio Supervisionado de Língua Inglesa 4 (160) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disciplina eletiva 7 (45) 	205 h

Carga Horária	2.940 h	
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200 h	
Trabalho de Conclusão de Curso	80 h	
Carga Horária Total	3220h	

16. QUADRO DAS DISCIPLINAS ELETIVAS

O Curso de Letras Inglês na modalidade a distância ofertará ao discente as seguintes disciplinas eletivas:

Disciplinas Eletivas (Mínimo de 300 horas)	Carga horária
Análise e Produção de material para o Ensino de Língua Inglesa	45 h
Estudos Culturais e Ensino de Língua Inglesa	45 h
Gêneros e Ensino de Língua Inglesa	45 h
Introdução à Tradução	45 h
Literatura de Língua Inglesa e Cinema	45 h
Literatura e Ensino de Língua Inglesa	45 h
Literatura em Língua Inglesa e Estudos Feministas	45 h
Novas Tecnologias Aplicadas ao Ensino de Língua Inglesa	45 h
Fonética e Fonologia	30 h
Teoria do Discurso e Ensino de Língua Inglesa	30 h
Novos Letramentos e Ensino de Língua Inglesa	30h

17. EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR

17. 1 Disciplinas obrigatórias

Disciplina: LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA – 80h

Ementa:

Prática de leitura e produção de texto, de diversos gêneros, em português, fundamentadas no conceito de linguagem como atividade interlocutiva e no texto como unidade básica significativa na língua.

Bibliografia básica:

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

LITTO, F. M. *Aprendizagem a distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MERCADO, L. P. L. (Org.). *Experiências com tecnologias de informação e comunicação na educação*. Maceió: EdUFAL, 2006.

Bibliografia Complementar:

DEMO, P. *Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: novo ritmo da informação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus Editora, 2007.

TORI, R. *Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo/Escola do Futuro, USP, 2010.

Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 1 – 60h

Ementa:

Reflexão sobre fundamentos da teoria da literatura, natureza e função de seu objeto e conceituação dos gêneros literários, desde a Antiguidade aos estudos contemporâneos, com base na análise de textos teórico-críticos.

Bibliografia básica:

ARISTÓTELES; HORÁCIO; LONGINO. *A poética clássica*. Tradução de Jaime Bruna. 7. ed., São Paulo: Cultrix, 1977.

GONÇALVES, M. T.; BELLODI, Z. C. *Teoria da literatura "revisitada"*. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 2005.

PLATÃO. *Diálogos III: A república*. 25. ed., Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

Bibliografia complementar:

BOSI, A. *Reflexões sobre a arte*. São Paulo: Ática, 1985.

BOSI, A. (Org.). *Leitura de poesia*. São Paulo: Ática, 1996.

PERRONE-MOISÉS, L. *Flores da escrivainha: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SOARES, A. *Gêneros literários*. São Paulo: Ática, 1989.

SOUZA, R. A. de. *Teoria da literatura*. São Paulo: Ática, 1986.

Disciplina: TEORIA LINGUÍSTICA 1 – 60h

Ementa:

Panorama geral dos fenômenos da linguagem e suas abordagens, dos estudos tradicionais à teoria linguística. Pressupostos teórico-metodológicos das correntes teóricas da Linguística moderna.

Bibliografia básica:

LYONS, J. *Linguagem e Linguística*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: domínios e fronteiras* 1. São Paulo: Cortez, 2001.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística geral*. 34 ed., São Paulo: Cultrix, 2012.

Bibliografia complementar:

KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1969.

MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MOUNIN, G. *A linguística do século XX*. Lisboa: Editorial Presença/ Martins Fontes, 1972.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística – domínios e fronteiras* 2. São Paulo: Cortez, 2001.

SAPIR, E. *Linguística como ciência*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1961.

Disciplina: PROFISSÃO DOCENTE – 60h

Ementa:

A constituição histórica do trabalho docente. A natureza do trabalho docente. Trabalho docente e relações de gênero. A autonomia do trabalho docente. A proletarianização do trabalho docente. Papel do Estado e a profissão docente. A formação e a ação política do docente no Brasil. A escola como locus do trabalho docente. Profissão docente e legislação.

Bibliografia básica:

CHARLOT, B. *Formação dos professores e relação com o saber*. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

COSTA, M. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

ESTRELA, M. T. (Org.). *Viver e construir a profissão docente*. Porto: Porto Editora, 1997.

Bibliografia complementar:

ALTHUSSER, L. *Aparelhos Ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ARROYO, M. *Ofício de mestre*. São Paulo: Vozes, 2001.

BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LESSARD, C.; TARDIF, M. *O trabalho docente*. SP: Vozes, 2005.

NÓVOA, A. (Org.) *Vidas de professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

Disciplina: INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – 60h

Ementa:

A modalidade de EaD: histórico, características, definições, regulamentações. A EaD no Brasil. A Mediação pedagógica na modalidade EaD. Organização de situações de aprendizagem. Ambientes Virtuais de ensino- aprendizagem. Atividades de Prática como Componente Curricular. Conhecimento de

aplicativos, serviços e habilidades básicas para navegação, comunicação, obtenção, manipulação e arquivamento de dados.

Bibliografia básica:

BELLONI, M. L. *Educação a distância*. 5 ed. Campinas: Autores Associados, 2009.

LITTO, F. M. *Aprendizagem a distância*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MERCADO, L. P. L. (Org.). *Experiências com tecnologias de Informação e comunicação na educação*. Maceió: EdUFAL, 2006.

Bibliografia complementar:

DEMO, P. *Educação hoje: "novas" tecnologias, pressões e oportunidades*. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

KENSKI, V. M. *Educação e tecnologias: novo ritmo da informação*. Campinas, SP: Papirus, 2007.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. M. M. (Orgs.). *Educação a distância: o estado da arte*. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MORAN, J. M. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus Editora, 2007.

TORI, R. *Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo/Escola do Futuro, USP, 2010.

Disciplina: HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA – 60h

Ementa:

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena a partir das leis regulamentadoras de nº 9.394/96, 10.630/03 e 11.645/08. As culturas africana e indígena na literatura e história brasileiras. Retrospectiva da história da África e dos africanos; O contato entre o europeu e o africano e a chegada dos africanos no Brasil; as diversas formas e tipos de escravidão. Os negros e sua luta no Brasil. A história de um povo resistente. A cultura negra e a cultura indígena. Influência no Brasil. A formação da sociedade nacional.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, Anne Francially da Costa. *Língua e identidade: reflexões discursivas a partir do diretório dos índios*. Maceió: EDUFAL, 2007.

LOPES, Nei. *História e cultura africana e afro-brasileira*. São Paulo: Balsa Planeta, 2008.

PRANDI, Reginaldo. *Os príncipes do destino: histórias da mitologia afro-brasileira*. São Paulo: Cosac Naify, 2001.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais/Temas Transversais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>

BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

PORTUGAL, Fernandes. *Curso de cultura religiosa afro-brasileira*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988.

SAYERS, Raymond S. *O negro na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1958.

Disciplina: PROJETOS INTEGRADORES – 280h

Ementa:

Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

Bibliografia básica: Ver anexo III

Disciplina: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO – 80h

Ementa:

As Ciências e o Conhecimento Científico: sua natureza e o modo de construção nas Ciências Humanas e Sociais. Diferentes formas de conhecimento da realidade. A construção do conhecimento científico e a pesquisa em educação. Aspectos técnicos do trabalho científico. Diretrizes para a leitura, análise e interpretação de textos.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, Z. (Org.) *A crise dos paradigmas e educação*. São Paulo: Cortez, 1994.

CARVALHO, M. C. M. de (Org.). *Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas*. Campinas: Papyrus, 1994.

CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. *Trabalhos acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação*. 2ª ed., Niterói: Intertexto, 2004.

Bibliografia complementar:

COSTA, A. R. F. et al. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. 8. ed., Maceió: EDUFAL, 2010.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

FAZENDA, I. (Org.) *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 2000.

RAMPAZZO, L. *Metodologia científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

Disciplina: INTRODUÇÃO À LINGUA INGLESA 1 – 60h

Ementa:

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível introdutório 1**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Tema transversal: Meio ambiente

Bibliografia básica:

AMERICAN English course: textbook. London [England]: Balsa Planeta: Linguaphone, 2005.

ARAÚJO, Maria Inês Oliveira; SOARES, Maria José Nascimento. *Educação ambiental: o construto de práticas pedagógicas consolidadas na pesquisa de professores em escolas públicas*. Aracaju: Criação, 2010.

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

Bibliografia complementar:

- JOHNSON, Karen E. *Second language teacher education: a sociocultural perspective*. 1st ed. New York: Routledge, 2009.
- MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2000.
- TAVARES, Roseanne Rocha (Org.). *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006.
- SIGNORINI, I et CAVALCANTI, M. (Orgs.) *Linguística Aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- STOFF, Rudolf. *Gramática de inglês*. 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

Disciplina: INTRODUÇÃO À LINGUA INGLESA 2 – 60h**Ementa:**

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível introdutório 2**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Referências básicas

- AMERICAN English course: textbook. London [England]: Barsa Planeta: Linguaphone, 2005.
- MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2000.
- STOFF, Rudolf. *Gramática de inglês*. 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

Bibliografia complementar:

- BRITTO, Marisa M. Jenkins de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. *Michaelis inglês: gramática prática*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
- BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009
- JOHNSON, Karen E. *Second language teacher education: a sociocultural perspective*. 1st ed. New York: Routledge, 2009.
- TAVARES, Roseanne Rocha (Org.). *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006
- SIGNORINI, I et CAVALCANTI, M. (orgs.) *Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Disciplina: TEORIA DA LITERATURA 2 – 60h**Ementa:**

Estudo das correntes críticas do século XX, tanto as de caráter imanente (Formalismo Russo, New Criticism) quanto as que relacionam a análise da literatura a fatores externos (crítica sociológica, psicológica), com base em leituras teórico-críticas e respectivos suportes literários.

Bibliografia básica:

- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed., rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- MARTINS, M. H. (Org.). *Rumos da crítica*. São Paulo: Editora Senac São Paulo; Itaú Cultural, 2000.

TOLEDO, D. de O. (Org.). *Teoria da literatura: formalistas russos*. 2. ed., Porto Alegre: Globo, 1976.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad.: Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BARTHES, R. *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1985.

COSTA LIMA, L. (seleção, coordenação e tradução.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CULLER, J. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. Sandra Gardini T. Vasconcelos. São Paulo: Becca, 1999.

REIS, C. *Teoria literária: uma introdução*. Lisboa: Almedina, 1999.

Disciplina: TEORIA LINGUÍSTICA 2 – 60h

Ementa:

Estudo de tendências teóricas linguísticas contemporâneas pós-estruturalistas, que relacionam os aspectos linguísticos e os sociais, seja através da noção de variação (Sociolinguística Laboviana), da interação qualitativa (Sociolinguística Interacional), do enunciado como unidade de análise (Teorias da Enunciação e da Pragmática), do texto como unidade de análise (Linguística textual) e do discurso (as diferentes análises do discurso).

Bibliografia básica:

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.

BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

Bibliografia complementar:

FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística II*. Princípios de análise. São Paulo: Contexto, 2003.

LOPES, E. *Fundamentos da Linguística contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1995.

MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos 3*. São Paulo: Cortez, 2004.

ORLANDI, E. *O que é Linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M (Orgs.). *Sociolinguística Interacional*. Porto Alegre: AGE, 1998.

Disciplina: POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL – 80h

Ementa:

A Educação escolar brasileira no contexto das transformações da sociedade contemporânea. Análise histórico-crítica das políticas educacionais, das reformas de ensino e dos planos e diretrizes para a educação escolar brasileira. Estudo da estrutura e da organização do sistema de ensino brasileiro em seus aspectos legais, organizacionais, pedagógicos, curriculares, administrativos e financeiros, considerando, sobretudo a LDB (Lei 9.394/96) e a legislação complementar pertinente.

Bibliografia básica:

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury. 4ª ed., - Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
BRASIL. Plano Nacional de Educação. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília. Conselho Nacional de Educação. 2001.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. 2ª ed., Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República. 2003

BRZEZINSKI, I. (Org.) *LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Supervisão educacional para uma escola de qualidade*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

VERÇOSA, E. de G. (Org.). *Caminhos da educação da colônia aos tempos atuais*. Maceió/São Paulo: Ed., Catavento, 2001.

Disciplina: FUNDAMENTOS DE LIBRAS – 60h

Ementa:

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

Bibliografia básica:

BRITO, L. F. *Por uma gramática de língua de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

COUTINHO, D. *Libras e língua portuguesa: semelhanças e diferenças*. João Pessoa: Editor: Arpoador, 2000.

QUADROS, R. M., KARNOPP, L. B. *Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Bibliografia complementar:

FELIPE, T. A. *Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista*. Brasília: Programa nacional de apoio à educação dos surdos, MEC; SEESP; 2001.

GESSER, Audrei. *Libras? que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

LOPES FILHO, O. (Org.). *Tratado de fonoaudiologia*. São Paulo: Roca, 1997.

SACKS, O. W. *Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALLES, H. M. M. L. et al. *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para prática pedagógica*. 2 v.: Programa nacional de apoio à educação dos surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2005.

Disciplina: LÍNGUA LATINA – 80h

Ementa:

Estudo das estruturas básicas do latim e seu funcionamento como fundamento das línguas românicas, máxime o português.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, N. M. *Gramática latina*. São Paulo: Saraiva, 1981.
CARDOSO, Z. A. *Iniciação ao latim*. São Paulo: Ática, 1989.
GARCIA, J. M. *Introdução à teoria e prática do latim*. Brasília: Editora da UNB, 1993.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática latina: curso único e completo - gramática, questionários, exercícios, provérbios, sentenças e anexis, excertos de vários autores: Publílio Siro, Eutrópio, Vlério Máximo, César, Cícero, Fedro, Virgílio, Horácio, Ovídio..* 29. ed. Saraiva, 2000.
BERGE, D. et alli. *Ars latina*. Petrópolis: Vozes, 1993.
EMILIANO, António Henrique de Albuquerque. *Latim e romance na segunda metade do século XI: análise scripto-linguística de documentos notariais do Liber Fidei de Braga de 1050 a 1110*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
MACEDO, Silvio de. *Estrutura morfossintática do latim vulgar: pesquisa sobre a função do morfema "de"*. Maceió: Imprensa Universitaria, 1976.
REZENDE, A. M. *Latina essentia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1994.

Disciplina: LINGÜÍSTICA APLICADA – 80h**Ementa**

Definição de Linguística Aplicada (LA) e visão de seu objeto de estudo. Fundamentos da LA com foco na aquisição, ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras (LE), segundas línguas (L2) e língua materna (LM). Diferentes pesquisas aplicadas e seus pressupostos teóricos.

Bibliografia básica:

ARAÚJO, J. C. et al.. *Linguística Aplicada e sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro*. Campinas: Pontes Editores, 2011.
MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
SILVA, K. A. da; ORTIZ ÁLVAREZ, M. L. *Perspectivas de investigação em Lingüística Aplicada*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. *Linguística Aplicada, ensino de línguas e comunicação*. Campinas: Pontes Editores e ArteLíngua, 2006.
BRUNO, F. C. (Org.). *Ensino-aprendizagem de línguas estrangeiras*. Reflexão e Prática. São Carlos: Claraluz, 2005.
FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (orgs.). *Aspectos da Linguística Aplicada*. Florianópolis: Insular, 2000.
GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.
MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

Disciplina: DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM – 80h**Ementa:**

Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano e da aprendizagem na adolescência e na fase adulta, relacionando-os com as diversas concepções de homem e de mundo, identificando a influência das

diferentes teorias psicológicas na educação, numa perspectiva histórica. Relação entre situações concretas do cotidiano do adolescente e do adulto com as concepções teóricas de aprendizagem estudadas, considerando os fundamentos psicológicos do desenvolvimento nos aspectos biológico, cognitivo, afetivo e social na adolescência e na fase adulta através das principais teorias da Psicologia do Desenvolvimento.

Bibliografia básica:

BEE, H. *A Criança em desenvolvimento*. São Paulo: Harbra, 1988.
BIAGGIO, A. M. B. *Psicologia do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1988.
ERIKSON, E. H. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

Bibliografia complementar:

BECKER, F. *Modelos pedagógicos e modelos epistemológicos*. Educação e Realidade. Porto Alegre: ARTMED, 2001.
CASTRO, A. D. de. *Piaget e a didática: ensaios*. São Paulo: Saraiva, 1974.
FERREIRA, M. G. *Psicologia educacional: análise crítica*. São Paulo: Cortez, 1987.
GALLANTIN, J. *Adolescência e individualidade*. São Paulo: Harbra, 1978.
GOULART, I. B. *Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Disciplina: LÍNGUA INGLESA 1 – 60h

Ementa:

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível básico 1**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Bibliografia básica:

AMERICAN English course: textbook. London [England]: Barsa Planeta: Linguaphone, 2005.
MORIN, E. *Saberes globais e saberes locais: o olhar interdisciplinar*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2000.
STOFF, Rudolf. *Gramática de inglês*. 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

Bibliografia complementar:

BRITTO, Marisa M. Jenkins de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. *Michaelis inglês: gramática prática*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.
BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.
JOHNSON, Karen E. *Second language teacher education: a sociocultural perspective*. 1st ed. New York: Routledge, 2009.
TAVARES, Roseanne Rocha (Org.). *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006
SIGNORINI, I et CAVALCANTI, M. (orgs.) *Linguística aplicada e Transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Disciplina: PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM – 80h

Ementa:

Estudo dos princípios, fundamentos e procedimentos do planejamento, do currículo e da avaliação, segundo os paradigmas e normas legais vigentes norteando a construção do currículo e do processo avaliativo no Projeto Pedagógico da escola de Educação Básica.

Tema Transversal: Pluralidade Cultural.

Bibliografia básica:

BRZEZINSKI, I. (Org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 1997.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *Autonomia da escola: princípios e propostas*. Guia da escola Cidadã. São Paulo: Cortez, 1997.

SAUL, A. M. *Avaliação emancipatória*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Congresso Nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996.

COSTA, M. V. (Org.). *O currículo nos limiares do contemporâneo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: DP& A, 1999.

GOVERNO DO BRASIL. Diretrizes Curriculares para a Educação Básica. Resoluções CNE/CEB nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1998; nº 3/98 de 26.06.98; nº 1 de 05.07.2000; nº 2 de 19.04.1999; nº 3/99 de 03.04de 2002.

HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho: o conhecimento é um caleidoscópio*. 5º ed., Porto Alegre: ARTMED, 1998.

SECCO, Carmen Lucia Tindo; SALGADO, Maria Teresa; JORGE, Silvio Renato. *Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.

Disciplina: LINGUA INGLESA 2 – 60h

Ementa:

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível básico 2**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Bibliografia básica:

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

JOHNSON, Karen E. *Second language teacher education: a sociocultural perspective*. 1st ed. New York/London: Routledge, 2009.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal* 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FROMM, Guilherme; HERNANDES, Maria C. Lima. (Org.). *Domínios de linguagem 3 - práticas pedagógicas 2*. 1ed.São Paulo: Edição dos autores, 2003.

FROMM, Guilherme; HERNANDES, Maria C. Lima. (Org.). *Domínios de Linguagem IV*. 1ed.São Paulo: Edição dos autores, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez: UNESCO, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina: LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA 1 – 60h

Ementa:

Introdução à história das literaturas de língua inglesa. Estudo de textos literários em língua inglesa a partir do ano 700 até a contemporaneidade, com ênfase na formação das literaturas de língua inglesa e no teatro elisabetano.

Bibliografia básica :

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HEANEY, Seamus. *Beowulf: a new verse translation*. New York: W. W. Norton & Company, 2000.

SHAKESPEARE, William. *The complete works of William Shakespeare*. New Jersey: Gramercy Books, 1990.

Bibliografia complementar:

ABRAMS, M. H. *The Norton anthology of English literature*. 6th ed. New York; London: W. W. Norton, 1993.

BURGESS, Anthony. *A literatura inglesa*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.

PRIESTLEY, J. B. *Adventures in English literature*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1989.

SHAKESPEARE, William. *Macbeth*. Porto Alegre: Movimento, 2006.

VIGOTSKY, L. S. *A tragédia de Hamlet: príncipe da Dinamarca*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Disciplina: PROJETO PEDAGÓGICO, ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO TRABALHO ESCOLAR – 80h

Ementa:

A Escola como organização social e educativa. As Instituições escolares em tempos de mudança. O planejamento escolar e o Projeto Pedagógico: pressupostos e operacionalização. Concepções de organização e gestão do trabalho escolar. Elementos constitutivos do sistema de organização e gestão da escola. Princípios e características da gestão escolar participativa. A participação do professor na organização e gestão do trabalho da escola.

Bibliografia básica:

BICUDO, M. A. V.; SILVA JÚNIOR, M. A. *Formação do educador: organização da escola e do trabalho pedagógico*. V.3. São Paulo: ENESP, 1999.

LIBÂNEO, J. C. *Organização e gestão da escola: Teoria e Prática*. 5ª ed., Goiânia: Alternativa, 2004.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papirus, 2001.

Bibliografia complementar:

LIMA, Licínio C. *A escola como organização educativa*. São Paulo: Cortez, 2001.

PETEROSKI, H. *Trabalho coletivo na escola*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

VASCONCELOS, C. dos S. *Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2001.

VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). *Escola: espaço do Projeto Político-Pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 1998.

VIEIRA, S. L. (Org.) *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Disciplina: LINGUA INGLESA 3 – 60h

Ementa:

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível intermediário 1**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Bibliografia básica:

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

JOHNSON, Karen E. *Second language teacher education: a sociocultural perspective*. 1st ed. New York/London: Routledge, 2009.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*, 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FROMM, Guilherme; HERNANDES, Maria C. Lima. (Org.). *Domínios de linguagem 3: práticas pedagógicas 2*. 1ed. São Paulo: Edição dos autores, 2003.

FROMM, Guilherme; HERNANDES, Maria C. Lima. (Org.). *Domínios de Linguagem IV*. 1ed. São Paulo: Edição dos autores, 2004.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 3. ed. São Paulo: Cortez: UNESCO, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências' revisitado*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina: LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA 2 – 60h

Ementa:

Estudo dos textos literários em língua inglesa a partir de temáticas e/ou movimentos específicos do pós-renascimento até o século XIX. Reflexões sobre os gêneros literários e sobre questões da crítica literária.

Bibliografia básica:

ABRAMS, M. H. *The Norton anthology of English literature*. 6th ed. New York; London: W. W. Norton, 1993.

BURGESS, Anthony. *A literatura inglesa*. São Paulo: Ática, 2008.

KUPSTAS, Marcia; DEFOE, Daniel. *Robinson Crusoe*. São Paulo: FTD, 2003.

Bibliografia complementar:

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

FULLER, Edmund; JO KINNICK, B. *Adventures in American literature: the colonial time, the marking of a nation the American imagination awakens, New England's golden years*. New York: 1963.

PRIESTLEY, J. B. *Adventures in English literature*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1989.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 1 – 80h

Ementa:

Estudo prático-teórico da realidade escolar e de outros ambientes em que ocorram ensino/aprendizagem de língua inglesa. O discurso pedagógico. Os projetos pedagógicos. O papel político do professor. O cotidiano pedagógico: observação e interpretação.

Bibliografia básica:

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. São Paulo: Pontes, 2002.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. *Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BOHN, Hilario Inacio; VANDRESEN, Paulino. *Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

LUCK, Heloisa. *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

WIDDOWSON, H. G. *Teaching language as communication*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Disciplina: PESQUISA EDUCACIONAL – 60h

Ementa:

Pressupostos e características da pesquisa em educação. A pesquisa quantitativa e qualitativa em educação. Diferentes abordagens metodológicas de pesquisa em educação. Fontes de produção da pesquisa educacional: bibliotecas, meios informatizados, leitura e produção de textos e artigos com diferentes abordagens teóricas. Etapas de um projeto de pesquisa educacional para o Trabalho de Conclusão de Curso. O profissional da educação frente aos desafios atuais no campo da pesquisa educacional.

Bibliografia Básica:

COSTA, Ana Lúcia; SANTOS, Maria Francisca Oliveira; ZOZZOLI, Rita Maria Diniz (Org.). *Pesquisas linguísticas: a interatividade da sala de aula*. Maceió: EDUFAL, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Org.). *A academia vai a escola*. Campinas: Papirus, 1995.

MOURA, Denilda (Org.). *Os desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas: Papirus, 2000.

RAMPAZZO, L. *Metodologia científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

Disciplina: LINGUA INGLESA 4 – 60h**Ementa:**

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível intermediário 2**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Bibliografia básica:

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

HANCOCK, Mark. *English pronunciation: in use: intermediate - self-study and classroom use*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

NICHOLLS, Susan Mary. *Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês*. Maceió: EDUFAL, 2001.

Bibliografia complementar:

CANAGARAJAH, A. Suresh. *Resisting linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HEATH, Shirley Brice. *Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). *Letramentos transnacionais: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá*. Maceió: EDUFAL, 2013.

Disciplina: LITERATURAS DE LÍNGUA INGLESA 3 – 60h**Ementa:**

Estudo de textos literários em língua inglesa a partir de temáticas e/ou movimentos específicos do século XX até a contemporaneidade. Reflexões sobre os gêneros literários e sobre questões de estética.

Bibliografia básica:

BECKETT, Samuel. *Esperando Godot*. Sao Paulo: Cosac Naify, 2005.

MAGALHÃES JÚNIOR, Eduardo. *Tickling the muses: a brief anthology of American poetry*. Maceió: EDUFAL, 1989.

WOOLF, Virginia. *Um quarto que seja seu*. Lisboa: Vega, 1972.

Bibliografia complementar:

ABRAMS, M. H. *The Norton anthology of English literature*. 6th ed. New York; London: W. W. Norton, 1993.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 1999.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GINSBERG, Allen; GINSBERG, Allen; WILLER, Claudio. *Uivo. Kaddish e outros poemas (1953-1960)*. 2. ed. Porto Alegre: L&PM, 1984.

Disciplina: FORMAÇÃO DO DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA – 60h**Ementa:**

Apresenta e discute fundamentos para a docência em língua inglesa, numa perspectiva integrada, focalizando as habilidades de compreensão e produção oral e escrita, avaliação e léxico-gramática.

Tema Transversal: Ética

Bibliografia básica:

BROWN, H. Douglas. *Teaching by principles*. New York: Longman, 1994.

SILVEIRA, Maria Inez Matoso. *Línguas estrangeiras: uma visão histórica das abordagens, métodos e técnicas de ensino*. Maceió: Catavento, 1999.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. *Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BRITTO, Marisa M. Jenkins de; GREGORIM, Clovis Osvaldo. *Michaelis inglês: gramática prática*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

HANCOCK, Mark. *English pronunciation in use: intermediate - self-study and classroom use*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

KRAMSCH, Claire. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 2**Ementa:**

Reflexão sobre a literatura e sua contribuição para a formação e a sensibilização estética do aprendiz. Análise de textos literários e sua contribuição para o ensino e a aprendizagem da língua inglesa. Seleção, avaliação e organização de conteúdos e metodologias criativas de ensino envolvendo gêneros literários.

Bibliografia básica:

ABRAMS, M. H. *The Norton anthology of English literature*. 6th ed. New York; London: W. W. Norton, 1993.

BRANDÃO, Izabel. "The challenge of literature and foreign language teaching and learning". No. 37 (Jul/Dez 1999) Ilha do Desterro. Florianópolis: UFSC.

MOODY, H. L. B. *Literary appreciation: a practical guide to the understanding and enjoyment of literature in English*. London: Longman, 1968.

Bibliografia complementar:

DE PAULA, Aldir Santos; PINHEIRO, Clemilton Lopes (Org.). *Ao pé da letra: reflexões sobre língua, literatura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2007.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. New York: Oxford University Press, 1998.

FREITAS, Alice Cunha de. *Língua e literatura: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2003.

MOURA, Denilda (Org.) *Oralidade e escrita: estudos sobre os usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 2003.

ROCCO, Maria Thereza Fraga. *Literatura, ensino: uma problemática*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Disciplina: LINGUA INGLESA 5 – 60h**Ementa:**

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível avançado 1**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Temas Transversais:

Orientação Sexual

Saúde

Bibliografia básica:

LOURO, G. L. *Currículo, gênero e sexualidade*. Porto [Portugal]: Porto Editora, 2000.

NICHOLLS, Susan Mary. *Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês*. Maceió: EDUFAL, 2001.

STOFF, Rudolf. *Gramática de inglês*. 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

Bibliografia complementar:

CANAGARAJAH, A. Suresh. *Resisting linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HEATH, Shirley Brice. *Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). *Letramentos transnacionais: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá*. Maceió: EDUFAL, 2013.

Disciplina: LINGUA INGLESA 6 – 60h**Ementa:**

Desenvolvimento integrado das habilidades oral, auditiva, leitora e escrita em Língua Inglesa, em **nível avançado 2**, da perspectiva dos Novos Letramentos, das multimodalidades e do letramento crítico.

Bibliografia básica:

BROUGH, Sonia. *Gramática essencial de inglês*. 2.ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 2009.

CANAGARAJAH, A. Suresh. *Resisting linguistic imperialism in English teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NICHOLLS, Susan Mary. *Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês*. Maceió: EDUFAL, 2001.

Bibliografia complementar:

HEATH, Shirley Brice. *Ways with words: language, life, and work in communities and classrooms*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

STOFF, Rudolf. *Gramática de inglês*. 5. ed. Lisboa: Presença, 2002.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). *Letramentos transnacionais: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá*. Maceió: EDUFAL, 2013.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 3 – 80h

Ementa:

Orientação para a vivência da prática reflexiva no Ensino Fundamental. Observação. Regência. Interpretação da realidade escolar e reflexão crítica sobre as condições do ensino de língua inglesa para o Ensino Fundamental e a Educação para jovens e adultos. Materiais didáticos: planejamento, aplicação e avaliação.

Bibliografia básica:

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. São Paulo: Pontes, 2002.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Língua Estrangeira. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Fundamental, 1998.

WIDDOWSON, H. G. *Teaching language as communication*. Oxford: Oxford University Press, 1978.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. *Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BOHN, Hilario Inacio; VANDRESEN, Paulino. *Tópicos de linguística aplicada: o ensino de línguas estrangeiras*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1988.

LUCK, Heloisa. *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. 10a ed. Petropolis, RJ: Vozes, 1991.

MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

Disciplina: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 4 – 80h

Ementa:

Orientação para a vivência da prática reflexiva no Ensino Médio. Observação. Regência. Interpretação da realidade escolar e reflexão crítica sobre as condições do ensino de língua inglesa para o Ensino Médio e/ou a Educação para jovens e adultos. Materiais didáticos: planejamento, aplicação e avaliação.

Bibliografia básica:

BRASIL. Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. p. 87-165.

MOITA LOPES, L.P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010., 2002.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. *Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes, 2007.

BARCELOS, A.M.F. *Linguística aplicada: reflexões sobre ensino e aprendizagem de língua materna e estrangeira*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

CORACINI, M. J. *Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira*. Campinas, SP: Pontes, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Lei nº 6.757, de 3 de agosto de 2006. Aprova o Plano Estadual de Educação para o período de 2006 a 2015, e dá outras providências, Maceió, AL, 2006.

TILIO, Rogério. *Atividades de leitura em livros didáticos de inglês: PCN, letramento crítico e o panorama atual*. Rev. bras. linguist. apl., Belo Horizonte, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982012005000010>

Disciplina: LINGÜÍSTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 60h

Ementa:

Apresenta as questões relacionadas aos métodos de ensino e aprendizagem de língua inglesa, à formação de professores e à utilização das TICs à luz das teorias dos Novos Letramentos, das reflexões sobre o pós-método e das discussões sobre formas alternativas de produção de conhecimentos, segundo as teorias da complexidade.

Temas Transversais: Ética. Direitos humanos.

Bibliografia básica:

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de. *Linguística aplicada: ensino de línguas & comunicação*. Campinas, SP: Pontes, 20

KRAMSCH, Claire. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1993.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia complementar:

- FREIRE, P. *Política e educação: Ensaio*. São Paulo: Cortez, Coleção Questões de Nossa Época, v. 23, 5ª edição, 2001.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SIGNORINI, I et CAVALCANTI, M. *Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.
- STELLA, P. et TAVARES, R. *Projeto Pedagógico do curso de Letras Inglês da UFAL: os letramentos em questão*. Belo Horizonte: RBLA. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982012005000013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>
- TAVARES, R. R. (Org.) *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006.

17.2 Disciplinas eletivas

Disciplina: ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MATERIAL PARA O ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 45h

Ementa:

Analisa materiais didáticos para ensino de língua inglesa e propõe a produção de materiais considerando as relações entre o global, o local e o ensino de língua inglesa e as teorias dos Novos Letramentos.

Bibliografia básica:

- BARBOSA, R. *Formação de educadores: desafios e perspectivas*. São Paulo: Editoras da UNESP, 2003.
- BRASIL. *Orientações curriculares para o Ensino Médio: linguagens, códigos e suas tecnologias - línguas estrangeiras*. Brasília: MEC, 2006.
- MORIN, E. *Sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez, Brasília - DF, UNESCO, 2000.

Bibliografia complementar:

- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: línguas estrangeiras*. Brasília: MEC, 1998.
- FREIRE, P. *Carta de Paulo Freire aos professores*. São Paulo: USP, Estudos Avançados 15 (41), 2001.
- JORDÃO, C. *As lentes do discurso: letramento e criticidade no mundo digital*. Trab. Ling. Aplic., Campinas, 46(1): 19-29, Jan./Jun. 2007.
- MENEZES DE SOUZA, L.M. *Cultura, língua e emergência dialógica*. Letras & Letras, Uberlândia, v.26 n.2 p. 289-306, julho-dez, 2010.
- MONTE MOR, W. *Multimodalidades e comunicação: antigas novas questões no ensino de línguas estrangeiras*. Letras & Letras, Uberlândia, v.26 n.2 p. 469-476, julho-dez, 2010.

Disciplina: ESTUDOS CULTURAIS E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 45h

Ementa:

Discute os principais conceitos mobilizados nas discussões sobre global e local em relação às construções de identidades, comunidades de prática e produções de conhecimentos que interferem na prática de sala de aula do professor de inglês do século XXI.

Bibliografia básica:

- DU GAY, P. et alii. *Doing Cultural Studies: the history of Sony Walkman*.

London: The Open University Press, 2000.

HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 2006.

HALL, Stuart. *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: The Open University Press, 2000.

Bibliografia complementar:

BHABHA, Homi. *The location of culture*. New York: Routledge, 2010.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades de mediações culturais*. Tradução de Adelaine Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu (Org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. São Paulo: Vozes, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O que é afinal Estudos Culturais*. São Paulo: Atentica, 2000.

SZEMAN, Imre et KAPOSY, Timothy (Eds.). *Cultural theory: an anthology*. UK: Wiley-Blackwell, 2011.

Disciplina: GÊNEROS E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 45h

Ementa:

Discute os principais conceitos relacionados à teoria dos gêneros, considerando os gêneros primários e secundários e as formas de produção, circulação e recepção desses gêneros tanto na esfera analógica quanto na esfera digital.

Bibliografia básica:

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, [1977] 2010.

DOLZ, Joaquim et SCHNEWLY, Bernard. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

Bibliografia complementar:

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V.N.). *Discurso na vida e discurso na arte: sobre poética sociológica*. Trad.: FARACCO, C. et TEZZA, C. Tradução para fins didáticos, 1926/2003.

BAKHTIN, Mikhail (VOLOCHINOV, V.N.). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo, Hucitec, 4a. edição, [1929] 2010.

CAVALCANTE, Maria A.; FUMES, Neiza L.F. (Org.). *Educação e Linguagem: saberes e práticas*. 1ed.Maceió: EDUFAL, 2006,

MELO Jr, J.N.. B. de et SANTOS, M.F.O.. (Org.). *Perspectivas em Retórica e Análise da Conversação: um percurso em gêneros textuais/discursivos*.

1ªed.Maceió: Edufal, 2016.

SILVEIRA, Inez. M. *Análise de Gênero Textual: Concepção Socio-retórica*. Maceió: EDUFAL, 2005.

Disciplina: INTRODUÇÃO À TRADUÇÃO – 45h

Ementa:

Apresenta procedimentos técnicos comumente aceitos na área da tradução. Pratica a tradução de textos em diferentes gêneros, considerando a produção, circulação e recepção desses textos.

Bibliografia básica:

- BARBOSA, Heloísa Gonçalves. *Procedimentos técnicos da tradução*. Campinas: Pontes, 2007.
- BELL-SANTOS, Cynthia Ann et alii (Orgs.). *Tradução e cultura*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012.
- THEODOR, Erwin. *Tradução: ofício e arte*. 2. ed., rev. São Paulo: Cultrix, 1983.

Bibliografia complementar:

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 1986.
- MILTON, John. *Tradução: teoria e prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- OUSTINOFF, Michael. *Tradução: história, teorias e métodos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2011.
- ROBINSON, Douglas. *Construindo o tradutor*. Santa Catarina: EDUSC, 2002.

Disciplina: LITERATURA DE LÍNGUA INGLESA E CINEMA – 45h**Ementa:**

Estudo de textos literários em língua inglesa em diálogo com adaptações para o cinema. Reflexões sobre teorias da adaptação em relação ao texto literário adaptado e sobre questões da crítica literária.

Bibliografia básica:

- BROWN, Kathleen. *Teaching literary theory using film adaptations*. Jefferson: MacFarland, 2009.
- CURADO, Maria Eugênia. *Adaptação, tradução, diálogo, correspondência ou transformação*. Mimeo, 2012. Disponível em:
<<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>
- HUTCHEON, Linda. *A theory of adaptation*. New York: Routledge, 2006.
- MARTIN, Marcel. *A linguagem cinematográfica*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Brasiliense, 2011.

Bibliografia complementar:

- HAYWARD, Susan. *The key concepts in cinema studies*. London: Routledge, 2000.
- GAUDREAU, André; JOST, François. *A narrativa cinematográfica*. Trad. Adalberto Müller, Ciro I. Marcondes, Rita J. Faleiros. Brasília: Ed. da UNB, 2009 (2007).
- LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender: essays on theory, film, and fiction (theories of representation and difference)*. Bloomington and Indianapolis: Indiana UP, 1987.
- LEITCH, Thomas. *Film adaptation and its discontents: from gone with the wind to the passion of the Christ*. Baltimore: Johns Hopkins UP, 2007.
- MULVEY, Laura. *Visual pleasure and narrative cinema*. New York: Palgrave, 2009.
- STAM, Robert; RAENGO, Alessandra (Eds.). *Literature and film: a guide to the theory and practice of film adaptation*. Oxford: Blackwell, 2005.
- WOOD, Michael. *Film: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Disciplina: LITERATURA E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 45h

Ementa:

Reflexões e pressupostos teóricos sobre a literatura e sua contribuição para a formação e a sensibilização estética dos/as aprendizes a para o ensino/aprendizagem de inglês como língua estrangeira (EFL). Seleção, avaliação e organização de conteúdos e metodologias criativas de ensino envolvendo gêneros literários.

Bibliografia básica:

- BRANDÃO, Izabel (Ed.) *The challenge of literature and foreign language teaching and learning*. Ilha do Desterro, No. 37 (Jul/Dez 1999).
- BRUMFIT, C. J.; CARTER, R.A (Eds.) *Literature and language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- CAVALCANTI, Ildney. "Atitudes, latitudes, interlúdios, altitudes: reflexões sobre a tradução e o ensino de inglês como língua estrangeira". In: SANTOS, Josalba; OLIVEIRA, Luiz Eduardo. *Literatura & ensino*. Maceió: EDUFAL, 2008.
- _____. "Literatura é língua, falada e escrita – perspectivas de pesquisa". In MOURA, Denilda (Org.) *Oralidade e escrita: estudos sobre os usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 2003. pp. 34-37.
- COLLIE, Joanne; SLATER, Stephen. *Literature in the language classroom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987
- KRAMSCH, Claire. *Context and culture in language teaching*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- LAZAR, Gillian. *Literature and language teaching*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

Bibliografia complementar:

- CUDDON, J. A. *Dictionary of literary terms and literary theory*. London: Penguin, 1992.
- DUFF, Alan; MALEY, Alan. *Literature*. Oxford: Oxford University Press, 1992.
- HARMON, William; HOLMAN, C. Hugh. *A handbook to literature*. New Jersey: Prentice Hall, 1999.
- FORSTER, Josimeire Xavier. *The literary text and the search for meaning: an interface between language learning and literary awareness*. Dissertação de Mestrado. Maceió: UFAL, 2009.
- KILDUF, M. e McCANNON. *Working with short stories*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995 (1991).
- KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- WAJNRYB, Ruth. *Stories: narrative activities in the language classroom*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Disciplina: LITERATURA EM LÍNGUA INGLESA E ESTUDOS FEMINISTAS – 45h

Ementa:

Estudo de textos teóricos-críticos que abordam como as mulheres e o "feminino" têm sido construídos através das representações em diversos sistemas culturais em paralelo à leitura de textos literários produzidos por autoras de língua inglesa.

Bibliografia básica:

- ABRAMS, M.H., et al. (Eds). *The Norton anthology of English literature*, 5th edition, vol.s I & II, New York and London: W. W & Company Ltd., 1986.
- FUNCK, Susana (Org.) *trocando ideias sobre a mulher e a literatura*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- GILBERT, Sandra; GUNBAR, Susan (Eds.). *The Norton anthology of literature by women: the traditions in English*. New York: Norton, 1985.

Bibliografia complementar:

- BARNET, Sylvan et al. *An introduction to literature: fiction, poetry and drama*. Illinois: Scott, Bresman & Company, 1997.
- ERSKINE, Thomas; RICHARDS, Connie (Eds.). New Jersey: Rutgers University Press, 1993.
- EAGLETON, Terry. *Literary theory: an introduction*. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 1996.
- FORSTER, E. M. *Aspects of the novel*. New York: HBJ, 1927.
- WOOLF, Virginia. *A room of one's own*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Disciplina: NOVAS TECNOLOGIAS APLICADAS AO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 45h**Ementa:**

Formação do professor de língua inglesa como um usuário de novas tecnologias que reflete criticamente sobre as potencialidades e possibilidades de utilização e inclusão dessas tecnologias no ensino-aprendizagem da língua adicional.

Bibliografia básica:

- BARRETO, R. G. “As políticas de formação de professores: novas tecnologias e educação a distância”. IN: BARRETO, R. G. (Org.) *Tecnologias educacionais a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro, Quartet, 2001.
- BELLONI, M. L. “A integração das tecnologias de informação e comunicação aos processos educacionais”. IN: BARRETO, R. G. (Org.) *Tecnologias educacionais a distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro, Quartet, 2001a.
- KENSKI, V. M. “O papel do professor na sociedade digital”. IN: A.D.CASTRO & A.M.P. CARVALHO (Orgs.) *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira/Thomson Learning, 2001b.
- SAMPAIO, M. N. & LEITE, L. S. *Alfabetização tecnológica do professor*. Petrópolis, Vozes, 2000.

Bibliografia complementar:

- BARROS, S. & CAVALCANTE, P. S. “Os Recursos computacionais e suas possibilidades de aplicação no ensino: segundo as abordagens de ensino-aprendizagem”. In: A. NEVES e P. C. CUNHA FILHO (coord) *Projetos Virtus: educação e interdisciplinaridade no ciberespaço*. Editora da UFPE e Editora Anhembi Morumbi, 2000.
- BELLONI, M. L. *O que é Mídia-Educação*. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- BEREITER, C. & SCARDAMALIA, M. “Repensando a Aprendizagem”. In: D.R.OLSON e N. TORRANCE (Org.) *Educação e Desenvolvimento Humano*. Porto Alegre, Artmed, 1996/2000.

DOWBOR, L. *Tecnologias do Conhecimento: os desafios da Educação*. Petrópolis: Vozes, 2001.

KENSKI V. M. "Em direção a uma ação docente mediada pelas tecnologias digitais". IN: R.G. BARRETO (Org.) *Tecnologias Educacionais a Distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.

Disciplina: TEORIA DO DISCURSO E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 30h

Ementa: Reflexões a respeito de estudos centrados no ensino de língua inglesa sob uma perspectiva discursiva, tomando por base noções teóricas sobre sujeito, língua, história e ideologia à luz da Análise do Discurso de linha francesa.

Bibliografia Básica:

CORACINI, M.J.; BERTOLDO, E.S. (Orgs.). *O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula (língua materna e língua estrangeira)*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

COX, M. I. P., de ASSIS-PETERSON, A. A. *O professor de inglês (entre a alienação e a emancipação)*. *Linguagem e Ensino*, v. 4, n. 1, p. 11-36, 2001.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Coordenadora de tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2008.

LIMA, D.C. (org.). *Inglês na escola pública não funciona: uma questão, múltiplos olhares*. São Paulo: Parábola, 2011.

MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. Tradução: I. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

ORLANDI, E. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. (1988) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

_____. (1988) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução: Eni Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise de discurso*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____; GHIRALDELO, C.M. *Nas malhas do discurso: memória, imaginário e subjetividade*. Campinas: Pontes, 2011.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Tradução: E. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

SIGNORINI, I. *Língua(gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

STEVENS, C. M. T.; CUNHA, M. J. C.(Orgs.). *Caminhos e colheita: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2003.

Disciplina: FONÉTICA E FONOLOGIA – 30h

Ementa:

Estuda o sistema fonológico da língua inglesa.

Bibliografia básica:

HANCOCK, M. *English pronunciation in use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KELLY, Gerald. *How to teach pronunciation*. Essex: Longman, 2007.

ROACH, Peter. *English phonetics and phonology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

UNDERHILL, Adrian. *Sound foundations: living phonology*. Oxford: Heinemann, 1994

VAUGHAN-RHEES, M. *Test your pronunciation*. Essex: Penguin, 2002.

WELLS, J.C. *Longman pronunciation dictionary*. Essex: Longman, 1990.

Bibliografia complementar:

GIMSON, A.C. *An introduction to the pronunciation of English*. London: Edward Arnold Publishers Ltd, 1970.

JENKINS, Jennifer. *The phonology of English as an international language*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KENWORTHY, Joanne. *Teaching English pronunciation*. New York: Longman, 1987.

SHOCKEY, Linda. *Sound patterns of spoken English*. Cornwall: Blackwell Publishing, 2003.

Disciplina: NOVOS LETRAMENTOS E ENSINO DE LÍNGUA INGLESA – 30h

Ementa:

Aprofundamento dos estudos teóricos sobre letramentos – multiletramentos e letramentos críticos – e as implicações desses na educação e no ensino de linguagem. Desenvolvimento de uma compreensão crítica da dialética entre os recentes fenômenos sociais, culturais e linguísticos e as transformações sociais observadas nas últimas décadas.

Bibliografia básica:

COPE, B.; KALANTZIS, M. *Multiliteracies: literacy learning and the design of social futures*. London: Routledge, 2000.

GEE, J. P. *Situated language and learning*. New York & London, Routledge, 2004.

TAVARES, Roseanne Rocha; BRYDON, Diana (Org.). *Letramentos transnacionais: mobilizando conhecimento entre Brasil/Canadá*. Maceió: EDUFAL, 2013

Bibliografia complementar:

KRESS, G. & VAN LEEUWEN, T. (1996) *Reading Images: the grammar of visual design*. London: Routledge, 1996.

LETRAMENTOS e mídias: música, televisão e jogos digitais no ensino de língua e literatura. Maceió: Edufal, 2015.

NICHOLLS, Susan Mary. *Aspectos pedagógicos e metodológicos do ensino de inglês*. Maceió: EDUFAL, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (Org.) *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. Campinas: Pontes, 2010.

PASCHOAL, Mara Sofia Zanotto de; CELANI, Maria Antonieta. *Linguística aplicada: da aplicação da linguística a linguística transdisciplinar*.

18.TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede.

A instituição está, portanto, atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo, buscando sempre novas práticas pedagógicas.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão disponibilizadas por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem – a Plataforma Moodle, para aulas na modalidade a Distância e ou semipresenciais, não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece, não só o aprendizado, mas a participação com autonomia na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – para promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação, conforme a Política de Acessibilidade. Dessa forma, os docentes são incentivados a buscar nesses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

19. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático em EaD passa por alguns processos peculiares a essa modalidade. Inicia-se com a formação dos professores conteudistas¹⁹, pela formação de uma equipe multidisciplinar (corretores, designers instrucionais, designers gráficos e webdesigners) e pela permanente revisão e avaliação desse material.

Visa-se à formação dos estudantes e à melhor forma de garantir que eles desenvolvam competências e habilidades voltadas para a interação, cooperação, crescimento grupal, trocando experiências e desenvolvendo a autonomia. A EaD incentiva a autonomia, contribuindo para que o aluno seja sujeito da aprendizagem. Por tratar-se de um curso que envolve a formação de docentes, privilegia-se a problematização da prática. A partir da realidade cotidiana vivida pelo professor em sala de aula, são resgatadas questões teóricas, viabilizando a passagem do senso comum para a atitude teórico-reflexiva sobre a prática.

A metodologia do curso, de modo geral, privilegia uma abordagem progressista, que incentive o aluno a construir o seu próprio conhecimento, cabendo ao professor o papel de mediador.

A EaD deve fomentar as melhores condições possíveis para que o aluno possa alcançar o aprendizado de forma efetiva, embora em um ritmo próprio e peculiar. Dessa forma, o material didático pretendido é:

Material digital: apresenta o conteúdo básico da disciplina e se constitui em um dos espaços de diálogo entre o professor/autor e o aluno. Desse modo, a linguagem utilizada é dinâmica e motivadora, para que, apesar da distância física, os alunos possam descobrir meios para o desenvolvimento da sua autonomia na busca de conhecimento. Esse material é produzido pelo professor conteudista em conjunto com o professor formador, além da equipe responsável pela produção de material didático da CIED, seguindo uma diagramação padrão dos cursos de Ead da UFAL. Esses recursos deverão

¹⁹ Devido a cortes orçamentários, não é possível preparar material didático para todas as disciplinas do curso. Conforme orientação da própria CAPES e da CIED, foram utilizados alguns materiais disponibilizados no SisUAB – Sistema da Universidade Aberta do Brasil.

estar sintonizados com o assunto estudado, transformando-se em mais um meio de aprendizagem e compreensão do material estudado.

Outras mídias: complementação da aprendizagem como videoconferência, videoaula, teleaula etc.

No curso a distância, o ambiente oficial é a plataforma moodle – estruturada de forma a atender todas as necessidades inerentes aos processos de interação aluno x ambiente e aluno x professor/tutor, buscando permitir que o aluno sintá-se integrado e incluído no processo de ensino-aprendizagem.

Vale ressaltar que todo o material didático deve passar pelo processo anteriormente descrito de elaboração e avaliação permanentes, para o aprimoramento constante da sua qualidade, visando ao fortalecimento do processo de aprendizagem dos estudantes.

20. ATIVIDADES DE TUTORIA

O tutor atua como um mediador entre os professores, alunos e a instituição. Cumpre o papel de auxiliar do processo de ensino e aprendizagem ao esclarecer dúvidas de conteúdo, reforçar a aprendizagem, coletar informações sobre os estudantes e prestar auxílio para manter e ampliar a motivação dos alunos.

O tutor é uma figura de destaque, responsável pelo bom andamento das atividades. Esse profissional assume a missão de articulação de todo o sistema de ensino-aprendizagem, quer na modalidade semipresencial ou a distância. Cabe ao tutor acompanhar, motivar, orientar e estimular a aprendizagem autônoma do aluno, utilizando-se de metodologias e meios adequados.

Sua função é estratégica, tendo como finalidade resolver os problemas de comunicação, bem como outros que surjam ao longo do processo de ensino. Há dois tipos de tutorias: presencial e a distância.

A tutoria presencial ocorre quando o aluno se dirige ao Polo para esclarecer dúvidas a respeito de questões administrativas e acadêmicas do curso. É também responsabilidade da tutoria presencial dar apoio nas atividades presenciais com o docente das disciplinas.

O tutor a distância é um orientador da aprendizagem para os alunos, promovendo acompanhamento no curso das disciplinas. Os alunos buscam contato com o tutor, com os seguintes meios de comunicação: telefone, ferramenta do ambiente virtual e de aprendizagem e e-mail.

O projeto se propõe a desenvolver um fluxo de comunicação interativa e bidirecional, mediada pela ação tutorial com acompanhamento pedagógico e avaliação sistemática da aprendizagem. Concebe-se a educação como uma ação consciente e coparticipativa que possibilite ao aluno a construção de um projeto profissional político e inovador. É nessa perspectiva que se situa a ação tutorial, com o propósito de propiciar ao estudante a distância um ambiente de aprendizagem personalizado, capaz de satisfazer suas necessidades educativas.

A relação tutor/aluno para o curso de Letras segue os parâmetros indicados no Ofício Circular 20/2011 DED/CAPES, sendo 1 tutor a cada 30

hora/aula por grupo de 25 alunos para atividades online e 2 tutores presenciais por polo (mínimo 50 alunos).

A seleção dos tutores, realizada pela Coordenadoria Institucional de Educação a Distância e pela COPEVE, segue os parâmetros dos ofícios 20/2011 e 21/2011 da DED/CAPES.

21. MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES

- Coordenador de Curso: coordenador da habilitação oferecida – profissional graduado em Letras ou áreas afins, com formação mínima de mestre, com experiência comprovada de magistério superior, responsável pelas articulações em setores específicos e que transitará pelos diversos tipos de atividades no sistema geral.

Funções: supervisionar o funcionamento do curso e de todo processo educacional, permitindo o bom andamento do processo pedagógico; supervisionar as tutorias; indicar e avaliar a nomeação dos tutores e supervisores; acompanhar os aspectos formais e administrativos do curso, como matrícula, calendário de atividades, acompanhamento de oferta das disciplinas.

- Estudantes: corpo discente matriculado no curso a distância.

Funções: construir e manter uma postura autônoma, independente e ativa em seu processo de aprendizagem; aprender a trabalhar em grupo e a desenvolver o espírito de colaboração; manter interações, envolvendo tanto o conteúdo do curso quanto a comunicação pessoal; participar plenamente na construção de uma aprendizagem colaborativa, evidenciada pelos comentários dirigidos de um aluno a outro, mais que de aluno a professor; construir significados socialmente, evidenciados pelo acordo ou pelo questionamento; compartilhar recursos com outros alunos; expressar apoio e estímulo trocados com outros alunos, além de vontade de avaliar criticamente o trabalho dos colegas.

- Professores autores/conteudistas: professores responsáveis pela produção dos materiais didáticos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). O professor conteudista deverá ser especialista, mestre ou doutor, na área em que desenvolverá o material didático, e ter experiência e domínio na utilização de tecnologias de informação e comunicação. O professor deverá ter conhecimento dos conteúdos específicos da disciplina para a qual elaborará o material. Esse profissional deve sugerir ao professor formador, ao início do módulo, cronograma com as unidades curriculares.

Funções: elaborar e entregar os conteúdos dos módulos desenvolvidos ao longo do curso no prazo determinado; adequar conteúdos, materiais didáticos, mídias e bibliografia utilizadas para o desenvolvimento do curso à linguagem da modalidade a distância; adequar e disponibilizar, para o coordenador de curso, o material didático nas diversas mídias; participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino; participar de grupos de trabalho voltados à produção de materiais didáticos para a modalidade a distância.

- Professores formadores: professores responsáveis pela oferta das disciplinas do curso. O professor formador deverá ser especialista, mestre ou doutor na área da disciplina que ministrará, bem como ter experiência e domínio na utilização de tecnologias de informação e comunicação.

Funções: assumir uma posição de dinamizador da inteligência coletiva, encorajando os estudantes à autorreflexão e permitindo uma contribuição mais ativa e profunda; manter relações positivas na sala de aula virtual; promover a participação dos estudantes, encorajando e corrigindo suas contribuições; organizar, planejar e gerenciar continuamente as atividades e a comunidade; desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação; participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso; participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância; coordenar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua coordenação; apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina; elaborar relatórios semestrais sobre as atividades de ensino no âmbito de suas atribuições, para encaminhamento à DED/CAPES/MEC, ou quando solicitado.

- Coordenador de Tutoria: professor ou pesquisador que atuará nas atividades de coordenação de tutores do curso e no desenvolvimento de projetos de pesquisa relacionados.

Funções: participar das atividades de capacitação e atualização; acompanhar o planejamento e o desenvolvimento dos processos seletivos de tutores, em conjunto com o coordenador de curso; acompanhar as atividades

acadêmicas do curso; verificar “in loco” o bom andamento dos cursos; informar para o coordenador do curso qual a relação mensal de tutores aptos e inaptos para recebimento de bolsas; acompanhar o planejamento e desenvolvimento das atividades de seleção e capacitação dos tutores envolvidos no programa; acompanhar e supervisionar as atividades dos tutores; encaminhar à coordenação do curso relatório semestral de desempenho da tutoria.

- Tutores (presenciais, a distância): profissionais licenciados em Letras, que atuarão no Polo de Apoio Presencial ou na Instituição.

Funções: orientar o processo de aprendizagem dos alunos, garantindo o cumprimento dos objetivos do ensino; criar propostas de atividades e auxiliar na sua resolução, sugerindo - quando necessário - fontes de informação alternativas; interagir com os alunos em encontros presenciais e/ou virtuais, de forma individual ou em grupos, visto que atuam como agentes dinamizadores, organizadores e principalmente orientadores, fazendo com que os estudantes possam perceber a construção do seu próprio conhecimento; desenvolver competência tecnológica; manter assiduidade no feedback; ter capacidade de gerenciamento de equipes, de gestão de pessoas e ter domínio sobre o conteúdo; possuir competência de comunicação e de mediação.

- Equipe de apoio tecnológico e de logística: equipe responsável pela viabilização das ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

22.AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos, no âmbito do curso, pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Desse modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que prevê tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica, e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação.

Transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular, e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano pedagógico e das atividades curriculares.

22.1 Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que se propõe não é uma atividade puramente técnica; deve ser processual e formativa; e deve manter coerência com todos os aspectos do planejamento e da execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso. Considera também a aferição qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE, que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Nesse entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta de forma detalhada como se efetiva a avaliação do rendimento escolar nos seguintes artigos:

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2º - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Compreendemos que a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos, respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais. O advento das TIC produziu mudanças em nosso modo de pensar e agir, alterando profundamente nosso cotidiano, não podendo ser diferente na dimensão educacional, sobretudo, na modalidade a distância.

A concepção de EaD nos conduz a todas as formas de aprendizagem em que a figura do professor e do aluno encontram-se distantes. Essas formas englobam um conjunto de estratégias educativas que pressupõem a utilização de tecnologias convencionais e modernas (digitais), permitindo estudos individuais ou em grupo.

Em EaD, a avaliação é feita em momentos presenciais e on-line, sendo a avaliação presencial preconizada pela legislação (LDB 9394/96 e, sobretudo, o Decreto 5622/2005), que exige definição prévia dos locais para sua realização. Os resultados dos exames presenciais devem prevalecer sobre os demais resultados da avaliação a distância.

O processo avaliativo se dará durante todo o desenvolvimento do curso, tendo como pressupostos básicos a avaliação participativa e processual, atendendo aos diversos níveis de avaliação, tais como a avaliação da aprendizagem, do material utilizado e da metodologia, tanto do professor quanto do curso.

A avaliação didático-pedagógica está fundamentada numa perspectiva emancipatória em que o aluno, a partir da reflexão da sua prática pedagógica, associando-a aos conceitos teóricos discutidos ao longo do curso, possa

desenvolver uma proposta de autonomia pessoal e desenvolvimento profissional que extrapole os modelos tradicionais de avaliação.

A importância dessa avaliação processual, nos seus diversos níveis, constitui uma prática constante de realimentação, possibilitando as intervenções que se fizerem necessárias, como forma de minimizar as possíveis dificuldades no processo. O processo avaliativo da aprendizagem desenvolve-se de forma quantitativa e qualitativa de acordo com as normatizações da UFAL.

O processo de avaliação da aprendizagem constará de avaliações presenciais e não presenciais. As avaliações a distância podem se constituir, de acordo com a essência de cada módulo, de trabalhos enviados para os polos pelos tutores e por eles corrigidos, ou de exames a distância, com prazo para retorno das soluções. Também serão utilizadas atividades avaliativas por meio das quais o processo de construção do conhecimento será avaliado, conforme proposto pelo módulo ou atividade de curso, bem como o progresso na aquisição de habilidades e competências previstas.

Essas atividades serão elaboradas pelo professor de cada disciplina e discutidas com os tutores. São exemplos de avaliações a distância: relatórios de projetos ou de pesquisas; participação em trabalhos; provas; estudos de caso, preparação e análise de planos; observação de aulas; entrevistas; memorial; monografia; exercícios; redação de textos; elaboração de material didático, comentários e resenhas sobre textos e vídeos; resolução de problemas, solução de casos práticos. Essas avaliações devem incluir atividades em grupo, de modo a estimular a interação entre estudantes com o objetivo de compartilhar as dificuldades e buscar soluções para os problemas.

Os alunos realizarão, nos polos, uma avaliação presencial ao final de cada módulo, considerando a exigência legal do MEC para os cursos a distância. A avaliação será elaborada pelos especialistas do módulo e discutida com os tutores. O processo de impressão, empacotamento e transporte da avaliação será acompanhado pelo coordenador do curso e pelos tutores que também estarão presentes nos polos no momento de sua aplicação.

A autoavaliação deverá permear o material didático, levando o aluno a avaliar seu progresso e a desenvolver estratégias de metacognição ao se conscientizar dos diversos aspectos envolvidos em seus processos cognitivos.

A autoavaliação auxiliará o estudante a tornar-se mais autônomo, responsável, crítico, capaz de desenvolver sua independência intelectual. O aluno realizará as atividades de autoavaliação constantes no material didático, o que permitirá uma forma de auto-observação e autoconhecimento, para que o estudante avalie o seu progresso.

As avaliações não presenciais podem ser feitas com ferramentas de comunicação e interação síncronas (chat, sala de aula virtual, tutoria online etc.) e assíncronas (e-mail, lista de discussão, fóruns, prova virtual, portfólio do aluno etc.), com monitoramento a distância do aluno.

Entende-se por avaliação um processo contínuo de geração de informações que norteiem as ações pedagógicas e a gestão acadêmica, visando o crescimento qualitativo do curso. Para tanto, os principais instrumentos adotados serão os propostos pelo INEP/MEC, como a Portaria nº 1.081, de 29 de agosto de 2008, que trata da Avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – (SINAES) e a Portaria nº 1 de 5 de janeiro de 2009 que aprova, em extrato, o instrumento de avaliação para reconhecimento de cursos de graduação - Bacharelados e Licenciaturas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

A avaliação, instrumento essencial para a determinação das efetivas condições de ensino-aprendizagem do aluno-professor (aspirante a uma formação de primeira licenciatura), fundamental para a realização de seus objetivos educativos e profissionais, ocorrerá nas seguintes dimensões:

- Avaliações pelo corpo docente: avaliações dos alunos; avaliação da disciplina e dos recursos educacionais;
- Avaliações pelo corpo discente: avaliação dos professores, dos recursos educacionais e da disciplina.
- Avaliação institucional.

22.2 Avaliação do curso

A CPA/UFAL (Comissão Própria de Avaliação) tem por finalidades elaborar e desenvolver, junto à comunidade acadêmica, à administração e aos conselhos superiores, uma proposta de autoavaliação institucional, além de

coordenar e articular os processos internos da avaliação da UFAL, de acordo com o projeto de autoavaliação aprovado, dentro dos princípios e diretrizes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei nº 10.861/2004). São objetivos da CPA/UFAL:

- I. Promover uma cultura avaliativa no âmbito da Universidade;
- II. Articular os procedimentos de construção, implantação e implementação da autoavaliação, em conjunto com as Comissões de Autoavaliação – CAAs, que se constituem nas Unidades Acadêmicas, Unidades Educacionais ou Campi fora de sede.
- III. Estimular a melhoria da qualidade educativa pela otimização das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- IV. Proceder à avaliação institucional interna no âmbito da UFAL;
- V. Elaborar relatórios de autoavaliação institucional.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA²⁰

Ato de designação da CPA:

Portaria 265 de 07 de março 2014.

Portaria 1218 de 14 de julho de 2017.

Representantes Docentes da Administração Central

Tiago Leandro da Cruz Neto (titular)

Juscieny Carvalho Santana (suplente)

Representantes Docentes Ciências Humanas e Sociais

Maria Dolores Fortes Alves (titular)

Maria Aparecida Viana (suplente)

Representantes Docentes Ciências Exatas e Naturais

César Peixoto da Rocha (titular)

Luis Tarcísio Gomes Martins (suplente)

Representantes Docentes Ciências da Saúde

Luis Carlos Oliveira dos Santos (titular)

Maria José Lorena de Menezes (suplente)

Representantes Docentes Campus Arapiraca

Alexandre Ricardo de Oliveira (titular)

²⁰ <http://www.ufal.edu.br/pei/cpa>

<http://www.ufal.edu.br/cpa/legislacao/portarias/portaria-cpa-2017-2019/view>

Diogenes Meneses dos Santos (suplente)

Representantes Docentes Campus Sertão

Lucas Gama Lima (titular)

Carlos Eduardo Muller (suplente)

Representantes Técnicos Campus AC Simões

Márcia Valéria Oliveira Gonçalves (titular)

Jean Luiz Davino dos Santos (suplente)

Representantes Técnicos Campus Arapiraca

Cledja Santos de Almeida (titular)

Marcus Antonio de Oliveira (suplente)

Representantes Técnicos Campus Sertão

Adeilton Jorge Sobrinho (titular)

Vinnicyus Philyppe Gracindo (suplente)

Representantes da Sociedade Civil

Fórum Permanente de Educação de Alagoas – FEPEAL

Juliano Matias de Brito (titular)

Marly do Socorro Peixoto Vidinha (suplente)

Sindicato dos Trabalhadores da Educação em Alagoas – SINTEAL

Girlene Lázaro da Silva (titular)

Josefa da Conceição (suplente)

Representantes Estudantis

Weldja Marques da Silva– Ciências Sociais Bacharelado (titular)

Erisvaldo Félix de Férias Junior – Psicologia AC Simões (suplente)

Clayton Nilo Cavalcanti – Geografia Licenciatura AC Simões (titular)

Clayton dos Santos Silva – Agronomia CECA (suplente)

Gabriel Nascimento Santos (História Licenciatura AC Simões (titular)

Amanda Balbino da Silva – Ciências Sociais Bacharelado (suplente)

Felipe Costa Oliveira – Administração AC Simões (titular)

Rosetânia Lopes Pereira – Serviço Social AC Simões (suplente)

Conforme Resolução nº 52/2013-CONSUNI/UFAL, de 05 de agosto de 2013, A CPA/UFAL será subsidiada, em todas as ações, pelas Comissões de Autoavaliação (CAAs) constituídas em cada Unidade Acadêmica e/ou Campi Fora de Sede.

O curso de Letras com habilitação em Língua Inglesa a distância da FALE deve passar periodicamente por um processo de avaliação interna, com o objetivo de garantir a abertura para possíveis reajustes e futuras reformulações. Uma comissão interna de avaliação, formada por docentes e representantes discentes, designada para este fim pela diretoria da FALE, avalia, a partir de critérios e recursos previamente discutidos pela comunidade acadêmica da FALE, os seguintes aspectos: a) o contexto do curso – campo de trabalho, perfil do ingressante; b) finalidade do curso – alcance dos objetivos e das estratégias, evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; c) resultado do projeto do curso – índice de evasão e reprovação e desempenho dos egressos; d) aspectos técnico-administrativo-acadêmicos – qualificação e desempenho dos professores e profissionais técnico-administrativos; e) instalações físicas.

No planejamento e execução da autoavaliação, no âmbito da Unidade Acadêmica ou Campi, são atribuições das Comissões de Autoavaliação (CAAs): I - Participar dos fóruns de debate sobre avaliação institucional; II - Aplicar os instrumentos de avaliação institucional, elaborados no âmbito da CPA/UFAL; III - Organizar, tratar e analisar os dados coletados e elaborar relatórios; IV - Encaminhar às subcomissões os relatórios respectivos as suas dimensões; V - Estimular, dentro da sua Unidade Acadêmica, a construção de uma cultura de autoavaliação; VI - Discutir, no âmbito da sua Unidade Acadêmica, os resultados da autoavaliação; VII - Propor, tanto no âmbito da Unidade Acadêmica quanto ao nível dos fóruns gerais, medidas para aperfeiçoar o sistema de avaliação institucional.

Comissão de Auto Avaliação da Faculdade de Letras²¹ – FALE/UFAL:

DOCENTES

Lívia Andrade
Cristina Felipeto
Alan Jardel
Yann Hamonic

SUPLENTES

Ana Cecília Acioli Lima
Magda Souto
Adna Lopes
Humberto Meira

²¹ <http://www.ufal.edu.br/pei/cpa/dos-componentes-das-caas/comissoes-de-auto-avaliacao-por-unidade-campi>

**TÉCNICOS
TITULARES**

Rosana Portela
Maykew Douglas Assis de Gusmão

SUPLENTES

José Alberto Ribeiro
Juliana Vanessa dos Santos Silva

DISCENTES

TITULARES

Crisslen Nayara Oliveira Pontes
Raimundo Nonato

SUPLENTES

José Claudenelton Costa
Ariane Ferreira Ferro

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir o sucesso do novo currículo do curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorá-lo, uma vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implantação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

Outrossim, a avaliação do desempenho docente e a autoavaliação serão efetivadas pelos alunos, por meio de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional. Os pontos avaliados serão: formação profissional; condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional.

22.3 Avaliação do projeto pedagógico

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Letras Inglês EAD é realizado pela comissão representativa dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica, com

predomínio de docentes, identificada no Projeto de Auto Avaliação da UFAL como Comissão de Auto Avaliação – CAA, instalada em cada Unidade Acadêmica e/ou Unidade Educacional, no caso dos campi interioranos.

O Curso Letras Inglês EAD é avaliado pela citada Comissão e pelos membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE²². Na primeira situação, o processo é conduzido em primeira instância pela CAA, que coleta dados por meio de diferentes estratégias junto ao corpo docente, discente e técnico administrativo. Há, também, o acesso espontâneo da comunidade acadêmica com formulários on-line, disponibilizados, segundo cronograma de desempenho divulgado pela CPA. Em ambas situações os participantes se expressam sobre a condução do Projeto Pedagógico do Curso, entre outros aspectos como a atuação, a qualificação e a relação com os docentes e as condições da infraestrutura disponibilizada para a realização das atividades acadêmicas. Dessa forma, os dados computados são organizados e analisados pela Comissão de Auto Avaliação – CAA e enviados para serem consolidados pela CPA/UFAL e incorporados ao Relatório de Avaliação Institucional, de periodicidade anual.

O NDE realiza um acompanhamento permanente da implementação e desenvolvimento do PPC de forma a garantir a melhor qualidade educativa em todas as suas etapas. Em reuniões periódicas, os seus membros avaliam a pertinência das disciplinas, seu ordenamento, a atualização da bibliografia referenciada e as condições de realização de práticas e estágios supervisionados, de modo a ter condições concretas de intervir, sempre que necessário, no aperfeiçoamento do PPC.

22.4 Colegiado do curso

Segue a transcrição dos artigos 25 e 26 do Regimento Geral da UFAL, referentes ao Colegiado.

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

²² Portaria 756, de 19 de maio de 2015.

- I. 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;
- II. 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;
- III. 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

- I. coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;
- II. coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, visando à formação profissional planejada;
- III. coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;
- IV. colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;
- V. exercer outras atribuições compatíveis.

A composição do Colegiado do Curso de Letras Inglês EAD²³ se dá conforme segue:

Membros titulares:

Raquel D'Elboux Couto Nunes - Coordenadora
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz – Vice Coordenador Institucional
Fabiana de Oliveira – docente da FALE
Sérgio Ifa – docente da FALE
Simone Makiyama – docente da FALE

Membros suplentes:

Ana Cecília Acioli Lima – docente da FALE
Eliane Barbosa da Silva – docente da FALE
Jaqueline e Elisabeth Vásquez Araújo – docente da FALE
Jozefh Fernando Soares Queiroz – docente da FALE
Susana Souto Silva – docente da FALE

Representante discente:

Titular: Wellison Barbosa dos Santos
Suplente: Larissa Daniella Belo da Silva Moura

Representante técnico-administrativo:

Titular: Jorge Henrique Silvestre Barbosa
Suplente: Jeanine Waléria Oliveira Braga Pereira

Os membros se reúnem periodicamente para tomar decisões e analisar solicitações de discentes. As decisões são registradas em atas e arquivadas na Secretaria do Curso.

22.5 Núcleo Docente Estruturante

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, por meio da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

Nesse sentido, o NDE de cada curso é composto pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação stricto sensu e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo.

O NDE do curso Letras Inglês EAD²⁴ é composto da seguinte forma:

²³ Portaria: 2145, de 12 de novembro de 2013 (primeiro biênio). Portaria 850, de 27 de maio de 2016 (segundo biênio).

²⁴ Portaria 756, de 19 de maio de 2015. Processo 23065.012473/2015-95.

Raquel D'Elboux Couto Nunes, SIAPE nº 2559112 – Coordenadora de Curso
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz, SIAPE nº 1864872 – Coordenador de Tutoria (Vice Coordenador Institucional, pela extinção do cargo de Coordenador de Tutoria pela CAPES)

Izabel de Fátima de Oliveira Brandão, SIAPE nº 1119821

Marcus Vinícius Matias, SIAPE nº 2581726

Paulo Rogério Stella, SIAPE nº 1851662

Sérgio Ifa, SIAPE nº 1631608

Simone Makiyama, SIAPE nº 1288394

A função do NDE, conforme a referida Resolução, é:

Art. 2º - O *NDE* de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O *NDE* terá as seguintes atribuições:

I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

23.POLÍTICAS DE APOIO

23.1 Políticas de apoio aos docentes e técnicos

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, esta última traduzida no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Assim, a UFAL participa na disseminação do conhecimento e no desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a esse novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos. (2013, p.71)

No PDI, as políticas de apoio aos servidores compõem-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

O dimensionamento das necessidades institucionais diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, busca melhorar o desempenho do servidor e por outro, busca assegurar um quadro mais confiante, motivado e, conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao

serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho, que tem por objetivo redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e aferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades, e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT) promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação que contempla desde os docentes recém empossados até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, com dois enfoques: a prática docente e a atuação na gestão acadêmica e institucional.

Essa Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, que toda Instituição de Ensino Superior deve observar.

23.2 Políticas de apoio aos discentes

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de

Ensino Superior – IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, realizado anualmente, no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL, as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificados:

- Apoio pedagógico - busca reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento, por meio da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, visando ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde com assistência médica e odontológica; fomento à prática de atividades físicas e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária, que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC.

- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos, promovidos pela universidade ou pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, para colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

- Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do estudante ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a sua saída, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

24. VIABILIZAÇÃO DO CURSO

Para a implantação do Curso de Letras com habilitação em Língua Inglesa na modalidade a distância, é necessário o suporte:

Dos polos: Locais onde o estudante terá acesso local à biblioteca, a laboratório de informática (por exemplo, para acessar os módulos de Curso disponíveis na internet), a atendimento de tutores, a aulas, a práticas de laboratórios etc. Em síntese, os polos são os “braços operacionais” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou na cidade mais próxima dele.

De recursos materiais: Para viabilizar o desenvolvimento do Curso, através de rede, é preciso que se garanta a instalação e implementação de um núcleo tecnológico que possibilite a ligação EaD- Letras-FALE/Polo Regional.

De recursos físicos: Para desenvolver o Curso a Distância, o Curso de Letras/Língua Inglesa precisa contar, minimamente, com o seguinte espaço físico: 1 sala para a coordenação geral e secretaria; 1 sala para instalação do Núcleo Tecnológico; 1 sala para a tutoria e reunião dos professores do Curso.

De recursos financeiros: Os recursos financeiros para sustentação do Curso de Letras na modalidade a distância serão assumidos pela UAB e municípios participantes dos polos.

Dos recursos provenientes da UAB estão previstas as seguintes despesas:

Pagamento de bolsa para os professores responsáveis pelo desenvolvimento do curso;

Pagamento de diárias e passagens para deslocamento aos polos regionais;

Pagamento das despesas relativas à formação dos tutores em curso de EaD;

Pagamento de bolsas para professores, alunos e técnicos da UFAL que participarem do projeto;

Pagamento de professores, técnicos e/ou profissionais externos à UFAL que participarem do projeto;

Pagamento de Tutores;

Compra de livros, softwares para o curso e material de expediente.

25 REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 2ª ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2002.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília. Conselho Nacional de Educação, 2001.
- BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: (Lei 9.394/96) / apresentação Carlos Roberto Jamil Cury*. 4ª ed.- Rio de Janeiro: DP & A, 2001.
- BRASIL. *Lei nº 10.639*, de 9 de janeiro de 2003. Brasília. Presidência da República, 2003.
- BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*. Brasília, SEF/MEC, 1998.
- BRASIL. *Plano Nacional de Educação*. Brasília. Senado Federal, UNESCO, 2001.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. rev. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- FORMIGA, Marcos; LITTO, Fredric M. *Educação a Distância: o estado da arte*. Pearson Education do Brasil: São Paulo, 2009.
- IBGE. “Estados”. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=al>>, 2010.
- MAKIYAMA, Simone. Um olhar discursivo sobre o ensino da língua inglesa na rede pública: ensinar o “básico do básico”? Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – UFAL, Maceió, 2013.
- MERCADO, Luís Paulo L. (Org.). *Percursos na formação de professores com tecnologias da informação e comunicação*. Maceió: EDUFAL, 2007.
- MARTÍNEZ-CACHERO, Álvaro. *La enseñanza del español en el sistema educativo brasileño/ O ensino do espanhol no sistema educativo brasileiro*. Ed. bilingue. Col. Orellana, n.19, Brasília: Thesaurus, 2008.
- MASON, R.; KAYE, A: R. (1989(Eds) - *Mindweave: communication, computers and distance education*, Oxford, Pergamon Press.
- MEC. *Orientações curriculares para o Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Disponível em: www.portal.mec.gov.br/seb.
- PERRENOUD, P. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.
- TAVARES, Roseanne R.; STELLA, Paulo R. *Novos Letramentos e a língua inglesa na era da globalização: desafios para a formação de professores*. No prelo.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Faculdade de Letras. *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras/Inglês*. Maceió, 2007.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Estatuto e Regimento Geral da UFAL. Maceió: 2006.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Plano de Desenvolvimento Institucional. Maceió: 2013-2017.
- VEIGA, I. P. A; FONSECA, Marília (Orgs.) *As dimensões do projeto político-pedagógico*. São Paulo: Papyrus, 2001.

Diretrizes Curriculares do Curso

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 PROGRAD/Fórum dos Colegiados, de 20 de setembro de 2013 - Dispõe sobre os procedimentos para reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação da UFAL.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02 PROGRAD/Fórum das Licenciaturas, de 27 de setembro de 2013 - Disciplina a construção de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nos cursos de graduação da UFAL;

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01 PROGRAD/Fórum dos Colegiados - Disciplina a redução da carga horária de estágio curricular supervisionado para os alunos dos cursos de Licenciatura da UFAL que exercem atividade docente regular na Educação Básica.

RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL – Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE no âmbito da UFAL.

Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos – Específicas para cada curso, e referente as orientações gerais;

Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010 - Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE;

Lei nº 10.172/2001- Plano Nacional de Educação - Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.

Portaria nº 2.678/02 – Política Nacional de Ed. Especial na perspectiva da Ed. Inclusiva.

Lei 10.639 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 11.645 - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";

Resolução nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;

Lei Nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 - Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

Decreto nº 5.296/04 - Regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

Resolução CNE/CP 1 de 18 de fevereiro de 2002 - Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 04/2009 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial;

Resolução CNE/CES n. 02/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;

Portaria Nº10, 28/07/2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia;

Portaria Nº 1024, 11/05/2006 - As atualizações do Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação e outras providências.

Resolução CNE/CP Nº3,18/12/2002 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

Decreto n. 5.622/2005 - Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - referente a EaD.

Portaria Normativa n. 40 de 12/12/2007 - Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 - Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Decreto n. 4.281 de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Art. 66 - referente a titulação do corpo docente. Outras legislações podem ser encontradas no site do MEC e da UFAL

Acréscimos:

Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB). (Oferta de disciplinas semipresenciais)

Cadastro de denominações consolidadas para Cursos de Graduação (bacharelado e licenciatura) do Ministério da Educação.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura do MEC.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in Loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

PARECER CNE/CP N.º 09/2001, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação.

PARECER CNE/CES Nº:52/2007 - trata da autorização para o funcionamento de campus fora de sede da Universidade Federal de Alagoas.

Resolução Nº 25/2005 - CEPE, de 26 de outubro de 2005, institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da UFAL, a partir do ano letivo de 2006.

Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995, estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

Plano de Desenvolvimento Institucional da UFAL 2013-2017.

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 6 DE ABRIL DE 2009 (*). Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, bacharelados, na modalidade presencial.

Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.

www.facebook.com/nucleodeacessibilidadeufal - Texto extraído em 05/08/2015

26. ANEXOS

ANEXO I

CORPO DOCENTE DA FACULDADE DE LETRAS

Língua Espanhola

Professores efetivos	Titulação	Regime de trabalho
Aline Vieira Bezerra Higino de Oliveira	Mestre	DE
Ana Margarita Barandela Garcia	Doutora	DE
Eliane Barbosa da Silva	Doutora	DE
Flávia Colen Meniconi	Doutora	DE
Jacqueline Elizabeth Vásquez Araújo	Mestre	DE
Jozefh Fernando Soares Queirós	Doutor	DE
Kristianny Brandão Barbosa de Azambuja	Mestre	DE
Patricia Neyra	Mestre	DE

Língua Inglesa

Professores efetivos	Titulação	Regime de trabalho
Adriana Lopes Lisboa Tibana	Mestre	DE
Ana Cecília Acioli Lima	Doutora	DE
Ana Lúcia Guerra Milito	Doutora	DE
Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz	Doutor	DE
Ildney de Fátima Souza Cavalcanti	Doutora	DE
Irene Maria Dietschi	Doutora	DE
Izabel de Fátima Oliveira Brandão	Doutora	DE
Marcus Vinícius Matias	Doutor	DE
Paulo Leôncio da Silva	Doutor	DE
Raquel D'Elboux Couto Nunes	Mestre	DE
Roseanne Rocha Tavares	Doutora	DE
Sérgio Ifa	Doutor	DE
Simone Makiyama	Doutora	DE

Língua Francesa

Professores efetivos	Titulação	Regime de trabalho
Maria Stela Torres Barros Lameiras	Doutora	DE
Márcio Alexandre Cruz	Doutor	DE
Rosária Cristina Costa Ribeiro	Doutora	DE
Yann Jean Christophe Harmonic	Doutor	DE

Língua Portuguesa

Professores efetivos	Titulação	Regime de trabalho
Adna de Almeida Lopes	Doutora	DE
Alan Jardel de Oliveira	Doutor	DE
Aldir Santos de Paula	Doutor	DE
Andrea Silva Pereira	Doutora	DE
Daniel Paes de Albuquerque	Mestre	DE
Eliana Kefalás Oliveria	Doutora	DE
Fabiana de Oliveira	Doutora	DE
Fábio Rodrigues dos Santos	Mestre	DE
Fernando Otávio Fiúza Moreira	Doutor	DE
Francisco Jadir Lima Pereira	Especialista	DE
Gláucia Vieira Machado	Doutora	DE
Helson Flávio da Silva Sobrinho	Doutor	DE
Jair Gomes Farias	Doutor	DE
José Niraldo de Farias	Doutor	DE
Lúcia de Fátima Santos	Doutora	DE
Luiz Fernando Gomes	Doutor	DE
Miguel José Alves de Oliveira Júnior	Doutor	DE
Maria Gabriela Cardoso Fernandes Costa	Doutora	DE
Núbia Rabelo Bakker Faria	Doutora	DE
Paulo José da Silva Valença	Doutor	DE
Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima	Doutora	DE
Rita Maria Diniz Zozzoli	Doutora	DE
Roberto Sarmento Lima	Doutor	DE
Sônia Cristina Simões Felipeto	Doutora	DE
Susana Souto Silva	Doutora	DE
Telma Moreira Vianna Magalhães	Doutora	DE

Libras

Professores efetivos	Titulação	Regime de trabalho
Edineide dos Santos Silva	Doutora	DE
Emanoelly Caldas de Oliveira	Especialista	DE
Humberto Meira de Araújo Neto	Mestre	DE
Jair Barbosa da Silva	Doutor	DE
Ligia dos Santos Ferreira	Doutora	DE
Livia Andrade da Conceição	Especialista	DE
Magda Souto Rosa do Monte	Graduação	DE
Marcos Grutzmacher	Especialista	DE
Nagib José Mendes dos Santos	Mestre	DE
Paulo Rogério Stella	Doutor	DE
Radjalma da Silva Teixeira	Especialista	DE

QUADRO TECNICO-ADMINISTRATIVO DA FACULDADE DE LETRAS

NOME	FUNÇÃO	CARGO
Ana Lúcia Cardoso de Barros	Assistente administrativo	Secretaria Geral da FALE
Carlos Roberto Matias de Oliveira	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Catarina Santos Claudino	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Gilson Miquelino Ferreira	Técnico de laboratório	Secretaria Geral da FALE
Iole Costa Terso	Bibliotecário – documentalista	Biblioteca Setorial
Janaína da Rocha Ribeiro	Técnico em áudio visua	Curso de Libras
Jean Bernardo da Silva Vieira	Revisor de texto - Braille	Núcleo de Acessibilidade da UFAL
Jeanine Waléria Oliveira Braga Ferreira	Assistente Administrativo	Curso de Libras
Jonhny Lucas Calheiros	Assistente Administrativo	Secretaria do PPGLL
Jorge Henrique Silvestre Barbosa	Assistente administrativo	Secretaria Geral da FALE
José Alberto Ribeiro	Assistente administrativo	Secretaria do Curso de Letras
Judson Leão de Melo	Assistente administrativo	Biblioteca Setorial
Juliana Vanessa dos Santos Silva	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Laudiceia Cândido de Oliveira	Assistente administrativo	Secretaria das Casas de Cultura
Marta Betânia Marinho Silva	Administradora	Secretaria Geral da FALE
Maykew Douglas Assis De Gusmao	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Meire Santos Pereira	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Paulo Jorge Ferreira Medeiros	Auxiliar administrativo	Secretaria Geral da FALE

Pedro Elísio Lessa Lima de Holanda	Assistente administrativo	Secretaria do ProfLetras - PPGLL
Pollyanna Lino de Araújo	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Rivanilda Lopes de Araújo	Assistente administrativo	Secretaria Geral da FALE
Rosana Taciana Portela Nicácio dos Santos	Técnico em Assuntos Educacionais	Secretaria do Curso de Letras
Simone Dornelles Schulze	Secretária Executiva	Afastamento para acompanhamento de cônjuge
Thiago Bruno de Souza Santos	Tradutor - Intérprete de Linguagem de Sinais	Curso de Libras
Wesslen Nicácio de Mendonça Melânia	Assistente administrativo	Secretaria do PPGLL

ANEXO II

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

PARECER CNE/CES 492/2001, DE 03 DE ABRIL DE 2001
Despacho do Ministro em 4/7/2001, publicado no Diário Oficial da União de
9/7/2001, Seção 1e, p. 50.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia		
RELATOR(A): Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Vilma de Mendonça Figueiredo		
PROCESSO(S) N.º(S): 23001.000126/2001-69		
PARECER N.º: CNE/CES 492/2001	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 03/04/2001

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE LETRAS

Introdução

Esta proposta de Diretrizes Curriculares leva em consideração os desafios da educação superior diante das intensas transformações que têm ocorrido na sociedade contemporânea, no mercado de trabalho e nas condições de exercício profissional. Concebe-se a Universidade não apenas como produtora e detentora do conhecimento e do saber, mas, também, como instância voltada para atender às necessidades educativas e tecnológicas da sociedade. Ressalta-se, no entanto, que a Universidade não pode ser vista apenas como instância reflexa da sociedade e do mundo do trabalho. Ela deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos.

A área de Letras, abrigada nas ciências humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas.

Decorre daí que os cursos de graduação em Letras deverão ter estruturas flexíveis que:

- facultem ao profissional a ser formado opções de conhecimento e de atuação no mercado de trabalho;
- criem oportunidade para o desenvolvimento de habilidades necessárias para se atingir a competência desejada no desempenho profissional;
- deem prioridade à abordagem pedagógica centrada no desenvolvimento da autonomia do aluno;
- promovam articulação constante entre ensino, pesquisa e extensão, além de articulação direta com a pós-graduação;
- propiciem o exercício da autonomia universitária, ficando a cargo da Instituição de Ensino Superior definições como perfil profissional, carga horária, atividades curriculares básicas, complementares e de estágio.

Portanto, é necessário que se amplie o conceito de currículo, que deve ser concebido como construção cultural que propicie a aquisição do saber de forma articulada. Por sua natureza teórico-prática, essencialmente orgânica, o currículo deve ser constituído tanto pelo conjunto de conhecimentos, competências e habilidades, como pelos objetivos que busca alcançar. Assim, define-se currículo como todo e qualquer conjunto de atividades acadêmicas que integralizam um curso. Essa definição introduz o conceito de atividade acadêmica curricular – aquela considerada relevante para que o estudante adquira competências e habilidades necessárias a sua formação e que possa ser avaliada interna e externamente como processo contínuo e transformador, conceito que não exclui as disciplinas convencionais.

Os princípios que norteiam esta proposta de Diretrizes Curriculares são a flexibilidade na organização do curso de Letras e a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão.

A flexibilização curricular, para responder às novas demandas sociais e aos princípios expostos, é entendida como a possibilidade de:

- eliminar a rigidez estrutural do curso;
- imprimir ritmo e duração ao curso, nos limites adiante estabelecidos;
- utilizar, de modo mais eficiente, os recursos de formação já existentes nas instituições de ensino superior.

A flexibilização do currículo, na qual se prevê nova validação de atividades acadêmicas, requer o desdobramento do papel de professor na figura de orientador, que deverá responder não só pelo ensino de conteúdos programáticos, mas também pela qualidade da formação do aluno.

Da mesma forma, o colegiado de graduação do curso de Letras é a instância competente para a concepção e o acompanhamento da diversidade curricular que a IES implantará.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

O objetivo do Curso de Letras é formar profissionais interculturalmente competentes, capazes de lidar, de forma crítica, com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, e conscientes de sua inserção na sociedade e das relações com o outro.

Independentemente da modalidade escolhida, o profissional em Letras deve ter domínio do uso da língua ou das línguas que sejam objeto de seus estudos, em termos de sua estrutura, funcionamento e manifestações culturais, além de ter consciência das variedades linguísticas e culturais. Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários.

2. Competências e Habilidades

O graduado em Letras, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira clássica ou moderna, nas modalidades de bacharelado e de licenciatura, deverá ser identificado por múltiplas competências e habilidades adquiridas durante sua formação acadêmica convencional, teórica e prática, ou fora dela.

Nesse sentido, visando à formação de profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como professores, pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos, roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades, o curso de Letras deve contribuir para o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

- domínio do uso da língua portuguesa ou de uma língua estrangeira, nas suas manifestações oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- reflexão analítica e crítica sobre a linguagem como fenômeno psicológico, educacional, social, histórico, cultural, político e ideológico;
- visão crítica das perspectivas teóricas adotadas nas investigações linguísticas e literárias, que fundamentam sua formação profissional;
- preparação profissional atualizada, de acordo com a dinâmica do mercado de trabalho;
- percepção de diferentes contextos interculturais;
- utilização dos recursos da informática;
- domínio dos conteúdos básicos que são objeto dos processos de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio;
- domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição dos conhecimentos para os diferentes níveis de ensino.

O resultado do processo de aprendizagem deverá ser a formação de profissional que, além da base específica consolidada, esteja apto a atuar, interdisciplinarmente, em áreas afins. Deverá ter, também, a capacidade de resolver problemas, tomar decisões, trabalhar em equipe e comunicar-se dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras. O profissional de Letras deverá, ainda, estar comprometido com a ética, com a responsabilidade social e educacional, e com as consequências de sua atuação no mundo do trabalho. Finalmente,

deverá ampliar o senso crítico necessário para compreender a importância da busca permanente da educação continuada e do desenvolvimento profissional.

3. Conteúdos Curriculares

Considerando os diversos profissionais que o curso de Letras pode formar, os conteúdos caracterizadores básicos devem estar ligados à área dos Estudos Linguísticos e Literários, contemplando o desenvolvimento de competências e habilidades específicas. Os estudos linguísticos e literários devem fundar-se na percepção da língua e da literatura como prática social e como forma mais elaborada das manifestações culturais. Devem articular a reflexão teórico-crítica com os domínios da prática – essenciais aos profissionais de Letras, de modo a dar prioridade à abordagem intercultural, que concebe a diferença como valor antropológico e como forma de desenvolver o espírito crítico frente à realidade.

De forma integrada aos conteúdos caracterizadores básicos do curso de Letras, devem estar os conteúdos caracterizadores de formação profissional em Letras. Estes devem ser entendidos como toda e qualquer atividade acadêmica que constitua o processo de aquisição de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão, e incluem os estudos linguísticos e literários, práticas profissionalizantes, estudos complementares, estágios, seminários, congressos, projetos de pesquisa, de extensão e de docência, cursos sequenciais, de acordo com as diferentes propostas dos colegiados das IES e cursadas pelos estudantes.

No caso das licenciaturas deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, as didáticas próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

O processo articulatório entre habilidades e competências no curso de Letras pressupõe o desenvolvimento de atividades de caráter prático durante o período de integralização do curso.

4. Estruturação do Curso

Os cursos devem incluir no seu projeto pedagógico os critérios para o estabelecimento das disciplinas obrigatórias e optativas das atividades acadêmicas do bacharelado e da licenciatura, e a sua forma de organização: modular, por crédito ou seriado.

Os cursos de licenciatura deverão ser orientados também pelas Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em cursos de nível superior.

5. Avaliação

A avaliação a ser implementada pelo colegiado do curso de Letras deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, devendo pautar-se:

- pela coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de Letras;
- pela validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- pela orientação acadêmica individualizada;
- pela adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- pela disposição permanente de participar de avaliação externa.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

RESOLUÇÃO CNE/CES 18, DE 13 DE MARÇO DE 2002

Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.

O Presidente Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9 de julho de 2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º As Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras, integrantes dos Pareceres CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, deverão orientar a formulação do projeto pedagógico do referido curso.

Art. 2º O projeto pedagógico de formação acadêmica e profissional a ser oferecida pelo curso de Letras deverá explicitar:

- o perfil dos formandos nas modalidades bacharelado e licenciatura;
- as competências gerais e habilidades específicas a serem desenvolvidas durante o período de formação;
- os conteúdos caracterizadores básicos e os conteúdos caracterizadores de formação profissional, inclusive os conteúdos definidos para a educação básica, no caso das licenciaturas;
- a estruturação do curso;
- as formas de avaliação.

Art. 3º A carga horária do curso de Letras, bacharelado, deverá obedecer ao disposto em Resolução própria que normatiza a oferta de cursos de bacharelado e a carga horária da licenciatura deverá cumprir o determinado pela Resolução CNE/CP 2/2002, integrante do Parecer CNE/CP 028/2001.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ARTHUR ROQUETE DE MACEDO
Presidente da Câmara de Educação Superior

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES182002.pdf>

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

- I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;
- II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;
- III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;
- IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET
Presidente do Conselho Nacional de Educação

Fonte: <http://www.mec.gov.br/cne/ftp/CNE/CP022002.doc>



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.

Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e no art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

CAPÍTULO II

DA INCLUSÃO DA LIBRAS COMO DISCIPLINA CURRICULAR

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1o Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2o A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

[...] Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Fonte: <https://www.planalto.gov.br/ccivil/ Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>

ANEXO III



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LETRAS
COMISSÃO DE PROJETOS INTEGRADORES

GUIA DE REALIZAÇÃO DOS PROJETOS INTEGRADORES

DISCIPLINA: PROJETOS INTEGRADORES
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS POR SEMESTRE

EMENTA: Elemento integrador das disciplinas de cada semestre letivo estruturado a partir de atividades interdisciplinares em conformidade com a especificidade de cada curso.

PROPOSTA: Integrar as diferentes áreas de conhecimento dos cursos de Letras (e áreas afins, quando necessário).

REALIZAÇÃO: A proposta da disciplina será realizada através de elaboração de projetos que deverão integrar duas ou mais disciplinas do semestre ao qual o projeto se refere.

EXECUÇÃO:

1. Cada turma de Projetos Integradores tem um/a coordenador/a geral, que é responsável pelos aspectos formais (receber dos professores as inscrições de temas e de alunos inscritos para o seu projeto, repassar essas inscrições à Coordenação de Letras, supervisionar, convocar reuniões, organizar e divulgar atividades vinculadas aos PIs).
2. Todos os professores (inclusive substitutos) podem propor um tema para o desenvolvimento de um projeto no semestre em curso. O tema do projeto pode estar vinculado ao tema geral proposto pela comissão de PIs ou pode ser escolhido pelo professor que se propuser a orientar um determinado grupo de alunos.
3. Para que haja a integração desejada entre as disciplinas, é necessário que todos os professores se disponham a colaborar com qualquer projeto quando a sua competência se fizer necessária para o desenvolvimento do projeto em questão.
4. O professor propõe o tema aos alunos e inscreve o seu grupo de trabalho. Essa inscrição será feita em duas vias, que são entregues ao coordenador de

PIs. Uma das vias é encaminhada para ser arquivada na coordenação dos cursos de Letras.

5. O número de alunos por equipe para um projeto é de, no mínimo, 5 e, no máximo, 10 alunos.

6. A nota final do PIs resulta da avaliação de:

- a) um trabalho escrito individualmente;
- b) uma apresentação em forma de comunicação oral, entre 15 a 20 minutos, (acatam-se outras formas de apresentação, desde que sejam julgadas adequadas pela comissão) na semana de avaliação de projetos;
- c) frequência do aluno às apresentações dos trabalhos na semana. (Dado que as apresentações dos trabalhos visam a estimular o debate entre estudantes e professores, espera-se que a presença dos estudantes não se restrinja a sua própria apresentação.)

7. A avaliação é feita da seguinte forma:

- a) a nota do trabalho escrito é atribuída pelo professor orientador.
- b) a nota da apresentação dos trabalhos é atribuída pela comissão examinadora
- c) a nota da frequência do aluno é atribuída pela presença a todas as apresentações de PIs do seu respectivo turno.

O resultado final é a média ponderada das notas do professor orientador (peso:4); da média aritmética das notas dos professores da comissão examinadora (peso:4); e a frequência do aluno durante as apresentações dos trabalhos (peso 2):

$$\frac{NA = NPO \times 4 + NCE \times 4 + NFA \times 2}{10}$$

NPO – nota do professor orientador

NCE – nota da comissão examinadora

NFA – nota da frequência do aluno (100%)

8. A comissão examinadora é definida após a inscrição dos projetos.

9. Os casos omissos são analisados pela Comissão dos PIs.

PROJETOS INTEGRADORES 1

Bibliografia Básica

CHARLOT, B. *Formação dos professores e relação com o saber*. Porto Alegre: ARTMED, 2005.

COSTA, M. V. *Trabalho docente e profissionalismo*. Porto Alegre: Sulina, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. *Ofício de mestre*. São Paulo: Vozes, 2001.

ESTRELA, M. T. (Org.). *Viver e construir a profissão docente*. Porto: Porto Editora, 1997.

LESSARD, C.; TARDIF, M. *O trabalho docente*. SP: Vozes, 2005.

NÓVOA, A. (Org.) *Vidas de Professores*. Porto: Porto Editora, 1992.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. 5. ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

PROJETOS INTEGRADORES 2

Bibliografia Básica

COSTA, A. R. F. et al. *Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos*. 8. ed., Maceió: EDUFAL, 2010.

DEMO, P. *Introdução à metodologia da ciência*. São Paulo: Atlas, 1987.

FAZENDA, I. (Org.) *Novos enfoques da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1994.

Bibliografia Complementar

BRANDÃO, Z. (Org.) *A crise dos paradigmas e educação*. São Paulo: Cortez, 1994

CARVALHO, M. C. M. de (Org.) *Construindo o Saber: metodologia científica - fundamentos e técnicas*. Campinas: Papirus, 1994.

CRUZ, A. da C.; MENDES, M.T.R. *Trabalhos Acadêmicos, dissertações e teses: estrutura e apresentação*. 2ª ed., Niterói: Intertexto, 2004.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. *Construção do Saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre/ Belo Horizonte: Editora Artes Médicas Sul Ltda/ Editora UFMG, 1999.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas: Papirus, 2000.

PROJETOS INTEGRADORES 3

Bibliografia Básica

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. *Linguística Aplicada, ensino de línguas e comunicação*. Campinas: Pontes Editores e ArteLíngua, 2006.

ARAÚJO, J. C. et al.. *Linguística Aplicada e Sociedade: ensino e aprendizagem de línguas no contexto brasileiro*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

MOITA LOPES, L. P. da. *Oficina de Linguística Aplicada*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA FILHO, J.C.P. de. (Org.) *Dimensões comunicativas no ensino de línguas*. São Paulo, São Paulo: Pontes, 2002.

BRUNO, F. C. (Org.). *Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras: reflexão e prática*. São Carlos: Claraluz, 2005.

GERALDI, J. W. *Linguagem e ensino: exercícios de militância e divulgação*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

SILVA, K. A. da; ORTIZ ÁLVAREZ, M. L. *Perspectivas de Investigação em Linguística Aplicada*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

PROJETOS INTEGRADORES 4

Bibliografia Básica

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

FREIRE, P. *Política e educação: Ensaio*. São Paulo: Cortez, Coleção Questões de Nossa Época, v. 23, 5ª edição, 2001.

TAVARES, R. R. (Org.) *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006.

Bibliografia Complementar

MARTINEZ, P. *Didática das línguas estrangeiras*. São Paulo: Parábola, 2009.

MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

MOURA, Denilda (Org.) *Oralidade e escrita: estudos sobre os usos da língua*. Maceió: EDUFAL, 2003.

SAUL, A. M. *Avaliação Emancipatória*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1998.

STELLA, P. et TAVARES, R. *Projeto Pedagógico do curso de Letras Inglês da UFAL: os letramentos em questão*. Belo Horizonte: RBLA. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982012005000013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

PROJETOS INTEGRADORES 5

Bibliografia Básica

MORIN, E. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2001.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira (org.). *Ensino de língua inglesa: reflexões e experiências*. 4. ed. Campinas: Pontes, 2010.

TAVARES, R. R. *Língua, cultura e ensino*. Maceió: EDUFAL, 2006.

Bibliografia Complementar

FREIRE, P. *Política e educação: Ensaio*. São Paulo: Cortez, Coleção Questões de Nossa Época, v. 23, 5ª edição, 2001.

LUCK, Heloisa. *Ação integrada: administração, supervisão e orientação educacional*. 10a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

MOITA LOPES, L.P. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas: Mercado de Letras, 2002

STELLA, P. et TAVARES, R. *Projeto Pedagógico do curso de Letras Inglês da UFAL: os letramentos em questão*. Belo Horizonte: RBLA. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-63982012005000013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>

WIDDOWSON, H. G. *O ensino de línguas para a comunicação*. Campinas: Pontes, 1991.

PROJETOS INTEGRADORES 6

Bibliografia Básica

COSTA, Ana Lúcia; SANTOS, Maria Francisca Oliveira; ZOZZOLI, Rita Maria Diniz (Org.). *Pesquisas linguísticas: a interatividade da sala de aula*. Maceió: EDUFAL, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Organizadora). *A academia vai a escola*. Campinas: Papyrus, 1995.

MOURA, Denilda (Org.). *Os desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 2000.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

PROJETOS INTEGRADORES 7

Bibliografia Básica

COSTA, Ana Lúcia; SANTOS, Maria Francisca Oliveira; ZOZZOLI, Rita Maria Diniz (Org.). *Pesquisas linguísticas: a interatividade da sala de aula*. Maceió: EDUFAL, 2002.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa*. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Metodologia da pesquisa educacional*. 10. ed. Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (Organizadora). *A academia vai a escola*. Campinas: Papyrus, 1995.

MOURA, Denilda (Org.). *Os desafios da língua: pesquisas em língua falada e escrita*. Maceió: EDUFAL, 2008.

KRAMER, Sonia; LEITE, Maria Isabel F. Pereira (Orgs.). *Infância: fios e desafios da pesquisa*. 9. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

PÁDUA, E. M. M. de. *Metodologia da pesquisa*. Campinas: Papyrus, 2000.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica*. São Paulo: Loyola, 2002.

ANEXO IV

Universidade Federal de Alagoas Faculdade de Letras - Fale



RESOLUÇÃO Nº 2/2009 FACULDADE DE LETRAS

Aprovada em Sessão Plenária
realizada em setembro de 2009.

Setembro de 2009.

RESOLUÇÃO Nº 2/2009 – FALE, de 17 de setembro de 2009.

ESTABELECE NORMAS PARA A ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE LETRAS – FALE.

O CONSELHO DA FACULDADE DE LETRAS, no uso das atribuições conferidas pelo art. 6º do Regimento Interno, CONSIDERANDO as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Reestruturação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e de acordo com a deliberação tomada, por ampla maioria, na Plenária Ordinária mensal ocorrida em 17 de setembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º – Os TCCs serão coordenados por um/a professor/a do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), nomeado/a pelo/a Diretor/a da Faculdade, através de Portaria, por um período de um ano letivo, podendo ser reconduzido/a.

Parágrafo único. atribuições do coordenador. Dentre as atribuições do/a coordenador/a do TCC, estão: julgar se há compatibilidade entre a área de experiência/especialização do orientador e o tema do TCC, podendo rejeitar uma carta de aceite; receber a monografia do TCC; encaminhar a documentação após entrega da versão final; receber a carta de aceitação; e solicitar um/a orientador/a para o/a aluno/a que ainda não o/a tenha.

Art. 2º – O TCC de Letras consistirá em uma pesquisa de caráter monográfico, apresentada em forma de artigo ou ensaio.

Art. 3º – O objetivo geral do TCC é propiciar aos/às alunos/as do Curso de Letras a oportunidade de elaborar um trabalho acadêmico-científico relacionado aos estudos linguísticos e literários, constantes do desenho curricular de Letras, e elaborado segundo as normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

Art. 4º – A pesquisa do TCC deverá ser desenvolvida individualmente.

Art. 5º – O/A aluno/a deverá solicitar orientação a um/a professor/a, que lhe dará uma carta de aceitação.

§1º – A carta de aceitação, que terá validade de dois períodos letivos, deverá ser encaminhada ao/à Coordenador/a do TCC, acompanhada da proposta de trabalho.

§2º – A carta de aceitação deverá ser encaminhada a partir do 5º período até o final do 6º período letivo.

§3º – O/A aluno/a que estiver sem orientador/a deverá encaminhar ao/à Coordenador/a do TCC uma solicitação de orientação, no 5º semestre do Curso, acompanhada da proposta do TCC, para as devidas providências.

Art. 6º – O TCC poderá ser desenvolvido sob a orientação de professores/as tanto de Letras quanto de outros cursos da Ufal, desde que aqueles/as estejam cadastrados junto à Coordenação de Letras e tenham produção e/ou experiência vinculada à área de estudos do trabalho.

Parágrafo único. O/A orientando/a, de comum acordo com seu orientador/a, pode solicitar a colaboração de um/a coorientador/a.

Art. 7º – Orientador/a e orientando/a poderão desfazer o vínculo autorizado pela Coordenação de Graduação, mediante justificativa.

Art. 8º – Compete ao/à orientador/a:

- a) acompanhar sistematicamente o trabalho dos/as orientandos/as; e
- b) entregar ao/à Coordenador/a do TCC a ficha de acompanhamento semestral do/a orientando/a, ao final de cada semestre letivo.

Art. 9º – Compete ao/à orientando/a:

- a) participar das reuniões e sessões de estudo convocadas pelo/a orientador/a;
- b) cumprir os prazos fixados para a entrega de atividades; e

c) apresentar o TCC de conformidade com o Artigo 12 e subsequentes.

Art. 10 – Os critérios de avaliação do TCC serão os seguintes:

- a) relevância do tema;
- b) adequação da fundamentação teórico-metodológica ao tema;
- c) equilíbrio e inter-relação na divisão das partes do trabalho;
- d) utilização da linguagem acadêmica na redação; e
- e) atendimento aos padrões e às normas técnicas de produção de trabalhos científicos.

Art. 11 – A formatação do TCC deve apresentar os seguintes requisitos:

- a) a digitação deve ser em espaço 1,5; o papel, em formato A-4; a fonte 12; e o tipo de letra é o *Times New Roman*;
- b) as margens inferior e direita devem ter 2,5cm cada;
- c) as margens superior e esquerda devem ter 3cm;
- d) a encadernação encaminhada para a banca deverá ser em forma impressa simples, sem exigência de brochura;
- e) o TCC deve ter, no mínimo, 15 e, no máximo, 50 páginas, da introdução à conclusão.

Parágrafo único. A capa da versão definitiva do TCC deverá seguir o modelo padrão da Fale.

Art. 12 – A monografia deverá ser entregue ao/à Coordenador/a do TCC no prazo máximo de sessenta dias antes do término do 8º período, em 3 exemplares, para ser encaminhados aos membros da banca examinadora.

§1º – O/A orientador/a comunicará à Coordenação do Curso de Letras a composição da banca examinadora.

§2º – O/A aluno/a que descumprir o disposto no *caput* do Art. 12 só poderá reapresentar o TCC trinta dias antes do prazo estabelecido pelo cronograma da Reitoria para colações de grau fora do prazo.

§3º – O/A aluno/a que descumprir os prazos terá de efetuar matrícula para o TCC.

Art. 13 – O TCC será avaliado por uma banca examinadora, presidida pelo/a orientador/a da monografia e por mais dois/duas docentes.

Parágrafo único. O/A orientador/a deve indicar um/a suplente que fica encarregado/a de substituir qualquer um/a dos/as titulares em caso de impedimento de um/a deles/as.

Art. 14 – Os/a integrantes da banca examinadora, a contar da data prevista no Art. 12, têm o prazo de até vinte dias para proceder à leitura e à avaliação da monografia.

§ 1º - Os/as integrantes da banca examinadora receberão uma cópia do TCC impressa e encadernada de forma simples.

§ 2º – O/A discente tem até quinze dias após a divulgação do resultado da banca para entregar a cópia definitiva à Coordenação.

§ 3º - A versão definitiva do TCC a ser entregue à Coordenação será em CD.

Art. 15 – A nota final do/a aluno/a será a média ponderada entre a média aritmética das notas atribuídas pela banca examinadora.

§1º – Para aprovação, o/a aluno/a deverá obter nota igual ou superior a 7,0 (sete inteiros).

§ 2º A apresentação do TCC poderá ser pública ou não, a critério do/a orientador/a.

§ 3º - No caso de o TCC ser apresentado de forma pública, a apresentação poderá ocorrer sob a forma de comunicação oral durante a Semana de Letras (1º semestre) ou no Congresso Acadêmico (2º semestre), ou em eventos similares, com a presença dos/as integrantes da banca examinadora.

§ 4º A Coordenação de TCC só encaminhará a documentação dos/as alunos/as que tiverem entregado a versão final (em CD e uma cópia impressa) à coordenação.

Art. 16 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Letras.

Art. 17 – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso.

CARTA DE ACEITAÇÃO

ALUNO/A: _____

MATRÍCULA: _____ E-MAIL: _____

TEL.: _____ ENDEREÇO: _____

CURSO: _____ ANO DE ENTRADA: _____ TURNO: _____

ORIENTADOR/A: _____

E-MAIL: _____ TEL: _____ UA: _____

ATUAÇÃO NA FALE: () GRADUAÇÃO () PPGLL () NÃO

PROJETO: _____

OUTROS (ESPECIFIQUE): _____

ÁREA DO CONHECIMENTO:

() ESTUDOS LINGUÍSTICOS () ESTUDOS LITERÁRIOS

DATA:

ANEXO V



RESOLUÇÃO Nº 004/2012 - FALE, de 15 de maio de 2012.

Estabelece normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras

O Colegiado do Curso de Letras, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, **CONSIDERANDO** as indicações de reformulação feitas pela Comissão de Estágio Supervisionado;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer normas para a realização do Estágio Supervisionado do Curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas.

CAPÍTULO I

DO ESTÁGIO E SUAS FINALIDADES

Art. 2º - O Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês fundamenta-se na Lei nº11.788, de 25.09.2008, na Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, na Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002 e na Resolução Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006 que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da UFAL.

§ 1º. O Estágio é um conjunto de atividades e práticas que consta no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras com habilitação em Português, Inglês, Espanhol e Francês como Estágio Supervisionado.

§ 2º. O Estágio visa ao desenvolvimento de competências próprias da atividade profissional docente – conhecimentos teórico-conceituais, habilidades e atitudes – e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do(a) estagiário(a) para a vida cidadã e para o mundo do trabalho.

§ 3º. Os Estágios Supervisionados em Língua Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa serão realizados a partir do 5º período e deverão contemplar, por exemplo, atividades de ensino, a observação da prática docente e a regência de aulas nos ensinos Fundamental e Médio.

Art. 3º - São objetivos do Estágio Supervisionado:

- I. Formar um profissional atuante, crítico, capaz de transitar pelas esferas do saber, aliando conhecimento, valores socioculturais e necessidades individuais dos alunos.
- II. Possibilitar a reflexão sobre o cotidiano escolar, a análise dos pressupostos teóricos estudados e sua prática, a fim de que o(a) estagiário(a) possa assumir posicionamento crítico aliado à competência técnica-metodológica e compromisso político do seu papel na sociedade.

- III. Possibilitar, por meio do contato constante com as diversas realidades escolares e instâncias educacionais, a reflexão crítica e contextualizada sobre o papel do educador, da escola e do ensino de língua e literatura da sua habilitação ou área de atuação.
- IV. Estabelecer formas de desenvolvimento e articulação entre os componentes curriculares teóricos, a dimensão prática, as disciplinas eletivas, as atividades extensionistas, as ações de formação continuada, os projetos de pesquisa desenvolvidos pelos docentes da FALE.
- V. Proporcionar, ao graduando, condições para a reflexão ao fazer a transposição didática dos conteúdos da área de Letras de suas habilitações para a Educação Básica (Ensino Fundamental e Ensino Médio);
- VI. Proporcionar, ao graduando, condições para o desenvolvimento das atividades de observação, análise, síntese e reflexão críticas do trabalho pedagógico e da realidade em que atua, enquanto agente do processo ensino-aprendizagem para a formação de cidadãos;
- VII. Integrar o Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, às demais Instituições de Educação Básica das redes pública e privada de ensino.
- VIII. Tomar a prática como objeto de reflexão organizada e compartilhada, como campo de conhecimento específico do professor;
- IX. Envolver-se na prática pedagógica, afetiva e cognitivamente, questionando as próprias crenças, propondo e experimentando alternativas;
- X. Promover interações com o corpo docente e discente das instituições parceiras.

Art. 4º – O Estágio Supervisionado deve ser planejado, executado, acompanhado e avaliado pela Comissão de Estágio Supervisionado em conformidade com o Projeto do Curso de Licenciatura em Letras nas habilitações Português, Inglês, Espanhol e Francês da UFAL, e, respeitando, o calendário acadêmico.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º – O (A) estagiário(a) deverá receber da Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras os seguintes documentos, no início do semestre letivo:

- I – Carta de apresentação do(a) estagiário(a) assinada pela Coordenação de Estágio da Faculdade de Letras atestando que o(a) estagiário(a) é aluno(a) regularmente matriculado(a) e apto(a) a realizar estágio no semestre.
- II – Carta de aceite para que o responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio será realizado autorize o(a) estagiário(a) a cumprir as atividades requeridas de estágio.
- III – Ficha de controle das atividades de Estágio Supervisionado na qual o(a) estagiário(a) irá registrar as atividades realizadas.

Art. 6º – Ao término do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar ao professor responsável pelo Estágio Supervisionado:

- I – A carta de aceite assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.
- II – O Relatório individual de Estágio Supervisionado.
- III – A ficha de controle preenchida corretamente e assinada pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado.

CAPÍTULO III

DO LOCAL DE REALIZAÇÃO

Art. 7º – O Estágio Supervisionado será realizado, preferencialmente, em instituições escolares públicas e privadas da Educação Básica, em cursos livres de idiomas, em alguns órgãos da UFAL, bem como projetos institucionais de ensino, pesquisa e extensão, desde que apresentem condições para:

Planejamento e execução conjunta das atividades de estágio.

Aprofundamento dos conhecimentos prático-teóricos a partir das experiências vividas em situações concretas das atividades de estágio.

Art. 8º – O Estágio Supervisionado poderá ser realizado em mais de um instituição pública ou privada, na área de formação do aluno.

Parágrafo único – O(A) estagiário(a) deverá, preferencialmente, exercer as atividades de regência na instituição em que desenvolveu o Estágio de observação.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE ESTÁGIO

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO DE LETRAS

Art. 9º – Ao Coordenador do Curso compete:

- I. Indicar um membro da Comissão de Estágio Supervisionado como Coordenador de Estágio Supervisionado;
- II. Designar a Comissão de Estágio Curricular Supervisionado responsável pelas providências necessárias à efetiva realização do Estágio;
- III. Arquivar por dois anos os documentos comprobatórios dos estagiários (os relatórios de estágio supervisionado assinados pelo professor supervisor e pelo(a) estagiário(a), as fichas de controle de estágio supervisionado e as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado).

Parágrafo único – A Comissão de Estágio Curricular Supervisionado será composta pelo coordenador do Curso de Letras, pelo coordenador de Estágio e por Professores Responsáveis pelo Estágio Supervisionado, lotados na Faculdade de Letras.

SEÇÃO II

DO COORDENADOR DE ESTÁGIO

Art. 10º – É de competência do Coordenador de Estágio:

I – Disponibilizar horário, na coordenação do curso, para planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades propostas referentes a essa atividade curricular.

II – Convocar a Comissão para as reuniões.

III- Organizar a participação dos integrantes da Comissão nas discussões de planejamento e desenvolvimento do Estágio Supervisionado.

IV – Vistar, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios recebidos dos professores responsáveis pelo Estágio Supervisionado.

V – Entregar os documentos comprobatórios dos estagiários ao Coordenador de Graduação no final de cada período letivo.

Art. 11º – Em relação aos alunos, cabe ao Coordenador de Estágio Supervisionado:

I – Prestar esclarecimentos a respeito de dúvidas gerais sobre a realização dos estágios.

II – Divulgar dias e horários de atendimento.

SEÇÃO III DA COMISSÃO DE ESTÁGIO

Art. 12º – À Comissão de Estágio compete:

I. Avaliar, propor mudanças, se necessário, e aprovar os Planos de Estágio Supervisionado e os instrumentos de avaliação;

II. Viabilizar o desenvolvimento e o acompanhamento do Estágio Supervisionado;

III. Participar do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado e estimular a participação dos demais professores do Curso nesse evento;

IV. Resolver os casos omissos, considerando a legislação vigente.

SEÇÃO IV DO PROFESSOR RESPONSÁVEL PELO ESTÁGIO

Art. 13º – Ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado compete:

I. Aprovar o Plano de Estágio apresentado pelos estagiários, levando em consideração os objetivos estabelecidos nesta Resolução;

II. Encaminhar os estagiários para o desenvolvimento do Estágio em Línguas Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Francesa na Educação Básica, preferencialmente em unidades escolares da rede pública de ensino e/ou escolas de línguas estrangeiras;

III. Organizar o Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado, o qual visa a avaliar as atividades desenvolvidas pelos estagiários;

IV. Fixar e divulgar a data e horário do Seminário de Socialização do Estágio Supervisionado;

V. Acompanhar os estagiários no Seminário de Socialização de Estágio;

VI. Orientar os estagiários para a apresentação de Relatório ao final de cada período letivo em que o Estágio se realiza;

VII. Avaliar o Relatório Final de Estágio;

VIII. Realizar a avaliação final dos estagiários e efetuar o lançamento das notas no SIE WEB;

IX. Recolher dos estagiários sob sua supervisão, ao final de cada período letivo, os documentos comprobatórios da realização do Estágio Supervisionado (relatórios de estágio assinados, as fichas de controle de estágio supervisionado, as cartas de aceite e de recebimento do relatório pelo responsável da unidade escolar ou do órgão competente onde o estágio foi realizado) e entregá-los ao Coordenador de Estágio Supervisionado.

SEÇÃO V DO(A) ESTAGIÁRIO(A)

Art. 14º – É de competência do(a) estagiário(a):

I. Seguir as normas estabelecidas por esta Resolução;

II. Elaborar o Plano de Estágio em comum acordo com o Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

III. Apresentar o Plano de Estágio ao Professor Supervisor do Estágio Supervisionado, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para o início das atividades;

IV. Acatar as normas da Instituição de Ensino em que ocorrerá o Estágio;

VI. Apresentar, ao final das atividades, o Relatório de Estágio ao Professor supervisor do Estágio Supervisionado;

VII. Participar do Seminário de Socialização de Estágio;

VIII. Apresentar o Relatório de Estágio no Seminário de Socialização de Estágio.

IX. Ter uma postura ética ao manter um ótimo relacionamento com todos os profissionais da unidade escolar e eximir-se de criticá-los, especialmente no local do estágio.

Parágrafo único – o(a) estagiário(a) que desenvolve seu Estágio na instituição em que trabalha deve fazê-lo fora de suas atividades rotineiras ou dentro delas, desde que contemple um caráter inovador.

CAPÍTULO V DO DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO

SEÇÃO I DO PLANO DE ESTÁGIO

Art. 15º – Deverão constar no Plano de Estágio Supervisionado, obrigatoriamente:

Dados de identificação do(a) estagiário(a);

Identificação do Estabelecimento de Ensino onde será realizado o Estágio;

Pressupostos teóricos dos conteúdos estruturantes;

Desenvolvimento metodológico dos conteúdos estruturantes a serem aplicados;
Cronograma das atividades a serem desenvolvidas;
Bibliografia de consulta e de referência.

Art. 16º – O Plano de Estágio deverá ser apresentado pelo estudante ao Professor Responsável pelo Estágio Supervisionado, para análise, discussão e aprovação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antes da data prevista para início das atividades.

SEÇÃO II

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Art. 17º – O Estágio Supervisionado está distribuído em 4 semestres, a partir do quinto período do curso de Letras.

I – A carga horária do Estágio Supervisionado 1 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

15h caracterização

20h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

20h elaboração de relatório

05h socialização das experiências

II – A carga horária do Estágio Supervisionado 2 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

15h supervisão

30h atividades de estágio no Ensino Fundamental ou Médio (ver observação abaixo)

10h registros sobre a prática

20h elaboração de relatório

III – A carga horária do Estágio Supervisionado 3 contempla 80 horas e está distribuída em:

5h planejamento

5h supervisão

10h para caracterização Unidade Escolar

5h entrevistas

15h observação no ensino fundamental

10h elaboração de aula para regência

15h regência no ensino fundamental

5h socialização das experiências e reflexão

10h elaboração de relatório

IV – A carga horária do Estágio Supervisionado 4 contempla 160 horas e está distribuída em:

10 h planejamento

10 h supervisão

30 h para caracterização da Unidade Escolar

10 h entrevistas

15h observação no ensino médio

20h elaboração de aula

15h regência no ensino médio
05 h socialização das experiências e reflexão
20h elaboração de relatório

Parágrafo único: As atividades de Ensino para o Estágio Supervisionado 1 e 2 podem ser:

- observação de aula
- participação em aulas
- regência de aulas (parcial ou total)
- participação em eventos culturais, reuniões na escola,
- realização de rodas de leitura
- trabalho na biblioteca
- atividades extra classe (festas, gincanas, atividades culturais)
- acompanhamento de alunos com dificuldades de aprendizagem
- confecção de materiais didáticos
- análise de material didático
- observação de práticas em DVD
- observação e acompanhamento de uma turma-referência
- acompanhamento de grupos de alunos
- pequenos projetos envolvendo o uso de leitura e escrita
- oficinas
- aulas de reforço
- montagem de peças teatrais

Outras atividades de ensino podem ser consideradas mediante aprovação da Comissão de Estágio.

SEÇÃO III

DA ESTRUTURAÇÃO DO RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Todas as atividades desenvolvidas ao longo do estágio devem ser relatadas em um Relatório Final, do qual devem constar:

1. Apresentação: Situar a disciplina e a discussão teórica de base, de acordo com o tema selecionado e desenvolvido. Ex: Produção escrita – Ortografia - Dificuldades da aprendizagem em LP - Avaliação em leitura etc.; local de realização do estágio, objetivos previamente traçados; como a proposta foi elaborada, dificuldades encontradas no início do estágio e como foi possível seguir o planejamento, etapas da atividade programada e as adaptações que foram feitas.
2. Caracterização da escola - Dados Gerais:
 - a) Identificação da Escola: Campo de estágio (nome completo da escola; localização; níveis e modalidades de ensino; turnos de funcionamento).
 - b) Instalações da Escola: Infraestrutura e recursos materiais (Biblioteca-dimensões, acervo, capacidade, uso, tipo de atendimento; Sala de informática e recursos tecnológicos; distribuição dos espaços e serviços de apoio).
 - c) Organização do trabalho escolar: Calendário escolar; Horários de funcionamento; Índices de evasão e repetência.
 - d) Prática Sócio-Político-Pedagógica: Identificar a existência de projetos e/ou programas em desenvolvimento; planejamento: como é feito, quem participa; entrevista com representantes da direção, coordenadores, professores.
3. Diário de Campo: Descrição e reflexão sobre o trabalho desenvolvido – observação ou regência - registrando os conteúdos abordados, as metodologias, as estratégias

adotadas e as avaliações empregadas, as datas de realização e os tipos de atividades observadas e/ou desenvolvidas.

4. Análise de dados e produtos de aprendizagem: Relatório que pode ser feito por grupo de atuação (mais ou menos quatro a oito alunos que se revezam nas atividades na Escola). Nessa parte do Relatório, cada aluno ou dupla desenvolve a análise de um produto, resultado do trabalho desenvolvido na Escola: versões de textos, manuscritos, comparação de atividades etc., tendo como base teórica os conceitos discutidos na disciplina e no curso.

5. Considerações finais: O aluno pode abordar questões, tais como a importância do estágio para a formação; dificuldades encontradas e como elas foram superadas; e sugestões para a melhoria do ensino e da aprendizagem naquele contexto do estágio.

6. Referências: Autores citados no relatório e nas notas de rodapé.

7. Anexos: Material didático usado pelo professor; produção dos alunos durante as aulas ou atividades do período de estágio; registro fotográfico, entre outros materiais ou documentos.

SEÇÃO IV DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 18º – Para a avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão consideradas as seguintes atividades:

I. Apresentação dos Planos de Estágio Supervisionado nos prazos estipulados;

II. Frequência às reuniões de supervisão entre o professor supervisor de Estágio e o(a) estagiário(a);

IV. Apresentação do Relatório Final de Estágio, nos quais deverão constar as atividades desenvolvidas e as avaliações anteriores, após a conclusão de todas as etapas, ao professor supervisor;

V. Participação como ouvinte dos relatos de colegas estagiários no Seminário de Socialização;

VI. Apresentação oral dos resultados no Seminário de Socialização de Estágio, coordenado pelo Professor supervisor de Estágio.

Parágrafo único: O estudante que deixar de participar do Seminário de Socialização deverá, mediante a apresentação de justificativa ao Coordenador de Estágio Supervisionado, agendar sua apresentação para o evento seguinte.

Art. 19º – A avaliação de desempenho do(a) estagiário(a), nas diferentes fases dos Estágios de Línguas Portuguesa, Inglesa, Espanhola e Francesa, é feita pelo professor supervisor que deve considerar:

o compromisso e a participação nas atividades propostas;

a interlocução e postura colaborativa com o professor supervisor;

o desempenho nas atividades pedagógicas;

a capacidade de diagnosticar problemas e propor soluções para situações surgidas no ambiente escolar;

§1º Em cada etapa da avaliação, serão utilizados instrumentos específicos elaborados pelos professores supervisores e aprovados pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§2º - A nota final referente aos Estágios Supervisionados de Licenciatura em Língua Portuguesa, em Língua Inglesa, em Língua Espanhola e em Língua Francesa deverá ser composta considerando as notas parciais do aluno obtidas quando da realização dos Estágios.

§3º - O Relatório Final do Estágio Supervisionado deverá ser elaborado de acordo com as normas vigentes adotadas pela Comissão de Estágio Supervisionado.

§4º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá ser composto pelos relatórios parciais desenvolvidos em cada uma das etapas dos Estágios.

§5º - O Relatório Final de Estágio Curricular Supervisionado deverá conter as assinaturas do estagiário e do seu professor supervisor de Estágio.

Art. 20º - O não cumprimento do previsto nos Artigos desta Resolução implica reprovação do(a) estagiário(a) em Estágio Supervisionado e na obrigatoriedade de realização de um novo estágio.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21º – O desenvolvimento das atividades de Estágio prevê as seguintes modalidades:

I – Observação - destinada a levar o estudante à tomada de contato com a realidade educacional, especialmente nas situações que envolvem professor-aluno, bem como elaboração de planejamento, execução e avaliação das atividades escolares.

II – Regência - destinada a permitir ao(à) estagiário(a) ministrar aulas, aplicar um projeto de intervenção ou outra atividade acerca do processo de ensino e aprendizagem, sob orientação e supervisão do Professor de Estágio.

III – Participação - realizada para permitir ao estudante tomar parte como cooperador em aulas e em outras atividades educativas definidas pelo Professor de Estágio Supervisionado.

Art. 22º – Em acordo com o parecer CP/CNE 028, de 02/10/2001, em caso de aluno em efetivo exercício da atividade docente na educação básica, a carga horária total do semestre poderá ser reduzida, no máximo, em até 50%.

I – o aluno atuando como docente no Ensino fundamental ou Médio, em escola reconhecida pelo MEC/Secretaria da Educação, deverá apresentar à Comissão de Estágio Supervisionado documentação comprobatória descrevendo plano de curso e especificando as atividades e a carga horária.

II – as atividades do monitor em escolas públicas de Alagoas só serão consideradas se o(a) estagiário(a) desenvolver projeto ou atividades na sua habilitação ou área de atuação.

Art. 23º – O(A) estagiário(a) deverá concluir cada estágio em um semestre letivo.

Art. 24º – Nos termos da legislação vigente, o estágio supervisionado obrigatório para qualquer habilitação da Faculdade de Letras, não cria vínculo empregatício.

Art. 25º – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Estágio Supervisionado da Faculdade de Letras.

Art. 26º – A presente Resolução terá vigência após aprovação pelo Conselho da Faculdade de Letras.

Art. 27º – Esta Resolução poderá ser alterada a qualquer tempo, caso a Comissão de Estágio julgar necessária, e/ou a pedido de um grupo de professores e mediante a apresentação e a aprovação do Colegiado e do Conselho do Curso da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas - *Campus* A.C. Simões.
Miniauditório Heliônia Cêres – FALE, em 15 de maio de 2012.

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Silva
Diretora da FALE
Presidenta do Conselho da FALE

CARTA DE RECEBIMENTO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Eu, _____, responsável por este estabelecimento de ensino, recebi do(a) aluno(a) _____ um exemplar do Relatório de Estágio Supervisionado contendo informações, descrições e análises do estágio realizado neste semestre.

Maceió, _____ de _____ de _____.

Carimbo e assinatura do responsável

carimbo da escola



CARTA DE APRESENTAÇÃO DO/A ESTAGIÁRIO/A

Maceió, _____ de _____ de _____.

Ao
Ilmo(a). Sr(a) Diretor(a)

Assunto: Apresentação de estagiário

Prezado(a) Senhor(a),

Apresentamos a V. S.a, _____,
aluno(a) regularmente matriculado no Curso de Licenciatura em Letras/Inglês da
Faculdade de Letras da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, para o
desenvolvimento de atividades de estágio supervisionado nesta unidade de Ensino.

Atenciosamente,

Responsável pelo Estágio Supervisionado
FALE – UFAL

CARTA DE ACEITE

O(A) aluno(a) abaixo designado(a) está credenciado(a), por esta Instituição de Ensino a solicitar nessa Unidade a devida autorização para o período de estágio, declarando submeter-se a todas as determinações legais.

Maceió, _____ de _____ de _____.

Responsável pelo Estágio Supervisionado
FALE – UFAL

Aluno(a) _____
E-mail _____ telefone _____
Endereço _____ CEP _____

Escola _____
Endereço _____
Bairro _____ CEP _____ Telefone _____
Nome do(a) Diretor(a) _____

AUTORIZAÇÃO DO(A) DIRETOR(A)

Eu, _____, responsável pelo estabelecimento de ensino, autorizo o estágio solicitado pelo(a) aluno(a) acima designado(a).

Maceió, _____ de _____ de _____.

Carimbo e assinatura do responsável
Carimbo da escola